REVISÃO
PLANO DIRETOR
FRANCISCO BELTRÃO - PR - 2017

17. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

17.1. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A participação da sociedade no processo de elaboração do plano implica na difusão das informações sobre o seu conteúdo e andamento. Para isso é importante a definição da política de comunicação do **PDM - FB**, de forma a:

- criar uma consciência coletiva sobre a necessidade de participar e apoiar o plano;
- explicar de forma clara o propósito do processo de planejamento e seus conceitos mais significativos;
- difundir os conteúdos e resultados do processo de planejamento;
- envolver os diversos meios de comunicação da cidade na difusão do processo de planejamento.

Nesse sentido, além das três Audiências Públicas estabelecidas pelo Termo de Referência, os relatórios produzidos pela consultoria foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para consulta e sugestões durante o processo de elaboração do plano, assim como foram realizadas reuniões com segmentos específicos da sociedade para o esclarecimento de dúvidas durante a elaboração do plano.

A programação das Audiências Públicas foi estruturada em duas partes:

1ª - exposição pela equipe contratada sobre a etapa em andamento do Plano e,

2ª- realização de dinâmicas de grupo com o objetivo de garantir uma efetiva participação da população.

As dinâmicas de grupo realizadas nas três audiências foram diferenciadas segundo o objetivo de cada uma delas:

1ª Audiência – objetivo: informativo e de percepção

- informações sobre o plano diretor para a população, de suas etapas e da forma de condução do processo participativo;
- a dinâmica de grupo foi realizada a partir de perguntas a serem respondidas sobre a percepção da população sobre o seu município; as suas potencialidades e deficiências.

2ª Audiência – objetivo: confronto do diagnóstico técnico da equipe com a percepção da população sobre o município;

- a dinâmica de grupo foi feita a partir da discussão das diretrizes e propostas preliminares.

3ª Audiência – objetivo: discussão das propostas e diretrizes assim como da legislação básica municipal, incluindo o processo de planejamento e gestão municipal.

17.1.1. EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL - ETM

Buscando atender as diretrizes da legislação federal e ao mesmo tempo criar no município uma mobilização em torno do plano, a primeira medida para o início dos trabalhos foi a criação da Equipe Técnica de Acompanhamento da elaboração do PDM - FB, formada por técnicos municipais.

A Prefeitura Municipal designou através da Portaria nº **170/2017** de 03 de abril de 2017, a Equipe Técnica Municipal para REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PDM/FB, encarregada de proporcionar informações, acompanhar os estudos e analisar a pertinência das proposições, assim constituída:

Equipe Técnica Municipal - ETM

DALCY SALVATI – Coordenador do Plano Diretor Municipal (1)
ADILA CRISTINA KRUPKOSKI FILIPPI – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
ADRIANO ROBERTO DAVID - Secretário Municipal de Meio Ambiente
ANGELA MARIA AZILIERO DA SILVA – Secretaria Municipal de Saúde
CLAUDINÉIA LUMKES CREMONESE - Secretaria Municipal de Assistência Social / Habitação
CLAUDINEY DEL CIELO - Departamento de Imprensa
FERNANDO BRAZ PAULI – Secretaria Municipal de Saúde
FRANCIELE CHRISTINA ZAPELINI - Secretaria Municipal de Planejamento / IPPUB
GUILHERME SEIFERT NETO - Secretaria Municipal de Planejamento / IPPUB
INÁCIO M. RODRIGES PEREIRA - Secretário Municipal de Desenv. Econômico e Tecnológico
ITACIR CAMILO ROVARIS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
ITAMIR MONTEMEZZO - Secretário Municipal de Urbanismo
JÚLIO MAIA BARRETO - Assessoria Jurídica
LEANDRO LEGRAMANTE - Secretaria Municipal de Assistência Social / Diretor
LIZIANE KARLA TESTON BEHNE - Secretaria Municipal de Planejamento / IPPUB
MARIA LÚCIA GÉLIO MATAREZI - Secretaria Mun. de Desenv. Rural / Agricultura e Agropecuária
MARILDA GALVAN RIBEIRO - Secretaria Municipal de Planejamento / DEBETRAN
NELSON VENZO - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural / Interior
NILEIDE T. PERSZEL - Secretaria Municipal de Planejamento / Secretária do PDM
RODRINEI CRISTIAN BRAUN - Assessoria Jurídica
SILVIA M. TORTORA LORENZETTI - Secretaria Municipal de Urbanismo
SUZANE VOLLMERHAUSEN - Secretaria Municipal de Educação
TIAGO MARCELLO - Secretaria Municipal de Administração / Tributação
VÂNIOS CARLOS BIEHL - Secretaria Municipal de Urbanismo
VILMAR RIGO - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
WILLIAN AMANN - Secretaria Municipal de Educação / Departamento de Cultura

(1) - A *coordenação do Plano Diretor Municipal, na gestão 2012 - 2016, foi conduzida primeiramente pela Arquiteta e Urbanista Mônica Rorato Miró e na sua continuidade pela Arquiteta e Urbanista Sônia Nacke Faust até o atual coordenador assumir.*

17.1.2. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO - CA

(Texto revisto no Plano Diretor Municipal de 2017)

Tanto no caso da elaboração do PDM através de equipe técnica municipal, como no caso de contratação de consultoria, foi criada uma Comissão de Acompanhamento, integrada pelo coordenador da Equipe Técnica Municipal, por representantes da Câmara de Vereadores e dos segmentos organizados da sociedade civil local, como por exemplo, Conselhos Municipais e de Bairro, Associações de Moradores.

Esta Comissão, juntamente com a Equipe Técnica Municipal acompanhou e opinou nas diferentes fases do processo correspondentes a elaboração do PDM, e posteriormente, contribuirá na criação, definição das atribuições, composição e funcionamento do Conselho da Cidade.

Esta Comissão foi formalmente criada antes da Primeira Audiência Pública e teve como atribuições:

a) Elaborar o seu Regime Interno;
b) Acompanhar as oficinas locais, regionais e as audiências públicas, em todas as fases do processo;
c) Contribuir na construção coletiva do PDM;
d) Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito a participação da sociedade e construção de um PDM democrático;
e) Auxiliar na mobilização da sociedade durante o processo de construção participativa do PDM.

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL** formada por representantes da sociedade organizada e do governo municipal foi designada através da Portaria nº **372/2016** de 23 de novembro de 2016, e constituída pelos seguintes membros:

Representantes do Governo Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
- Titular: **Adriano Roberto David**
- Suplente: **Ádila Cristina Krupkoski Filippi**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
- Titular: **Beatriz Martins Bastos**
- Suplente: **Nelson Venzo**

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
- Titular: **Itamir Montemezzo**
- Suplente: **Sílvia Maria Tortora Lorenzetti**

Representantes dos Segmentos Organizados da Sociedade Civil

ACEFB - Associação Comercial e Empresarial de Francisco Beltrão
- Titular: **Marcos Aurélio Guerra**
- Suplente: **Tarsízio Bonetti**

IAP - Instituto Ambiental do Paraná / ERBEL
- Titular: **Clóvis Rech**
- Suplente: **Modesto Rafagnin**
- Suplente: **Modesto Rafagnin**

UNIBEL - União das Associações de Francisco Beltrão
- Titular: **Hélio de Oliveira**
- Suplente: **Janir Cella**

SUDENGE - Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Sudoeste
- Titular: **Ertal de Oliveira**
- Suplente: **Celso Mezzomo**

SINTRACON - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil
- Titular: **Osmar Kriger**
- Suplente: **Ademir Zanette**

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FRANCISCO BELTRÃO
- Titular: **Marcelo de Campos**
- Suplente: **Priscila Pastre Vieira**

CDL - CLUBE DOS DIRETORES LOJISTAS
- Titular: **Ladi Dal Bem**
- Suplente: **Syrlei Maria Zapelini**

CESUL - CENTRO DE ESTUDOS SULAMERICANO
- Titular: **Névio Urio**
- Suplente: **Arni Deonildo Hall**

]UNISEP - UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DO SUDOESTE DO PARANÁ
- Titular: **Celito Nuremberg**
- Suplente: **Itamar Vodzicki**

UNIPAR - UNIVERSIDADE PARANAENSE
- Titular: **Indianara Aparecida Ribeiro Soares**
- Suplente: **Tatiana Cristina Schneider Ghisi**

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE PARANAENSE
- Titular: **Ricardo Carvalho Leme**
- Suplente: **Clério Plein**

UTFPR - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
- Titular: **Fernando César Manosso**
- Suplente: **Cleila Cristina Navarini Valdameri**

CÂMARA DE VEREADORES DE FRANCISCO BELTRÃO
- Titular: **Vereadora Franciele Schmitz**
- Suplente: **Vereador Rodrigo Inhoato**

SINDISEM - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
- Titular: **José Carlos Kniphoff**
- Suplente: **Osni Antônio Savi**

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Escritório Regional
- Titular: **Ericson Fagundes Marx**
- Suplente: **João Sérgio Canterle**

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Titular: **Max Nuni Cesca Battisti**
- Suplente: **Francieli Malmann**

DEFESA CIVIL
- Titular: **Capitão Erikfen Mafra**
- Suplente: **Subtenente Marcos Gross**

ADFVFB - Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão
- Titular: **Vilmar da Motta**
- Suplente: **Félix Padilha**

FOTO: COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARTICIPANDO DA OFICINA TEMÁTICA MACROZONEMANTO, ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

17.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

(Texto revisto no Plano Diretor Municipal de 2017)

O Estatuto da Cidade dispõe que para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados os seguintes instrumentos, entre outros:

a) Órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual ou municipal;

b) Debates, audiências e consultas públicas;

c) Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual, regional e municipal;

d) iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

A participação da comunidade na elaboração do Plano Diretor de Municipal (PDM) será garantida através das Audiências Públicas que serão realizadas no decorrer dos trabalhos.

Conforme determina o Estatuto da Cidade, as audiências são apresentações que o poder público deve fazer em alguns momentos, quando estão em jogo projetos ou Planos de grande importância para o conjunto ou para partes da cidade. Além disso, todo o desenvolvimento dos trabalhos será disponibilizado na secretaria de planejamento urbano do município, permitindo sugestões e o acompanhamento de toda a população. A função é divulgar os trabalhos e proporcionar a troca de informações entre a sociedade, a Equipe Técnica Municipal.

As Audiências fornecem resultados importantes para a continuidade do processo. No período entre a ocorrência das Audiências, as organizações representativas da comunidade devem entregar suas demandas para a Equipe Técnica. Os projetos priorizados deverão ser transcritos em forma ordenada pela Equipe apresentados na próxima Audiência, na qual serão estabelecidos critérios de priorização das demandas das organizações representantes da comunidade na documentação previamente preparada, obtendo-se desta forma um conjunto de projetos do município priorizados por todos os dirigentes e pela equipe.

A importância da participação da sociedade civil na definição do desenvolvimento do PDM do município será ressaltada em todas as Audiências Públicas, pois a participação da sociedade civil facilita a explicitação das demandas das distintas comunidades para que sejam levadas em conta no desenvolvimento dos trabalhos. As decisões tomadas são de responsabilidade compartilhada entre as organizações de base, o executivo e o legislativo municipal, a sociedade civil (tanto na forma de decisões como no controle da implantação do Plano Diretor Municipal (PDM) e as equipes técnicas responsáveis consolidando a participação popular e o exercício da cidadania.

Durante a elaboração do Plano Diretor de Municipal (PDM) de Francisco Beltrão serão realizadas 3 (três) Audiências Públicas, cada uma contendo Ata, lista de presença e fotos como documentação. Nas Audiências Públicas são realizadas apresentações e debates referentes ao Plano Diretor Municipal (PDM).

17.2.1. PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

FOTO: PLATÉIA PRESENTE NA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Aos 27 de outubro de 2016 foi realizada a **1ª Audiência Pública**, no auditório do Centro de Eventos do Parque de Exposições Jayme Canet Júnior, no Bairro Miniguaçu, nesta cidade de Francisco Beltrão, sendo que a ata da audiência encontra-se no Anexo 1 desse documento.

A pauta da audiência foi:

- 19:00 hs – Abertura pelo Sr. Prefeito Municipal com a apresentação da Equipe Técnica Municipal de Acompanhamento do PDM-FB e da Comissão Acompanhamento.
- 19:25 hs – Apresentação de filmes do Ministério das Cidades sobre Plano Diretor.
- 19:55 hs – Explanação sobre o Plano Diretor pela equipe da empresa consultora.
- 20:30 hs – Intervalo
- 20:40 hs – Trabalho de dinâmica de grupo
- 21:40 hs – Plenária
- 22:20 hs – Encerramento

Foi realizada dinâmica de grupo com os participantes objetivando recolher a opinião da comunidade quanto às potencialidades e deficiências do município. Para tanto, os participantes foram divididos em cinco grupos formados por moradores de bairros próximos, que apresentaram os seguintes resultados:

Na 1ª audiência pública (27/10/2016) foram formuladas cinco perguntas ao participantes:

1. COMO VEMOS NOSSO MUNICÍPIO HOJE?
2. O QUE QUEREMOS PARA O NOSSO MUNICÍPIO ?
3. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS ?
4. O QUE TEMOS DE MELHOR PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO?
5. QUAL A MELHOR FORMA DE PARTICIPAR DO PLANO DIRETOR ?

Foram formados 5 grupos distintos e cada grupo respondeu a uma das perguntas acima.

GRUPO 01 - COMO VEMOS NOSSO MUNICÍPIO HOJE ?

Temas abordados :

- Topografia .
- Mobilidade Urbana.
- Paisagismo .
- Falta De Planejamento.
- Crescimento Desordenado.
- Insegurança.
- Necessidade de um instrumento objetivo para entender o município que temos --> Um bom diagnóstico dos limites de ocupação de F. Beltrão.

GRUPO 02 - O QUE QUEREMOS PARA NOSSO MUNICÍPIO ?

- Pessoas no grupo pensando individualmente --> Pouco produtivo.
- Circuito entre os parques.
- Adequação das calçadas.
- Questões de acessibilidade.
- Questão de águas.
- Água necessária.
- Água que escorre das enchurradas.
- Arborização.
- Sistema viário com gargalos - difíceis de resolver.
- Impedir a criação de novos gargalos - trânsitos.

GRUPO 03 - QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO NOSSO MUNICÍPIO ?

- Aprovação de loteamentos sem critérios.
- Código de posturas.
- Fiscalização das diretrizes para declividade acima de 30%.
- Terrenos baldios --> Adotar IPTU progressivo.
- Zoneamento urbano.
- Especulação imobiliária.
- Zoneamento do solo --> loteamento problemático em torno do aeroporto municipal.
- Realização de audiências por temas.
- Realizar "worshops".

GRUPO 04 - O QUE TEMOS DE MELHOR PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO?

- Rodovias – escoamento da produção.
- Condição do solo favorável.
- Recursos hídricos.
- Mão-de-obra especializada.
- Várias universidades à contribuir.
- Matéria prima disponível – não beneficiadas no município.
- Mercado consumidor.

GRUPO 05 - NA SUA OPINIÃO, QUAL A MELHOR FORMA DE PARTICIPAR DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR ?

- Na forma de participação – pouca representatividade na 1ª audiência - que foi cancelada.
- Nesta audiência a população do interior não se fez presente.
- Sugestão de nas escolas os alunos levassem bilhetes para casa informando das audiências.

- Conscientizar os professores da importância do plano diretor.
- Envolver as famílias e escolas neste processo.
- Prefeitura ou câmara de vereadores deveria disponibilizar o transporte para o pessoal do interior participar.
- Escolher um porta-voz de cada região
- Um representante de cada bairro.
- Pouca presença de moradores dos bairros.
- Insuficiente ou pouca divulgação.
- Disponibilizar o diagnóstico para os participantes estarem preparados para a discussão.
- Disponibilizar o questionários nas emissoras de rádio e nos jornais e não somente no site.

17.2.1.1. TRANSCRIÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA Nº 09/2016 – PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR. Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis às dezenove horas, no auditório do Centro de Eventos do Parque de Exposições Jayme Canet Júnior, iniciou-se o credenciamento de participantes da primeira audiência pública de revisão do Plano Diretor Municipal conforme lista de presença anexa a presente ata. A reunião prevista para iniciar às dezenove horas e trinta minutos, iniciou com atraso, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, em razão de providências para gravação em áudio e vídeo conforme solicitação da Dra. Maria Fernanda Marinelli Salvadori Belentani, Promotora de Justiça da terceira Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão Estado do Paraná. Reunidos, atendendo à convocação, estavam a Sociedade de Francisco Beltrão representada por diversos segmentos e entidades organizadas, bem como a coordenação e assessoria de revisão do Plano Diretor Municipal, membros da Equipe Técnica Municipal – ETM e membros da Comissão de Acompanhamento – CA, e o Ministério Público na pessoa da Dra. Maria Fernanda Marinelli Salvadori Belentani Promotora de Justiça da terceira Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão Estado do Paraná, que fez-se acompanhada inicialmente da Procuradora da República no Paraná, Dra. Indira Bolsoni Pinheiro. Estiveram presentes 192(cento e noventa e duas) pessoas que registram presença em lista na fase de credenciamento. No protocolo, Rafael Júnior, do departamento municipal de imprensa e comunicação declarou a abertura e pediu desculpas justificando o atraso, a seguir apresentou a pauta e constituiu frente de honra: Prefeito Municipal Antonio Cantelmo Neto, Vice-Prefeito Eduardo Scirea, Alfonso Bruzamarello representando a presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Sônia Mara Nacke Faust, coordenadora da revisão do Plano Diretor e Gervásio Alvício Kramer, Secretário Municipal de Planejamento. Gervásio deu boas vindas aos participantes e destacou que os trabalhos até agora realizados, juntamente com a Equipe Técnica Municipal – ETM e consultoria, nas preliminares do plano de trabalho para a Lei maior do Município, ou seja, do Plano Diretor, a qual fixará diretrizes de desenvolvimento para os próximos dez anos do Município de Francisco Beltrão. A seguir, fez uso da palavra o Prefeito Antonio Cantelmo Neto, cumprimentando os presentes, cidadãos beltronenses, representantes de segmentos organizados da sociedade civil, associações, professores, acadêmicos, membros de equipe e comissão de trabalhos. Disse que o novo Pano Diretor estabelecerá quais projetos de investimentos para o Município se darão à curto, médio e longo prazo; Ainda informou que o processo de revisão do Plano Diretor se estende até próximo ano e para o próximo governo municipal, cumprindo desta forma as normativas das etapas previstas a sua elaboração. O prefeito agradeceu a Câmara de Vereadores neste ato representada, pelo acompanhamento dos trabalhos para esta importante Lei; solicitou ausentar-se por conta de outros compromissos assumidos. Após cumprimento dos demais, desfez-se a frente de honra para iniciar os trabalhos da pauta. Rafael nominou os indicados para da Comissão de Acompanhamento – C.A a partir de hoje constituída, sendo: 1) Associação Comercial e Empresarial de Francisco Beltrão – ACEFB membro titular Marcos Aurélio Guerra e membro suplente Tarsízio Bonetti. 2) Instituto Ambiental do Paraná – IAP – ERBEL membro titular Clóvis Rech e membro suplente Modesto Rafagnin. 3) União das Associações de Francisco Beltrão – UNIBEL membro titular Hélio de Oliveira e membro suplente Janir Cella. 4) Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Sudoeste do Paraná – SUDENGE membro titular Arquiteto Ertal de Oliveira e membro suplente Engenheiro Celso Mezzomo. 5) Sindicato da Construção Civil – SINTRACON membro titular Osmar Kriger e membro suplente Ademir Zanette. 6) Observatório Social de Francisco Beltrão membro titular Marcelo de Campos e membro suplente Priscila Pastre Vieira. 7) Câmara de Dirigentes Lojistas de Francisco Beltrão – CDL membro titular Ladi Dal Bem e membro suplente Syrlei Maria Zapelini. 8) Centro Sulamericano de Ensino Superior – CESUL membro titular Névio Úrio e membro suplente Arni Deonildo Hall. 9) União de Ensino do Sudoeste do Paraná – UNISEP membro titular Celito Nuremberg e membro suplente Itamar Vodzicki.

10) Universidade Paranaense – UNIPAR membro titular Indianara Aparecida Ribeiro Soares e membro suplente Tatiana Cristina Schneider Ghisi. 11) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE membro titular Ricardo Carvalho Leme e membro suplente Clério Plein. 12) Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR membro titular Fernando Cesar Manosso e membro suplente Cleila Cristina Navarini Valdameri. 13) Câmara Municipal de Vereadores membro titular Daniela Celuppi e membro suplente Cleber Fontana. 14) Secretaria Municipal de Meio Ambiente membro titular Natália Brugnago e membro suplente Ádila Cristina Krukoski Filippi. 15) Secretaria Municipal de Urbanismo membro titular Eduardo Augusto Scirea e membro suplente Silvia Maria Tortora Lorenzetti. 16) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural membro titular Nelson Venzo e membro suplente Beatriz Martins Bastos. 17) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SINDISEM membro titular José Carlos Kniphoff e membro suplente Osni Antonio Savi. Concluído o protocolo, foi passada palavra para a coordenadora da revisão do Plano Diretor Sônia Nacke Faust, e também diretora do DIPPM. Sônia cumprimentou a todos participantes e saudou a Promotora de Justiça Dra. Maria Fernanda Marinelli Salvadori Belentani, da terceira Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão Estado do Paraná, informando o acompanhamento do Ministério Público desde o início dos trabalhos. Sônia saudou em seguida os participantes integrantes da Comissão de Apoio – CA, bem como os membros da Equipe Técnica Municipal – ETM que acompanham os trabalhos de revisão do Plano Diretor desde o seu início. Em relação a criação da Comissão de Acompanhamento Sônia informou que foram consultados entidades e órgãos públicos da sociedade civil que indicaram mediante ofício um membro titular e um membro suplente para compor a Comissão de Acompanhamento – CA de revisão do Plano Diretor. Na sequência apresentou Silmara Brambilla Strassburger, diretora da empresa Lahsa Planejamento e Empreendimentos Ltda, empresa contratada para consultoria e assessoria na revisão e atualização do Plano Diretor, a qual convidou a fazer a apresentação das etapas do plano de trabalho. Silmara deu boas vindas e pediu licença para uma breve leitura de um texto "cidade acessível, humanizada e sustentável para todos". Silmara passou a apresentação em tela do que é o Plano Diretor, objetivos, etapas, produtos, formas de participação, próximas atividades, cronograma, questões para pensar. Discorreu sobre o embasamento legal, citando Constituição Federal de 1988, Estatuto da Cidade Lei nº 10.257/2001, Lei Estadual nº 15.229/2006, Plano Diretor Municipal Lei nº 3300/2006 e Lei de Mobilidade Urbana. Silmara apresentou e enumerou as etapas do Plano de Trabalho, Diagnóstico, Propostas, Legislação Básica, Plano de Ação e Investimentos – PAI e Produto Final (caderno de legislação), elencando os assuntos previstos em cada uma das etapas, com ilustrações e mapas que constituem o município, divisas, perímetro urbano, população, eixos de acesso, frota de veículos e áreas de alagamentos e principais medidas a serem adotadas para correção de problemas atuais e prevenção. No mapa em tela identificação do município, localização de rios e áreas de ocupação irregular, áreas insalubres, onde será necessário relocação de famílias e adequada infraestrutura, identificou os eixos de acesso, fronteiras com outros municípios e malha viária. Citou problemas ocasionados por trânsito pesado a ser organizado a malhas externas. Informou que a frota do município em 2007 registrava 30.190 veículos e atualmente 2016 registra 56.778 veículos, por isso conta hoje com uma malha viária estrangulada; questões de expansão urbana, estudo de espaços vazios, evitando supervalorização imobiliária; mencionou questões de divisão de áreas sem humanização, alocação de pequenos comércios em bairros, residências na área comercial do centro, logística das empresas para expansão; Mobilidade Urbana, transporte público, modais de transporte restritos; locomoção de pessoas com deficiência, calçadas adequadas à cadeirantes, deficientes e idosos. Considerar o desenho urbano, morros, vias, rios, criar eixos mistos em alguns bairros, fenômenos naturais, citou sistema de microdrenagem a exemplo de alguns municípios. Destacou que após Diagnóstico com levantamento e leitura da cidade que temos hoje, através da leitura técnica e leitura comunitária, serão trabalhadas as propostas e demais etapas, para isso serão realizadas ainda este ano três oficinas e posteriormente outras audiências públicas previstas para o próximo ano com a população e lideranças. Citou o questionário de participação popular disponível desde o início, no site no Município com 42 questões sobre diversos temas pertinentes a revisão do Plano Diretor. Previsão da segunda audiência para janeiro e terceira para fevereiro, sendo na segunda debatido o macrozoneamento. Silmara apresentou ainda o calendário de atividades, e concluída a apresentação foi dividido o plenário em cinco grupos de participantes para debates e respostas às questões distintas a cada grupo, sendo: Dinâmica de grupo: Grupo 01: como vemos nosso município hoje? Grupo 02: o que queremos para o nosso município? Grupo 03: quais são os principais problemas enfrentados pelo nosso município? Grupo 04: o que temos de melhor para impulsionar o desenvolvimento em nosso município? Grupo 05: na sua opinião, qual a melhor forma de participar da revisão do plano diretor? Após tempo final previsto, os grupos voltaram ao plenário, momento em que Silmara abriu espaço para os mediadores de cada grupo para apresentarem as respostas levantadas nos grupos, sendo dois mediadores por grupo. Grupo 1: Ertal de Oliveira citou temas abordados no grupo: topografia, mobilidade urbana, paisagismo, falta de planejamento, crescimento desorganizado e insegurança. Professor Luciano apontou necessidade de instrumento objetivo pra entender o município que temos, e pra isso um bom diagnóstico dos limites de ocupação de Francisco Beltrão. Grupo 2: Arni Hall citou pessoas no grupo pensando individualmente, por isso pouco produtivo, sugestões apontadas: circuito entre os parques, adequação de calçadas. questão da acessibilidade, questão de águas, água necessária, água que escorre das enxurradas, arborização, sistema viário com gargalos viários na cidade difíceis de resolver, impedir a criação destes novos gargalos, de modo geral. Grupo 3: professora Indianara Ribeiro Soares da Unipar apontou metodologia inadequadadesta primeira

audiência, perguntas subjetivas, perguntas vagas, rever uso de metodologia da audiência mesmo que demande mais tempo, sugere reuniões com equipe técnica e universitários, consulta mais aberta as universidades; pessoas com conhecimento técnico, deveria já possuir um diagnóstico da cidade, de qualidade, com números reais, existem profissionais qualificados na cidade, e o diagnóstico não existe, criar nova metodologia para as audiências, criar um diagnóstico técnico; aprovações de loteamentos sem critérios, código de posturas, fiscalização das diretrizes para declividade acima de 30%, terrenos baldios adotar IPTU progressivo, zoneamento urbano, especulação imobiliária, zoneamento do solo citou loteamento problemático em torno do aeroporto municipal. Sugeriu que fossem realizadas audiências por temas, realizar workshops. Passando a palavra a segunda mediadora professora Silvia Regina Pereira da Unioeste, porém a promotora, Dra Maria Fernanda solicitou a palavra para esclarecer sobre o procedimento envolvendo o loteamento do aeroporto, declarou que nas consultas realizadas pelo Ministério Público aos órgãos de controle, estes não apresentaram relatórios técnicos conclusivos, desta forma procedeu-se o arquivamento; informou ofício encaminhado ao executivo municipal da necessidade adotar de critérios para novos pedidos de loteamentos, a Promotora destacou que os princípios do Ministério Público de agir dentro da legalidade, disse ainda em relação a forma discordante da audiência pública em outro ponto colocado por este grupo, que se constatado insuficientes os eventos do cronograma apresentado, estes poderão ser estendidos ao tempo e eventos suficiente para conclusão de diagnóstico preciso. Dra Maria Fernanda agradecer e devolveu a palavra para a professora Silvia que colocou a inquietação do grupo com o pouco tempo disponível visto os inúmeros problemas levantados e se tratarem de questões muito amplas e não permitem listar problemas, complementou dizendo que se deveria ter apresentado estudo e diagnóstico já feito, sugeriu para as próximas audiências temas desdobrados e tempo maior para discussão, a partir do diagnóstico apresentado pela empresa. Essas perguntas e respostas deverão ser inseridas na revisão do Plano Diretor, e como tornar essas propostas passíveis de serem executadas, e não arquivadas e engavetadas, finalizou enfatizando a necessidade de rever a metodologia da audiência pública. Silmara, antes de chamar o próximo grupo, justificou que a metodologia adotada corresponde ao Termo de Referência do Paranacidade assim como as perguntas dirigidas aos grupos inclusive de linguagem acessível para a população. Dra Maria Fernanda pediu a palavra dizendo que foi informada que em sua entrevista de convocação para audiência pública havia equivocadamente mencionado outras três audiências este ano, sendo que são três oficinas, e por isso desculpou-se junto à coordenação; destacou que as universidades possuem contribuições extremamente valorosas para a revisão do Plano Diretor, informou constar em sua recomendação administrativa nº 02/2016 expedida para a Administração Pública Municipal, a necessidade de estender o prazo de conclusão da nova lei, e que o gestor público se apóia nesta recomendação para a decisão de prorrogar o prazo, sendo assim a Prefeitura acatou e estendeu as discussões para o próximo ano; informou que a metodologia adotada para Audiência Pública atende ao Termo de Referência do Paranacidade; a Promotora sugeriu aos professores posterior apresentação de propostas de temas específicos para as oficinas e colocou-se a disposição para intermediar com a Equipe Técnica Municipal - ETM e se necessário ajustar o calendário. Continuando a plenária dos grupos: Grupo 4: a mediadora Aloma do curso de Engenharia Ambiental da UTFPR citou que para a economia com base diversificada, sendo que as atividades a do campo são de maior destaque no Município, para isso alguns pontos que devem ser considerados nas diretrizes do Plano Diretor: - as rodovias que por favorecer o escoamento da produção agrícola, condição do solo favorável, recursos hídricos, mão de obra especializada, várias universidades a contribuir, matéria prima disponível no município não beneficiada no próprio local, mercado consumidor, os universitários contribuem neste mercado. Expansão territorial que pode ser explorado de boa maneira, para ajudar nos problemas e não aumentá-los. Comunidade acadêmica fundamental no desenvolvimento, parceria e integração. A comunidade acadêmica coloca-se a disposição para contribuir de forma que a ser pensado o cenário geral. 5) Mediadores acadêmicos da UTFPR: ao pensar na forma de participação citou pouca representatividade na primeira audiência, que por tal foi cancelada, e nesta com população do interior não presente, para este último sugeriu nas escolas alunos levarem bilhetes para casa informando das audiências, conscientizar os professores da importância do Plano Diretor e envolver famílias e escolas neste processo, prefeitura ou câmara de vereadores poderia disponibilizar o transporte para o pessoal do interior poder vir até as audiências; sugeriu ainda escolher um porta-voz de cada região, um representante do bairro, não levantar problemas individuais, dar ênfase ao interesse coletivo, interesses do bairro; o segundo mediador implementou a fala dizendo que observou pouca presença de moradores do bairro, insuficiente ou pouca divulgação; sugeriu disponibilizar o diagnóstico para os participantes virem preparados às discussões, disponibilizar o questionário na rádio e no Jornal de Beltrão, não somente no site pois alguns não tem acesso. Finalizada apresentação dos grupos, a Coordenadora Sônia citou sua experiência na elaboração do Plano Diretor de 2006 que fundamenta este processo, falou da atual interação com as universidades hoje instaladas no Município, a exemplo da primeira oficina realizada no final do mês de julho na Unipar com professores das demais universidades, quando estes se dispuseram a contribuir com estudos e levantamentos realizados e assim foi acordado com a coordenação. Na sequência foi realizada reunião da equipe técnica municipal com os professores Luciano e Beatriz, coordenadores do curso de Geografia da Unioeste, que nesta ocasião apresentaram a equipe técnicamunicipal, o Diagnóstico da ocupação de áreas com declividade acima de 30% na cidade de Francisco Beltrão, tratando-se de um estudo e trabalho acadêmico supervisionado pelos docentes do curso de Geografia da Unioeste e apoio técnico na área de Geoprocessamento, ilustrando desta forma a abertura

da coordenação dos trabalhos e a valorosa contribuição acadêmica, Sônia disse que o Plano é complexo e a intenção é ouvir a população, universidades e profissionais de modo geral; colocou-se a disposição para receber críticas e colaborações. Lorenzo Balen, do plenário pediu a palavra, dizendo que está em Francisco Beltrão há pouco tempo, que veio a audiência para conhecer como é o processo, perguntou se a audiência é consultiva ou deliberativa, e se foi realizada leitura do edital; disse considerar importante constar em ata a definição de realizar oficinas preparatórias com as universidades e que seja primeiro realizado o diagnóstico para então firmar comprometimento com as universidades. Vilmar da Motta, presidente da Associação de Deficientes Físicos e Visuais pediu a palavra, dizendo que não recebeu convite para audiência e para grupos de trabalho ou comissão de acompanhamento, considera importante a participação da pessoa com deficiência física, por haver muitos locais com problemas de acessibilidade, colegas que não conseguem sair de casa para unidade básica de saúde ou outro serviço essencial. Citou ainda que o questionário do Plano no site do município é inacessível para deficientes visuais, solicitou verificar condições e permitir oportunidade de participação deste grupo de pessoas, que podem propor soluções, colocando-se como voluntários na elaboração do processo de revisão do Plano Diretor. Silmara solicitou se alguém mais no plenário teria alguma observação. Esmeralda Gusmão da Defesa Civil da Secretaria de Assuntos estratégicos da prefeitura, solicitou a palavra e disse que as universidades sempre estiveram a disposição, como aconteceu da 6ª conferência das cidades este ano, observou que por questão natural a bacia hidrográfica não permite solução total para os problemas de alagamentos na cidade, solicitou à coordenação que a Defesa Civil passe a integrar a Comissão de Acompamento – CA independente da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Professora Silvia da Unioeste, necessário propor temas para oficinas, usar de outros meios para divulgação convite pessoas, controle de tempo para explanação, a partir da discussão, abrir para levantamento dos questionamentos, quais seriam as diretrizes, elencando os prazos de curto e médio prazo e permanente. Colocou-se a disposição para elencar os temas, e tentar obter o mínimo de representatividade dos bairros, cada um repassar informação a seus colegas e conhecidos, elencar os temas considerando todas as problemáticas e cronograma pra desenvolver essas oficinas, juntamente com Sonia e Silmara. Professor Luciano da Unioeste frisou a necessidade de imagem de satélite atualizada para obter diagnóstico fiel das áreas de ocupação de Francisco Beltrão, terrenos com declividade, imagens estas a serem cruzadas com imagem atual de ocupação e mapa de zoneamento obtido; enfatizou que seja adquirida pelo município esta base cartográfica atualizada, criando desta forma condições de realizar o mapeamento rápido e com eficácia. Esmeralda da Prefeitura declarou que a Secretaria de Assuntos Estratégicos com o Departamento da Defesa Civil da Prefeitura firmou parceria com o Cemaden – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, e o acesso a esta plataforma permite informações precisas e em tempo para prever possíveis desastres, porém dados anteriores só são possíveis armazenar em equipamento de maior capacidade, Esmeralda mencionou que o Departamento está à disposição das Universidades para contribuir com os dados, bem como troca de informações. Lorrana Melo Ramalho Ferreira da UTFPR agradeceu a importância dada ao acadêmico enriquecendo conteúdo do curso e conhecimentos como forma de atividades, convidou para manifestação na sexta na praça às nove horas da manhã em apoio aos professores e a educação no País. Mencionou que a Associação de moradores Unibel não estava presente (lista presença ok, ausentou-se antes do final). Encerrando os trabalhos Silmara da consultoria declarou que será informada data da próxima oficina, Gervásio Kramer, em nome da coordenação agradeceu a presença de cada um dos participantes, bem como a contribuição que trouxeram, destacou que muitos puderam expor seu pensamento ou opinião, outros não, mas que a forma de participação demonstrou o interesse em contribuir e disse se tratar de uma tarefa complexa; temos muitas potencialidades a serem valorizadas e muito trabalho a frente; em nome da coordenação agradeceu os segmentos que se fizeram presentes, enfatizou que o Sindicato Rural e Sociedade Rural foram convidados, agradeceu a promotora Dra. Maria Fernanda com o melhor propósito de contribuir para uma melhor cidade. A reunião encerrou às vinte e duas horas e quarenta minutos e foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação da presente ata, que é precedida pela lista de presença e assinatura dos participantes

17.2.2. SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

FOTO: PLATÉIA PRESENTE NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Em 30 de março de 2017, as 19:00 horas, foi realizada a **2ª Audiência Pública**, no auditório do Centro de Eventos do Parque de Exposições Jayme Canet Júnior, no Bairro Miniguaçu, nesta cidade de Francisco Beltrão, sendo que a ata da audiência encontra-se no item 11.2.1.1. desse documento.

A pauta da 2ª Audiência Pública foi:

- Apresentação das deficiências e reivindicações das Oficinas Temáticas;
- Apresentação das propostas baseadas nas reivindicações das Oficinas:
  - MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE
  - MEIO AMBIENTE E ÁGUAS
  - MACROZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
- Abertura para considerações da platéia;
- Votação das sugestões e propostas.

Tempo máximo estabelecido de 2 horas.

Número de pessoas presentes: 78

17.2.2.1. TRANSCRIÇÃO DA ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA Nº 16/2017 – SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.
Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete às dezenove horas, no auditório do Centro de Eventos do Parque de Exposições Jayme Canet Júnior, iniciou-se o credenciamento de participantes da segunda audiência pública de revisão do Plano Diretor Municipal conforme lista de presença anexa a presente ata. O Edital de convocação foi publicado no Jornal de Beltrão na edição nº 6161 do dia 16/03/2017 página 8ª e na edição nº 6168 do dia 25/03/2017 página 6ª na capa da edição nº 6170 do dia 29/03/2017 na edição nº 6171 do dia 30/03/2017 página 04, inserção do banner do convite na página inicial do sítio da prefeitura franciscobeltrao.pr.gov.br a partir do dia 15/02/2017, entrevista do coordenador em duas edições na TV Beltrão do dia 29/03/2017, e entrevista na Rádio Princesa dia 30/03/2017 às nove horas e quinze minutos, bem como, ofícios enviados ao poder legislativo, Ministério Público 3ª Promotoria, correio eletrônico às instituições, associações, sindicatos e organizações não governamentais que compõe a Comissão de Acompanhamento e visitas às universidades. Estiveram reunidos,atendendo à convocação, a Sociedade de Francisco Beltrão representada por diversos segmentos e entidades organizadas, bem como a coordenação dos trabalhos de revisão, membros da Equipe Técnica Municipal – ETM e membros da Comissão de Acompanhamento – CA, e o Ministério Público na pessoa do Dr. Flávio Caliri Schmidt Promotor de Justiça Substituto da terceira Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão Estado do Paraná. Na lista de presenças por ocasião do

credenciamento, foram registradas as seguintes presenças: 01 – Samoel Pitz SENAC; 02 – Roberto Granzer - Agência Ádamo; 03 – Valter Mazzetto - Bairro Presidente Kennedy; 04 – Claudio Loes – Ecophysis; 05 – Joana Raitz Allein – Unipar; 06 - Gabriela Pletsch – Unipar; 07 - Itamir Montemezzo – Secretaria Municipal de Urbanismo; 08 – Nelson Venzo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 09 – Jean Roberto Dompsin – Sudenge; 10 – Alan Alceni Muelh – Pinheirinho; 11 – Christine Nascimento Grabaski – Unioeste/CCSA; 12 Juliane Ioris – Prefeitura Municipal; 13 – Luiz Carlos da Silva – LCS; 14 – Alaércio Paulo Corazza – Prefeitura Municipal; 15 – Roberto Olegario – Unipar; 16 – Bruna Freitas de Oliveira – Vigilância em Saúde; 17 – Inácio Pereira – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; 18 – Itamar Lanzarin – Jardim Seminário; 19 – Tânia Roselli Musame – Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão ADFVFB; 20 – Dalva Colling – Vigilância Sanitário Prefeitura; 21 – Mônica Ag – Unipar; 22 - Maicon de Oliveira – Prefeitura Municipal; 23 – Luidgi Pereira Dalla Cort – Unipar; 24 – Luiz Carlos Flavio – Unioeste; 25 – Wilian Amann – Departamento Municipal de Cultura; 26 - Angela C. Paludo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; 27 – Heloisa Bortot – Secretaria Municipal de Planejamento; 28 – Silvia Regina Pereira – Unioeste; 29 – Alcinar Paulo Fraslebon – Unioeste; 30 – Rosa F. Vandresen – Secretaria Municipal de Educação; 31 – Vanessa De Gois – Unipar; 32 – Indianara Soares – Unipar; 33 – Beatriz M. Bastos - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 34 – Marilda Galvan – Departamento de Trânsito DEBETRAN; 35 – Zenaide T. de Mello; 36 – Marizete de Freitas; 37 – Andrea Maria Zorzo de Almeida – BMB-DVB; 38 - Rojane M. Kletecke – Eng. Agrônoma; 39 – Adriano Roberto David – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 40 – Giovane J. Berte – Comunidade Batista Betel São Miguel; 41 – Ivo Sendeski – Núcleo das Imobiliárias de Francisco Beltrão; 42 – Aline Biezus Secretaria Municipal de Saúde; 43 – Nileide T. Perszel – Secretaria Municipal de Planejamento; 44 – Ladi Dal Bem – Clube de Diretores Lojistas de Francisco Beltrão CDL; 45 – Rodrigo Inhoatto – Câmara de Vereadores; 46 – João Sergio Canterle – Emater; 47 – José Carlos Kniphoff – Câmara de Vereadores; 48 – Itacir Camilo Rovaris - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; 49 – Jorgiane Pagnan – Unioeste; 50 – Marcos Anselmo Gross dos Santos – Departamento de Defesa Civil; 51 – Tatiana Ghisi – Unipar; 52 – Eloi Trevisan; 53 – Eliete Braghini – Rotary Cango; 54 – Félix Padilha - Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão ADFVFB; 55 – Luciano Schmitz – Advogado; 56 – Fernando C. Manosso – ITFPR; 57 – Liziane Karla T. Behne - Secretaria Municipal de Planejamento; 58 – Paulo José Iunko – Rio Tuna; 59 – Letícia Cantu – Bairro Industrial; 60 – Alexandre Pecoits – Associação Empresarial de Francisco Beltrão ACEFB; 61 – Nádia Bonatto – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 62 – Tiago Marcelp – Secretaria Municipal de Finanças; 63 – Natalia Balboena; 64 – Mozart S. Maciel; 65 – Edimar Nava – Construtora Projeto; 66 – Guilherme Seifert Neto - Secretaria Municipal de Planejamento; 67 – Debora Nazario – Bairro Júpiter; 68 – Helio de Oliveira – União das Associações de Francisco Beltrão Unibel; 69 – Vilmar Rigo – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 70 – Ricardo Leme – Unioeste; 71 – Natalia Hartmann – Unipar; 72 – Ridonei Antunes Unipar; 73 – Sidney D. Mas – Unipar; 74 – Santina R. Lehr – Bairro Industrial; 75 – Max Nuni Cesca Battisti – IBGE; 76 – Gean Carlos Leandro – UTFPR; 77 – Emerson Luiz Maciel; 78 – Carlos N. Gianta. No protocolo, Claudiney Del Cielo, do departamento municipal de imprensa e comunicação declarou a abertura da Audiência e relatou os eventos anteriores para a revisão do Plano Diretor Municipal, a seguir fez a leitura do Edital de Convocação e constituiu frente de honra: Prefeito Municipal Cleber Fontana, Vice-Prefeito e Secretário de Planejamento Antonio Pedron, José Carlos Kniphoff representando a presidente da Câmara Municipal de Vereadores e Dalcy Salvati coordenador da revisão do Plano Diretor Municipal e Dr. Flávio Caliri Schmidt Promotor se Justiça Substituto da terceira Promotoria de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão Paraná. A seguir Claudiney fez menção às autoridades presentes. No uso da palavra Dalcy Salvati agradeceu a todos os presentes falou da importância de mais este evento com a participação popular e expressou a intenção que este seja produtivo. Antonio Pedron, no uso da palavra ressaltou o trabalho do coordenador por ser uma missão desafiadora; expressou que de fato consigamosdelinear um Plano Diretor atualizado que atenda aos anseios e necessidades dos munícipes o desenvolvimento urbano sustentável, agradeceu, sobretudo, a participação de todo cidadão interessado no futuro de Francisco Beltrão. Com a palavra o Prefeito Cleber Fontana cumprimentou os membros da frente de honra e a todos os presentes e declarou que esta Audiência encerra um dia de conquistas para Francisco Beltrão que teve neste dia a presença do governador, do presidente da Assembléia Legislativa e outras autoridades autorizando a obra do Contorno Oeste ligando a Cidade Norte PR 180 até a PR 483 saída para Cascavel e a apresentação de projeto de drenagem urbana para evitar enchentes e alagamentos do Rio Marrecas, Cleber atribuiu estas conquistas a toda população, agradeceu ao secretário e vice-prefeito Antonio Pedron e o coordenador Dalcy Salvati que aceitaram o desafio de seguir com os trabalhos de revisão do Plano Diretor após o término e não renovação de contrato com a empresa de consultoria; Cleber disse que estamos chegando num patamar onde as ações necessitam ser pensadas com responsabilidade, como por exemplo, pensar num futuro Centro Cívico para a cidade, pensar em projetos arrojados para o problema das enchentes e das cheias, não simplesmente praças, rotatórias, semáforos, etc. Desafiou a pensar Francisco Beltrão com qualidade de vida, mas com visão futurista, uma visão maior; solicitou colaboração de todos para planejar Francisco Beltrão. Dando sequência e finalizando o protocolo Claudiney enalteceu o trabalho compartilhado da Equipe Técnica Municipal com a Comissão de Acompanhamento, nominando as entidades integrantes: ACEFB Associação Empresarial de Francisco Beltrão, UNIBEL União das associações beltronenses; IAP Instituto Ambiental do Paraná regional de Francisco Beltrão;

SUDENGE Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Sudoeste do Paraná; SINTRACON Sindicato da Construção Civil; Observatório Social de Francisco Beltrão; CDL Clube de Dirigentes Logistas; CESUL Centro Sulamericano de Ensino Superior; UNISEP União de Ensino do Sudoeste do Paraná; UNIPAR Universidade Paranaense; UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná; UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus de Francisco Beltrão; Câmara Municipal de Vereadores; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; SINDISEM Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; EMATER local; IBGE Agência Francisco Beltrão; Defesa Civil Municipal e Estadual; ADFVFB Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão e NUDEARQ – Núcleo de Arquitetos de Francisco Beltrão. Ao finalizar, Claudiney agradeceu a atenção e passou a palavra ao coordenador dos trabalhos Dalcy Salvati. Ao iniciar Dalcy programou para duas horas a reunião, sendo possível ainda, a quem interessar permanecer ao término para perguntas e sugestões. Dalcy explicou da dinâmica para os trabalhos e foi distribuído formulário para o participante registrar sua pergunta e ou sugestão/proposta, como também um cartão para o momento de votações e solicitação da palavra; o que será possível a partir da apresentação do produto de debates na primeira audiência pública e das três oficinas temáticas realizadas. Iniciando apresentação em Power Point Dalcy relatou as fases até agora percorridas para revisão do Plano Diretor Municipal que foi iniciado em 2006 com a gestão de governo anterior, e profissionais envolvidos, disse que tomou conhecimento de todo conteúdo através da leitura das atas de reuniões, assistindo as gravações disponíveis e demais documentos. Para os questionamentos da primeira audiência pública quais sejam: 1-Como vemos nosso Município hoje? 2- O que queremos para o nosso Município? 3- Quais são os principais problemas enfrentados? 4- O que temos de melhor para impulsionar o desenvolvimento? 5- Qual a melhor forma de participar do Plano Diretor? Foram então levantadas pelos cinco grupos formados varias questões e deficiências de cada grupo que após compiladas foram definidos os temas para as três oficinas: Oficina1- Mobilidade Urbana e Acessibilidade; Oficina2- Meio Ambiente e Águas; Oficina3- Macrozoneamento e uso e ocupação de solo. Produto da Oficina 1 Mobilidade Urbana e Acessibilidade apresentação de propostas de cinco grupos formados, baseadas nas deficiências e reivindicações: a) Rota de caminhões que passam pelo centro da cidade → será resolvido com a construção do contorno oeste que fechará o anel viário; Caminhões que trafegam na cidade e efetuam manobras prejudicando o trânsito → transferência das empresas que operam esse tipo de transporte para locais mais adequados fora da cidade; c) comércio concentrado no centro, congestionamento nas horas de "pico" → privilegiar o centro da cidade para pedestres com ampliação dos passeios dificultando o acesso de veículos e estacionamento; d) dar atenção aos corredores de acesso a cidade "entradas" → implantação de binários eixos viários formados por Avenida Porto Alegre + Avenida Florianópolis, Avenida União da Vitória + Rua Maringá, Avenida Luiz Antonio Faedo + Avenida Santo Fregonese, incluindo a reurbanização; e) Melhorias dos acessos as estradas do interior, implantação de trevos da rodovia principal para a vicinal → rodovias estaduais, reivindicações junto ao D.E.R projetos de acesso com segurança, requer ação política; f) Rede de pontes interligando os bairros, levando em conta a hidrografia urbana → O plano de sistema viário existente e a ser atualizado contempla a construção de pontes, duas delas já foram executadas; g) Exigência de estacionamentos privados para estabelecimentos, no interior do seu terreno ou na própria edificação → o Plano Diretor atual já exige área de estacionamentos para os estabelecimentos, os parâmetros serão revistos nesta revisão; h) Melhorias de acesso ao local de Santa Bárbara que atende a UTFPR e Colégio Agrícola → Elaboração de projeto específico para esta via prevendo o alargamento, ciclovia e calçadas; transporte coletivo e ciclovias: i) Estabelecer linhas de ônibus interuniversitárias, incluindo o hospital regional futuro hospital universitário com as universidades → Solicitar um estudo de viabilidade desta linha junto a concessionária do serviço de transporte coletivo; j) Conciliar as paradas de ônibus junto a ciclovia existente na Rua Curitiba – conflito → Verificar os pontos de conflito nesta via e achar uma solução que atenda a situação indicada; k) Ciclofaixas – repensar e aprimorar – incluir na legislação → Elaboração de um plano / projeto de implantação das ciclovias que atenda a todas as regiões da cidade; l) Estabelecer ciclovias ou ciclofaixas interligando os parques da cidade e também as universidades → Elaboração de um plano municipal de mobilidade contemplando todos os meios de locomoção, incluindo-se as ciclovias; m) Ponto de discordância: quanto aos estacionamentos no centro - faltará espaço no futuro para cada o cidadão deslocar-se com seu carro para uma loja ao mesmo tempo em período e horário → alegação: a implantação de estacionamentos na área central poderá provocar congestionamentos nas horas de "pico" → A finalidade seria de tirar o máximo possível a circulação de veículos na área mais central da cidade; n) Veículos velhos abandonados em acostamento de vias públicas → o código de posturas estabelece as normas disciplinadoras da utilização do espaço pública, cabe a notificação do proprietário, prazo para a retirada do veículo, não sendo atendido a remoção e a penalidade. Acessibilidade: o) Calçadas obstruídas – obras irregulares invadem o espaço público. ex: bares / lanchonetes → o código de posturas do município já prevê estas situações: fiscalizar e aplicar, se for o caso, a penalidade; p) As ruas priorizam os veículos em detrimento dos pedestres e ciclistas → Incentivar o deslocamento a pé e por bicicletas – melhorias nas calçadas, novos calçadões e rede de ciclovias; q) Aclives e declives nos acessos de veículos nas edificações – calçadas ajustadas para os carros e não para os pedestre → Fiscalizar e exigir do proprietário a adequação do acesso de veículos para tornar a calçada acessível, e não simplesmente resolver o seu problema; r) Os proprietários são os responsáveis pela execução da calçada em frente ao seu terreno, o que causa desconexão e falta de padronização → A execução das calçadas deveria ficar por conta da prefeitura, cobrando o serviço do proprietário, resultando em calçadas padronizas,

mais contínuas e uniformes projeto padrão; s) O transporte público não tem atendido o deficiente físico e visual, falta de informação → Instalar um sistema de sonorização funcional para informações no interior dos ônibus → parceria com as universidades para desenvolver um aplicativo de celular específico; t) melhorias na sinalização viária para os deficientes visuais → Incluir sinalizadores sonoros nos semáforos e onde houver a necessidade; u) Centro da cidade: espaços destinados para pedestres sendo usados para estacionamento de veículos → Requer fiscalização dos órgãos de trânsito; v) Estabelecer que o loteador entregue o empreendimento com o passeio construído → Estabelecer exigência na lei de parcelamento do solo (loteamentos), há controvérsias; x) Implantação de calçadas largas com espaço suficiente para a circulação de pessoas, para as plantas e para os postes de iluminação e sinalização → Implantar mais áreas com calçadões; y) Alargar os passeios públicos existentes para garantir uma boa circulação → só será possível com a diminuição do espaço de circulação e de estacionamento de veículos as ruas centrais, com exceção da avenida, possuem pouca largura; w) A nova lei do PDM deve abordar e punir quem desrespeita as normas de acessibilidade, colocar regras aos loteadores e intensificar a fiscalização → já existe legislação federal, estadual e municipal e normas que tratam da questão de acessibilidade, exigir seu cumprimento. Concluindo, Dalcy ilustrou situações abordadas com fotos reais. Neste espaço até a apresentação do produto da próxima oficina, alguns participantes solicitaram a palavra: - Félix Padilha da ADFVFB comentou a dificuldade dos deficientes físicos, apesar de terem sido executados pontos de acessibilidade nas calçadas estes não atendem a necessidade e não resolveu o problema. – Professor Luiz Carlos Flávio da Unioeste sobre Ciclovias lembrou a Conferência das cidades do assunto debatido nos grupos, a idéia foi dada de se colocar radiais para "costurar" a cidade, interligar os prontos da cidade. – Professora Silvia R. Pereira da Unioeste disse que participou da primeira audiência e reuniões com o MP acerca de vários temas, que na sua opinião deveriam acontecer mais oficinas, a forma de condução que toda a discussão não foi considerada, destacou o documento ao MP, alguns pontos muito discutidos e que são faltantes para serem votados, faixas, redutores de velocidade, acesso à parques, carros no interior do parque, o uso do parque por auto escolas de forma inadequada causando falta de segurança aos cidadãos, disse que outro ponto discutido com a promotora ponte próximo ao Mano Manfroi sem acessibilidade, ciclovias ou ciclofaixas na Rua Curitiba falta de fiscalização, padronização apara atender a necessidade de trabalhadores ciclistas; itinerário do transporte coletivo que não atende nos horários noturnos final de aulas nas universidades. Dalcy comentou o que foi falado, dizendo que realmente as cidades dão prioridade a veículos. - Professor Fernando Manosso da UTFPR relacionado a mobilidade citando temas apontados: pensar como está nosso binário antes de pensar em expandir, visão prioritária do motorista na sociedade; na Gestão anterior já se falava em outros binários, exemplo com a Rua Maringá, opina ser inadmissível pensar em binários sem ter calçadas acessíveis, outra problemática é a travessia dos binários por pedestres, é uma roleta russa em que se tenta travessia em uma possibilidade de segundos por carros estarem em alta velocidade, largura excessiva da via como rodovia poderiam ser mais estreitas, necessário técnicas apuradas e investimento nas ruas, concorda com projeto de calçadas padronizadas com arborização a ser trabalhada e há soluções que não envolvem dinheiro, para mercadorias e carros velhos abandonados fiscalizar e aplicar multas. - Itacir Rovaris citou exemplo de ciclistas que não utilizam a ciclovia por falta de educação dos
cidadãos. – Inácio Rodrigues Pereira falando aspecto da mobilidade sugeriu calçadas apenas de um lado da rua e outro lado livre, para circulação de pedestres e ciclistas, como forma de resolver a mobilidade, atenção com relação à rede de distribuição elétrica, árvores lixeiras que ocupam as calçadas. Dalcy frisou a importância da participação dos proprietários em não deixar tudo para a administração municipal, diante de recursos cada vez menores aos municípios, são medidas a longo prazo, mas se faz necessário iniciar. – Helio de Oliveira da Unibel: os problemas são muitos para tentar soluções, em 2005 foi delegado na conferencia das cidades e em projeto com a Copel preocupar-se com algo maior, exemplo rede de energia elétrica em forma de canalização. - Professora Indianara Soares da UNIPAR disse que participou de todas as etapas desta revisão do PDM da primeira audiência, das oficinas e da Conferencia das Cidades, agradeceu ao coordenador Dalcy e vice-prefeito pela atenção, pois até então não tinha acesso direto e foi atendida pela atual administração; Agradeceu professores presentes que são formadores de opinião na busca de dialogo com a promotoria, tudo na intenção de ajudar a colaborar, sobre acessibilidade é necessário pensar a cidade daqui há dez anos, fez a experiência de pedalar na ciclofaixa em época de férias partilhando depois com os alunos; Sugere Audiências mais prolongadas para dar tempo de tratar os assuntos que são muitos e necessários serem debatidos e considerados, Sugeriu juntar para a próxima audiência os assuntos debatidos na conferência das cidades. Dalcy informou que realizou contato e posterior reunião com direção das Universidades e já está marcado um workshop na Unioeste dia 19 de abril às 19:30 horas; Dalcy relatou que aprendeu a gostar do planejamento de cidades quando de sua experiência de trabalho com Jaime Lerner, o que renasceu recentemente a pensar a cidade de Francisco Beltrão. - Natália Balboena Dona de casa declarou que o Debetran só pensa em multar os motoristas, necessário fazer algo com o prolongamento do industrial para tirar os jovens da rua que tomaram conta, se instalando bares e baderna naquele local e incomodam moradores e estes precisam ligar para polícia, desrespeitam hospital que existe próximo, pensar no futuro esta questão. – Itacir Rovaris, tornando a falar, enfatizou que as questões são discutidas e trabalhadas hoje esquecidas amanhã, reforçou a idéia de se criar um Instituto para atualizar constantemente as temáticas. Retomando, Dalcy colocou em votação as propostas da Oficina 1 Mobilidade Urbana e Acessibilidade que foram aprovadas pela maioria, assim como novas reivindicações desta ata que

passam a ser consideradas. Dalcy retomou a apresentação de slides: Produto da Oficina 2 – Meio Ambiente e Águas apresentação de propostas de seis grupos formados, baseadas nas deficiências e reivindicações: Grupo 1: CHEIAS / ALAGAMENTOS E ASSOREAMENTOS: ENCHENTES ALAGAMENTOS → deveriam serem mapeadas as áreas de risco de alagamentos (enchentes); → Criar mecanismos para coibir o uso destas áreas de risco de alagamentos; → Ações imediatas, em locais pontuais, para solucionar falta de vazão nas tubulações de águas pluviais; → Construção de canais subterrâneos (túneis) para escoar as águas da cidade rapidamente, por ocasião das cheias / chuvas; → Definir e implantar áreas de recarga / áreas de infiltração de águas da chuva na área urbana; → Exigir lagoas de contenção e dissipadores nos loteamentos; → Que todas as liberações de loteamentos sejam analisadas por conselho definido para esta finalidade; → Desenvolver políticas de incentivo e exigências de controle e contenção de águas na bacia do Rio Marrecas, na cidade e zona rural; → Implementar, qualificar e equipar a defesa civil, com pessoal suficiente e qualificado para fiscalizar, orientar e dar atendimento aos desastres naturais. GRUPO 2 - LOTEAMENTOS e OCUPAÇÕES DESORDENADAS → Verticalização planejada: incentivar a verticalização da cidade em zonas adequadas e definidas para esta finalidade – evitando a expansão horizontal exagerada; → Ocupação dos espaços vazios urbanos – evitando a especulação imobiliária e otimizando a utilização da infraestrutura existente em seu entorno - inibe a expansão do perímetro urbano; → Controle da expansão horizontal / perímetro urbano – cada vez mais a população está ficando distante do centro; → Otimização do espaço público - a cidade está pensada para os carros - a cidade devolvida para as pessoas, pedestres e ciclistas - mais largura nas calçadas; → Implantação do IPTU progressivo para lotes e as áreas de vazios urbanos; → Fiscalização das normas novas e das antigas ainda vigentes. GRUPO 3 – CONSTRUÇÕES EM ÁREA DE RISCO E DESLIZAMENTOS: → Regras mais específicas e claras na permissão de construção de edificações e de loteamentos em áreas de encostas – tanto para o cidadão como para o loteador; → Instituir uma comissão de engenheiros do setor público e do setor privado , para analisar o estudo de impacto de vizinhança - apresentar soluções para danos que poderá causar; → Fiscalização pelo poder público e pela própria comunidade, implantar um canal específico tipo Disk Denúncia, para denunciar as ocupações; → Coleta, preservação e o reaproveitamento das águas da chuva nas edificações - compensação das áreas do terreno que foram impermeabilizadas, existe já legislação sobre o assunto, necessita a melhoria e a sua efetiva aplicação; → Plantio de árvores nas encostas e a instalação de lagoas de contenção onde se faz necessário; → Incentivar o uso de telhados verdes (permeabilidade) e de telhados com maior inclinação (granizo) nas edificações; → Criação de "IPTU Ecológico" - incentivo (desconto) ao munícipe que implantar soluções ecológicas como: corte em degraus nos taludes, lagoas de contenção, telhado verde, selo ecológico para loteamento dentro das normas; → responsabilizar o loteador por problemas que vierem a serem causados no futuro, por um período de 10, 20 ou 30 ANOS. (Responsabilidade Técnica legal para obras é de 5 anos); → Construir reservatórios de água de vertentes, na zona rural, para os períodos de estiagem. GRUPO 4 – COLETA SELETIVA e RESÍDUOS SÓLIDOS: → Implantar a educação ambiental nas escolas - falta conscientização, pela maioria da população, na separação do lixo; → Reestruturar as associações com uma melhor logística de coleta, criar e implantar espaços adequados para as famílias que fazem coleta seletiva informal; → Modernizar a coleta de lixo orgânico - projeto e criação de compostagem - incentivo para ações particulares ou por bairros; → Implantar ações para que a logística reversa possa funcionar de forma eficaz; → Buscar novas e inovadoras metodologias para o depósito do lixo – o atual aterro está com sua vida útil limitada. GRUPO 5 – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO e ÁREAS VERDES: → Exigir o cumprimento da legislação das APP's – áreas de preservação permanente - e a devida fiscalização e notificação; → Toda a área sujeita a alagamentos deve ser preservada - políticas municipais de compensação; → Criar "licença complementar" de autorização antes das licenças emitidas pelo IAP - essa licença inclui a vistoria prévia da prefeitura; → Manutenção das áreas com vegetação nativa transformandoas em parques e unidades de conservação - potencial biológico - garantir a sua preservação e o seu grau de perpetuidade; → Incentivos a criação de corredores de biodiversidades nas áreas urbana e rural; → Topos de morros considerados como valor paisagístico devem ser preservados; → Rever o plano municipal de arborização urbana existente – elaborar um projeto de arborização de forma inteligente a médio e longo prazo, compatível com a acessibilidade. GRUPO 6 – CONSERVAÇÃO DO SOLO / NASCENTES e FONTES: → Necessidade do mapeamento das nascentes buscando maior preservação; → Proteção de fontes e nascentes na zona rural - necessidade de implantar programa de preservação de nascentes rurais e mata ciliar; → Controle, inibição e aplicação de penalidade para a supressão da vegetação; → Orientação da população rural para evitar a contaminação de nascentes; → Técnicas de conservação do solo nas cabeceiras de drenagem; → Exigências de bacias de contenção nos novos loteamentos - inclusive nos loteamentos já instalados; → controle de impermeabilização do solo; → Fiscalização sobre a utilização de agrotóxicos tendo em vista o alto índice de contaminação de águas; → maior incentivo à agricultura orgânica e agro florestas; → Proibição da pulverização com agrotóxicos na área urbana; → Monitoramento das nascentes para maior fiscalização; → Facilitar canais de denúncia aos órgãos competentes - com emissão de protocolo de acompanhamento; → Política de saneamento na área rural. Finalizada esta apresentação alguns participantes solicitaram a palavra: - Professor Luciano Candiotto da Unioeste: Disse que participou da primeira audiência, oficinas e reuniões e enalteceu a evolução dos trabalhos como, materiais e estudos que foram disponibilizados no site, maior participação e pessoas envolvidas, mas falou que sua preocupação é no sentido da metodologia de onde vamos chegar, pois implica mudança de lei, levantadas e aprovadas as propostas como isso vai se transformar em lei? Por isso em sua opinião melhor não ter pressa na

discussão, a qual pensa ser também esta a opinião da promotoria, como exemplo citou a consulta pública no site, no seu próprio caso ao acessar o questionário no site demorou em torno de uma hora para preencher as quarenta e duas questões, a preocupação é como sistematizar todas as sugestões de forma que possam integrar a nova Lei; realizar um fiel Diagnóstico com mapa atual sobrepor ao mapa do zoneamento antigo, o que integrou um estudo de áreas de ocupação que foi apresentado alguns meses atrás para equipe técnica da prefeitura; um bom Planejamento precisa da participação, como nesta audiência o empenho necessário para participação considerando os compromissos de cada um, sugeriu realizar mais reuniões descentralizadas nos bairros, as questões que se repetem, professores interessados e equipe técnica da prefeitura capacitada para efetuar as mudanças, portanto sugere pensar a metodologia. Dalcy mencionou as dificuldades enfrentadas no processo: base cartográfica deficiente, poucos profissionais, está há apensas dois meses nesta tarefa mas os desafios são muitos, as imagens cedidas pela Copel em 2012 já mudou para isso pede o auxílio dos universitários; transformar todas as sugestões em produto acabado é tarefa complexa, é um desafio, mas também temos prazo a cumprir que já foi prorrogado. Luiz Carlos da Silva da LCS Topografia: faz sua a preocupação do professor, informou que a empresa se propôs a dispor para a prefeitura uma base cartográfica, somos a única cidade com marco geodésico que se encontra no aeroporto e em outros pontos, que se encontra no corpo jurídico da prefeitura para normatizar esses marcos junto ao do Paranacidade para unificar e fortalecer a base cartográfica, após regulamentada estar disponível no site da prefeitura; Opinou que arruamentos devem ser definidos pelo poder publico e não pelo loteador, tem ocorrido projeto feito pelo loteador aprovado sem muito critério; da necessidade de vias públicas serem determinadas pelo poder publico para termos crescimento ordenado, cidades de menor porte devem se organizar no crescimento ordenado, leis que dificilmente são cumpridas, necessidade de entendimentos entre loteador e poder público. Professor Ricardo Leme da Unioeste: muito se tem falado sobre legislação, grande preocupação no andamento das discussões, foram realizadas reuniões, oficinas, workshop, três audiências públicas, mas necessita maior embasamento na questão que chama a pensar: como nossas preocupações serão seguidas na Lei? É preciso conhecer previamente a Lei a ser elaborada, o conjunto de leis na verdade, que os projetos de lei sejam trazidos para discussão; Lei de parcelamento de solo, de zoneamento, de meio ambiente, ajudam a orientar e esclarecer os passos que foram dados, sugere de antes de encaminhar a câmara, seja divulgada na mídia/internet para verificação de que são realmente sendo atendidas pelo interesse coletivo; prévia da Lei estar a disposição para votação, e ir além do espaço da Câmara para as pessoas poderem acompanhar as discussões em sessões itinerantes, em auditórios de universidades, e outros locais; uma terceira sugestão: muito se falou anteriormente sobre o Instituto de Planejamento Urbano para agir concomitantemente com a revisão do Plano Diretor para dar seguimento continuidade na aplicação e atualização para que a próxima revisão seja um projeto realmente condizente com nossas necessidades. Claudio Loes – propõe definir em Lei não expandir a área urbana nos próximos dez anos; Francisco Beltrão ser signatária do Programa Cidades Sustentáveis, para ter uma cidade com qualidade de vida e padrões referenciados e reconhecidos; Política Municipal de Meio Ambiente e Política Municipal de Educação Ambiental estabelecer metas para cada um dos objetivos; Compostagem domiciliar de resíduos orgânicos vegetais, acrescentar na lei de cisternas para construções novas, válida para todo tipo de habitação; cumprir legislação vigente para morro e fundo de vale (citou exemplo construção do CEJU em área imprória): criar ferramenta compatível com novas tecnologias de acesso fácil (aplicativo) para fiscalização em tempo real: registro fotográfico do local, data, hora e coordenadas geográficas, gerando um protocolo que o denunciante possa acompanhar, autuações, multas e outros na área ambiental disponível portal da transparência, mapa de cheias disponível a população em acesso fácil inclusive via aplicativo referenciado por coordenadas geográficas; criação do Instituto de Planejamento Urbano autônomo através de lei específica independente de mudança de gestão ou de governo para que haja continuidade e constante evolução. - Luiz Carlos Flávio da Unioeste/Geografia : Citou escritor indagou: Qual a grande pergunta do mundo? Quem manda na economia? Para a nossa realidade: Quem é que loteia? Quem é que manda na cidade? Uma lógica retrógada de que ainda manda o loteador o que comanda a expansão, se intromete na vida da rua, na especulação imobiliária que ordena o espalhamento da cidade, individualização das ações e dos interesses, cumprir leis para atender ao interesse coletivo, e não aos "homens do dinheiro"; Qual atitude política a seguir? idéias concretas por exemplo imposto IPTU progressivo, forçar loteadores a seguir os parâmetros de verticalização, citou visita recente a cidades da Itália, exemplos de cidades referenciais, colocar na lei imposto progressivo, quem manda na cidade é o coletivo e não o individual. - Indianara Soares da Unipar: Colocar em projeto para nova lei do Plano: topo de morro preservado e não paisagístico, levar em consideração Decreto já existente que não fiscaliza loteamentos, prefeitura precisa fiscalizar os loteamentos se esta sendo feito em conformidade com a lei, o mapa de levantamento das cheias é só uma mancha, fazer com dados cartográficos, outro ponto: fazer algo quanto aos deslizamentos ocorridos, constar no PDM a Lei de criação de Instituto Permanente de Planejamento Urbano. Dalcy lembrou que o Plano já existe só será atualizado como as leis que o compõem. - Jean R. Dompsin da Associação de Engenheiros: investimentos, fiscalização da cidade, unir teoria
com a prática não burocratizar demais, não somente impor, repensar alguns vícios da prefeitura que se repetem exemplo: terrenos com 30% de declividade quem é responsável por projeto; no setor viário acesso citou imóvel próximo ao Hospital Regional, consultar um engenheiro de tráfego para pensar no contorno e acesso ao Hospital, cada um pensa na sua própria comodidade, sugeriu ainda na Avenida Atílio Fontana radar 40 por Hora, criar vias

secundárias e estacionamentos. Antes de o coordenador finalizar as discussões sobre esta oficina - Antonio Pedron secretário de planejamento e vice-prefeito declarou que com a questão das enchentes é grande a preocupação, para isso será anunciado em breve um projeto com a secretaria estadual que resolverá em grande parte, significativo avanço onde os mais fracos e vulneráveis é que sofrem nessas situações; estamos dispostos a dialogar, ninguém é dono da verdade, falar de coisas factíveis, histórico de erros e acertos, analisar o passado para ajudar a construir o futuro; pois a legislação de expansão urbana foi melhor no passado como exemplo os bairros Alvorada, Nossa Senhora Aparecida e Vila Nova, serviços públicos estão em expansão pela crescente demanda; há necessidade de se considerar que a cidade precisa crescer, muitas pessoas chegam a Francisco Beltrão por conta de ser polo regional em diversas áreas, tem que atrair capital com proteção ao meio ambiente de forma sustentável; sobre vegetação nos topos de morros planejar compensação para quem proteger e ser exemplo para outras cidades, envolver mais pessoas, são todas idéias muito válidas que precisam ser ampliadas e trabalhadas, aproveitar potencial intelectual que a cidade possui e transformá-las em aplicabilidade consistente, colocar no papel; Construir um Plano Diretor possível e factível, não vamos mais permitir errar daqui pra frente diante de reivindicações que se repetem, exemplo compromisso de mudar e melhorar legislação de loteamentos, temos falhas mas não é possível termos um fiscal em cada porta, o cidadão deve ter a consciência de fiscalizar, cuidar do que é de todos, mesmo em pequenos buracos ou problemas em vias ninguém arruma se não for a prefeitura, todos queremos cidade bacana mas fazer também sua parte em cidadania, a agricultura cuidada pensando no meio ambiente, captação de água colocar em prática algo que já está escrito; Antonio Pedron ainda informou que em diálogo com promotoria foi colocado que se necessário alongar o prazo da revisão para todas as questões sejam incluídas. Dalcy deu continuidade na apresentação Produto da Oficina 3 – "Macrozoneamento, uso e ocupação de solo". Apresentação de propostas de cinco grupos formados, baseadas nas deficiências e reivindicações: Dalcy destacou que foi uma oficina mais técnica e que envolve mais conhecimento. GRUPO 1 – MACROZONEAMENTO – USO E OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO: → Reduzir a Macrozona do eixo de desenvolvimento econômico ao longo da PR 483, que vai até a divisa com o município de Ampére para até o acesso ao Distrito de Jacutinga; → Reduzir a Macrozona do eixo de desenvolvimento econômico ao longo da PR 475, que vai até a divisa com o município de Verê, para até o Distrito de Nova Concórdia; → Estabelecer esta Macrozona para a rodovia PR 566, em direção à Itapejara D'Oeste até o acesso ao Distrito de Jacaré; → Estabelecer critérios para coibir a instalação de empresas poluidoras nestes eixos de desenvolvimento; → Aumentar a faixa de ocupação do eixo de desenvolvimento econômico de 100m para 150m em cada lado da Rodovia; → Demarcar todos os eixos de desenvolvimento e definir antecipadamente a sua ocupação, antes mesmo que sejam ocupados; → Qualificar tipos de indústrias de forma que a demanda de cada uma seja atendida com menor impacto ambiental possível, ex: com grande consumo de água – alocar a indústria pós captação para abastecimento da cidade; → Faixa de isolamento acústico, área verde, em torno das indústrias e entre as áreas industriais e residenciais; → Estudo de impacto de vizinhança – EIV para futuros loteamentos; → Planejamento macro para as Rodovias que integram os eixos de desenvolvimento econômico – acesso, desvios, vias marginais, previsão de duplicação ou terceira faixa. GRUPO 2 – ZONEAMENTO – ZONAS E ÁREAS URBANAS: → Necessidade de mapas mais atualizados com escala adequada, escalas de apresentação em 1:2.000, com dados reais e específicos; → Identificar as áreas sujeitas à inundação e, baseado nela estabelecer uma zona específica, com seus parâmetros e usos condicionados à questão das enchentes – denominaria-se Zona Vermelha; → Definir melhor as ZEIS – zonas especiais de interesse social; → Os mapas deveriam constar as curvas de níveis, com precisão; → Limitar a ampliação da zona central, em razão de ser a mais impermeável – taxa de permeabilidade de 10%; → Fiscalização mais rigorosa exigindo que a legislação seja respeitada; → Mais critério com o uso das zonas dos eixos de crescimento – ruas; → Maiores critérios em instalações e usos das zonas ZUM 1 e ZUM 2 (zonas de uso misto) – usos industrial, de comércio, de serviços e residencial; → Exigir estudo de impacto de vizinhança (EIV) quando for necessário; → Manter no zoneamento a ZRO – zona de restrição de ocupação e a ZPP – zona de preservação permanente, mas definir melhor a legislação que as rege; → Manter zonas industriais ao longo dos contornos; → Incluir zonas exclusivamente residenciais e o padrão de ocupação – não existem no PD atual; → Definir em mapa as áreas passíveis de ocupação antes da aprovação do PD; → Verificar a corrente de ar, que sentido, para liberar para indústrias. GRUPO 3 – ZONEAMENTO – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO: → Posição contrária de um dos participantes, da ocupação de 100% do terreno para a utilização destinada a garagens na ZC – zona central. O grupo não chegou a um consenso, sugeriram uma reunião posterior com engenheiros e arquitetos para definir o parâmetro e apresentarem proposta; → Necessidade de fiscalização, se não houver fiscalização em vão será todo este trabalho de revisão do plano diretor. Número de fiscais reduzidos – necessidade de um maior número; → Ocupação das calçadas, ou até a rua, pelo barraco, por equipamentos e materiais das obras que estão sendo executadas; → Posição contrária de um dos participantes, de deixar livre a altura das edificações na ZC – zona central e limitar o número de pavimentos; → Exigir o cumprimento da lei de captação das águas de chuva para reuso, em todas as edificações, de acordo com cálculo de volume previsto; → Exigência de estudo de impacto de vizinhança – EIV, que seja consistente tecnicamente e analisado por técnicos que tenham conhecimento e não só para cumprir as formalidades legais.

GRUPO 4 – ZONEAMENTO – PARÂMETROS DE USO DO SOLO: → Delimitação real das áreas e das zonas dos recursos hídricos e das áreas de preservação: ZPA – zona do parque do aeroporto, ZPLM – zona do parque

linear do marrecas, ZPP – zona de preservação permanente, ZPAV – zona de proteção de áreas verdes, SPQ – setor de parque; → O grupo 4 concluiu que a análise e discussão dos parâmetros de uso e ocupação do solo deveria ser tratado em uma reunião específica e com mais tempo pela razão de se tratar de um assunto muito técnico; → e de que muito do que o grupo debateu já foi dito e apresentado pelos outros grupos. GRUPO 5 – PERÍMETRO URBANO / ZONAS DE EXPANSÃO URBANA e GRUPO 6 - POLÍTICA URBANA – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO: → tipo de cidade que queremos – estatuto das cidades 2001 – função social da propriedade; → implantar IPTU progressivo como ferramenta de enfrentamento dos vazios urbanos; → Definição das ZEIS – zonas especiais de interesse social. ex: área do Bairro Padre Ulrico e área do Bairro Pinheirão (Rua Acre) área do entorno da UPA ser definida com ZEIS; → Desapropriação de terrenos ociosos após a aplicação do IPTU progressivo e pagamento com títulos da dívida pública; → Aplicar o Direito de Preempção – preferência de compra pelo poder público; → Definição do perfil misto de ocupação - verticalização ou edifícios baixos, novos limites de verticalização; → Exigir estudo de impacto ambiental para a implantação de grandes empreendimentos; → Revisão da planta genérica de valores – PGV que incide na cobrança do IPTU; → Não expandir a área urbana pelos próximos 10 anos; → Cumprir a legislação vigente para topo de morro e fundo de vale; → Francisco Beltrão ser signatária do programa Cidades Sustentáveis; → Estabelecer metas e prazos para cada um dos objetivos da política municipal de meio ambiente política municipal de educação ambiental; → Compostagem domiciliar de resíduos orgânicos vegetais; → Ter o mapa de cheias disponível facilmente para toda a população, inclusive aplicativo referenciado por coordenadas geográficas; → Criação do Instituto de Planejamento Urbano Autônomo através de lei específica. Finalizada apresentação da oficina participantes pediram a palavra: - Professor Ricardo Leme citou necessário observar o Estatuto das Cidades, ferramentas a serem utilizadas para fazer cumprir a ação social. Não deixar de lado esse instrumento na revisão do Plano Diretor, IPTU progressivo, definição das ZEIS, trabalhar em conjunto com idéias e soluções; posição das ultimas gestões não se mudou os parâmetros de verticalização, permaneceram como eram, citou que após seis meses da Lei depois de aprovados foi alterado para atender favorecimentos, ou oportunizar a terrenos menos favorecidos; Na questão da verticalização impor limites, mesmo porque, por exemplo, o Corpo de Bombeiros não tem equipamento apropriado para atender eventual incêndio em prédio alto; Impor novos limites, diminuir expectativa de lucro para atender a Lei; bairros descaracterizados já possuem torres de 10 andares e assim crescendo, impacto de vizinhança pensar nisso, rever dar passo atrás, por exemplo, ultima alteração na lei de expansão do perímetro urbano deveria ser revogada, deve haver estudos mapear, que se condicione a retomada da lei expansão do perímetro urbano com a finalização do novo Plano Diretor. - Jean R. Dompsin: colocar em destaque o direito adquirido, imóvel familiar comprometido por equívocos anteriores, ser justo para todos inclusive para quem tem o patrimônio em jogo. - Professora Silvia R. Pereira: questão anterior entrega de relatório encaminhado a comissão estadual, contem destaque as definição de ZEIS, proposições o que de fato será aprovado, definir áreas impróprias, áreas vazias desprovidas, questão séria definição de ZEUS e IPTU progressivo diretamente ligado a novo Plano Diretor. PLANO DIRETOR 2006 MOBILIDADE e ACESSIBILIDADE: Reestruturação da malha viária / Plano de Mobilidade Urbana: - Contorno Rodoviário Oeste, - Calçadas acessíveis, - Programa de ciclovias, - Plano de identificação dos logradouros (ruas), - Plano do transporte coletivo urbano, - Transferência do terminal de transportes urbanos para o terminal rodoviário (rodoviária), - Implantação de um novo terminal rodoviário. SÍNTESE DAS SUGESTÕES E PROPOSTAS: MOBILIDADE → TRÂNSITO: - Construção do contorno oeste → completa o anel viário e retira o fluxo de caminhões da área central da cidade; - transferência das empresas, que demandam o transporte de caminhões para a periferia da cidade → retirar o fluxo de caminhões da área central da cidade; - Dar continuidade na implantação de binários (eixos viários) → av. Porto Alegre e Av. Florianópolis / Av. União da Vitória e Rua Maringá, entre outros; Melhorias no acesso à localidade de Santa Bárbara que atende a UTFPR e o Colégio Agrícola; Rede de pontes interligando os bairros → O Plano do Sistema Viário, previa a construção de mais 4 pontes, destas 2 já forma executadas; Privilegiar o centro da cidade para os pedestres → Dificultar o acesso dos veículos. Ampliar as calçadas e implantar mais calçadões; - Exigir estacionamentos privados para os clientes dos estabelecimentos comerciais e de serviços na área central; Melhorias dos acessos as estradas do interior com a implantação de trevos da rodovia principal para a rodovia vicinal → rodovias estaduais – reivindicação junto ao DER projetos de acesso com segurança. TRÂNSITO e SISTEMA VIÁRIO: ponto de discordância: → quanto aos estacionamentos no centro - faltará espaço no futuro para cada o cidadão deslocar-se com seu carro para uma loja ao mesmo tempo em período e horário; → Alegação: a implantação de estacionamentos na área central poderá provocar congestionamentos nas horas de "pico"; → A finalidade seria de tirar o máximo possível a circulação de veículos na área mais central da cidade. TRANSPORTE COLETIVO: - estabelecer linhas de ônibus "interuniversitárias" incluíndo o hospital regional, futuro hospital universitário, com as universidades → solicitar um estudo de viabilidade desta linha junto à concessionária do serviço de transporte coletivo; → O transporte público não tem atendido o deficiente físico e visual - falta de informação → Instalar um sistema de sonorização funcional para informações no interior dos ônibus. → Parceria com as universidades para desenvolver um aplicativo de celular específico. CICLOVIAS: → elaboração de um plano / projeto de implantação das ciclovias que atenda a todas as regiões da cidade → estabelecer ciclovias ou ciclofaixas interligando os parques da cidade e também as universidades; → Conciliar as paradas de ônibus junto a ciclovia existente na Rua Curitiba – conflito → Verificar os pontos de conflito nesta via e achar uma solução que atenda

a situação indicada. MOBILIDADE: - Elaboração do plano municipal de mobilidade contemplando todos os meios de locomoção urbana: - PEDESTRES, BICICLETAS, - CARROS, - TRANSPORTE COLETIVO: - Ônibus - VLP – Veículo Leve sobre Pneus, - VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, - BARCO – Por que não ? / Aproveitamento do Rio Marrecas. - Elaboração do PLANO DO SISTEMA VIÁRIO URBANO contemplando: - Previsão de futuras avenidas - Implantação de novos binários - Interligações viárias - pontes / viadutos / trincheiras - trevos / rotatórias – sinalização. ACESSIBILIDADE: → Fiscalizar e exigir do proprietário a adequação do acesso de veículos para tornar a calçada acessível, e não simplesmente resolver o seu problema → aclives e declives nos acessos de veículos nas edificações – calçadas ajustadas para os carros e não para os pedestres; - a execução das calçadas deveria ficar por conta da prefeitura, cobrando o serviço do proprietário, resultando em calçadas padronizas, mais contínuas e uniformes, projeto padrão → Os proprietários, atualmente, são os responsáveis pela execução da calçada em frente ao seu terreno, o que causa desconexão e falta de padronização; →implantação de calçadas largas com espaço suficiente para a circulação de pessoas, para as plantas e para os postes de iluminação e sinalização. - Alargar os passeios públicos existentes para garantir uma boa circulação. - Implantar mais áreas com calçadões → só será possível com a diminuição do espaço de circulação e de estacionamento de veículos, as ruas centrais, com exceção da avenida, possuem pouca largura → implantar mais áreas com calçadões. PLANO DIRETOR 2006 ASPECTO AMBIENTAL: Programa de turismo rural e ecoturismo; - Criação da Escola Ambiental – educação ambiental; - Implantação do Parque Linear do Marrecas incluindo os rios Santa Rosa e Lonqueador; - Criação de novas unidades de conservação – áreas verdes e parques. SÍNTESE das SUGESTÕES e PROPOSTAS MEIO AMBIENTE e ÁGUAS: → mapear as áreas de risco de deslizamentos e alagamentos (enchentes) e criar mecanismos para coibir o uso destas áreas. → construção de obras necessárias para resolver o problemas das cheias do rio marrecas e de seus afluentes. → exigir lagoas de contenção e dissipadores nos loteamentos e → que todas as liberações de loteamentos sejam analisadas por conselho definido para esta finalidade. → desenvolver políticas de incentivo e exigências de controle e contenção de águas na bacia do rio marrecas,na cidade e zona rural → incentivar a compostagem domiciliar dos resíduos orgânicos vegetais → estabelecer metas e prazos para cada um dos objetivos da política municipal de meio ambiente política municipal de educação ambiental. SÍNTESE DAS SUGESTÕES E PROPOSTAS MEIO AMBIENTE E ÁGUAS: → incentivar a compostagem domiciliar dos resíduos orgânicos vegetais → estabelecer metas e prazos para cada um dos objetivos da política municipal de meio ambiente política municipal de educação ambiental. ÁGUAS: Foi elaborado, em 2012, o "plano municipal de controle de cheias e drenagem urbana e rural de Francisco Beltrão". SÍNTESE DAS SUGESTÕES E PROPOSTAS MACROZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: → reduzir a Macrozona do eixo de desenvolvimeno econômico ao longo da PR 483 e da PR 475 e estabelecer a Macrozona na rodovia PR 566. Aumentar a faixa de ocupação de 100m para 150m → planejamento macro para as rodovias que integram os eixos de desenvolvimento econômico → acessos, desvios, vias marginais, previsão de duplicação ou terceiras faixas → necessidade de mapas atualizados com dados reais e específicos, curvas de níveis → mapa com a identificação das áreas sujeitas à inundação (zona vermelha) e disponível → incluir no zoneamento zonas de uso exclusivamente residenciais – não existe no atual PD → definir melhor os critérios de uso e ocupação das ZUM 1 e ZUM 2 (zonas de uso misto) → usos industrial, de comércio, de serviços e residencial. → exigência do estudo de impacto de vizinhança – EIV, que seja consistente tecnicamente e analisado por técnicos que tenham conhecimento e não só para cumprir as formalidades → delimitação real das áreas e zonas dos recursos hídricos e de preservação → ZPA / ZPLM / ZPP / ZPAV E SPQ → necessidade de fiscalização, se não houver fiscalização em vão será todo este trabalho de revisão do Plano Diretor → número de fiscais reduzidos – necessidade de se ter mais. → não expandir a área urbana pelos próximos 10 anos (no mínimo) → lei do perímetro urbano → implantar o IPTU progressivo como ferramenta de enfrentamento dos vazios urbanos → desapropriação de terrenos ociosos → criação do instituto de planejamento urbano, autônomo, através de lei específica. CONSTATAÇÃO: Nos debates das oficinas as seguintes palavras: FISCALIZAR / FISCALIZAÇÃO apareceram 9 vezes, ENCHENTES / CHEIAS / ALAGAMENTOS apareceram 5 vezes, LOTEAMENTOS / LOTEADORES apareceram 8 vezes, o que indica a grande preocupação com estes 3 problemas urbanos. PLANOS COMPLEMENTARES ou ESPECÍFICOS ao PLANO DIRETOR MUNICIPAL: PLANO DE MOBILIDADE, PLANO DO SISTEMA VIÁRIO, PLANO DE HABITAÇÃO, PLANO DE EDUCAÇÃO, PLANO DE CULTURA, PLANO DE SANEAMENTO, PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, PLANO AMBIENTAL, PLANO DE CONTROLE CHEIAS/ENCHENTES, PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE. PARAR REFLETIR: "As cidades não nascem prontas. Elas são construídas e se transformam, dia a dia, ano a ano, década a que não sonhamos. Depende de nós, de como a construímos ontem, hoje e amanhã". Dalcy finalizando esta segunda audiência pública lamentou pouca participação popular, apesar de amplamente divulgada, quando é momento propício para se opinar as pessoas se omitem. Dalcy aproveitou para convidar a todos para a terceira audiência pública informando que acontecerá no dia vinte e sete de abril às dezenove horas neste mesmo local, visto que devido aos dias de feriados em abril a agenda fica um tanto prejudicada. Dalcy agradeceu a todos a participação. Na saída, os participantes que preencheram formulário com pergunta e/ou sugestão os entregaram a coordenação. A reunião encerrou às vinte e uma horas e cinquenta minutos e foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação da presente ata, que segue acompanhada pela lista de presença e assinatura dos participantes.

17.2.3. TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

FOTO: PLATÉIA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Em 14 de setembro de 2017, as 19:00 horas, foi realizada a **3ª Audiência Pública**, no auditório do Teatro Municipal Eunice Sartori - Espaço da Arte, no Centro, nesta cidade de Francisco Beltrão, sendo que a ata da audiência encontra-se no item 11.2.3.1. desse documento.

A pauta da 3ª Audiência Pública foi:

- A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DIRETRIZES DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.
  - Abertura da 3ª Audiência Pública, pelo Prefeito Municipal;
  - Apresentação das propostas e diretrizes pelo coordenador, secretários e diretores dos departamentos em relação aos seguintes aspectos:
    - A política urbana proposta para o Município;
    - Sócio-econômicos;
    - As questões regionais;
    - Os serviços urbanos e o urbanismo;
    - A mobilidade urbana e acessibilidade;
    - da área da saúde;
    - Sobre a assistência social;
    - da área da cultura;
    - Sobre a educação;
    - Das questões ambientais;
    - Agricultura e interior;
    - Dos esportes e lazer;
    - Sobre o turismo;
    - A situação financeira e administrativa;
    - As questões legais e institucionais.
  - Abertura ao público para considerações sobre as propostas apresentadas;
  - Encerramento da audiência.

Tempo máximo estabelecido de 2 horas.

Número de pessoas presentes: 63

17.2.3.1. TRANSCRIÇÃO DA ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA Nº 20/2017 – TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete às dezenove horas, no auditório do Teatro Municipal Eunice Sartori – Espaço da Arte, foi realizada a terceira Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM, cujo Edital de Convocação constou: *"A Equipe Técnica Municipal de Revisão do Plano Diretor do Município de Francisco Beltrão, por seu coordenador técnico, Arquiteto e Urbanista Dalcy Salvati, de acordo com o Decreto Municipal nº 121/2017 no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO Que realizará a 3ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal, no dia 14 de setembro de 2017 (quinta feira), às 19:00 horas, no Teatro Municipal Eunice Sartori / Espaço da Arte, com a seguinte pauta: REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, tendo como objetivo a apresentação das PROPOSTAS e DIRETRIZES elencadas nas etapas de discussão e da participação da comunidade, bem como pela Comissão de Acompanhamento e pela Equipe Técnica Municipal, relativas ao processo de revisão do Plano Diretor do Município de Francisco Beltrão. Ficam especialmente convidados os representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Município de Francisco Beltrão, Ministério Público, Associações, Sindicatos, Universidades, Organizações Não-Governamentais e população em geral. Francisco Beltrão, 31 de agosto de 2017".* O Edital de Convocação foi publicado no Jornal de Beltrão na edição nº 6282 do dia 08/09/2017 página 5A; edição nº 6284 do dia 12/09/2017 página 7A, edição nº 6285 do dia 19/09/2017 página 5A; inserção de banner com convite a população no site do município a partir do dia 09/09/2017 e veiculação de anúncios em rádios locais; bem como, ofícios enviados a Câmara Municipal de Vereadores, Ministério Público 3ª Promotoria, correio eletrônico às instituições, associações, sindicatos e organizações não governamentais que compõe a Comissão de Acompanhamento – CA e memorandos enviados aos integrantes da Equipe Técnica Municipal – ETM. Por ocasião do credenciamento e recepção foi disponibilizada lista de presenças que constou dos seguintes registros: 01 - Suzane Vollmerhauesen, Secretaria de Educação; 02 - Juliane Ioris, Departamento de Imprensa e Comunicação; 03 – Débora Nazário, ADS Arquitetura; 04 - Nileide T. Perszel, Secretaria de Planejamento; 05 - Wilian Amann, Departamento de Cultura; 06 – Felix Padilha, Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão ADFVFB; 07 – Zenaide de Mello, Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão ADFVFB; 08 – Vilmar da Motta, Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão ADFVFB; 09 - Gilberto, Associação de Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão ADFVFB; 10 – Antonio Pedron, Secretaria de Planejamento; 11 – Itacir Camilo Rovaris, Banco do Empreendedor Semdetec; 12 – Marcos Anselmo Gross dos Santos, Departamento Municipal de Defesa Civil; 13 – Nelson Venzo, Secretaria de Desenvolvimento Rural; 14 – Cintia Vicini, Bairro Presidente Kennedy; 15 – Rosa de Fátima Fiorentin Vandresen, Secretaria Municipal de Educação; 16 – Angela C. Paludo, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico Semdetec; 17 – Carla Schroeder, Secretaria Municipal de Saúde; 18 – Luiz Carlos Baggio, Rádio Onda Sul; 19 – Adriano Roberto David, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 20 – Jean Robert Dompsin, Sudenge; 21 – Adair Perdomo Falcão, Secretaria Municipal de Finanças; 22 – Pedrinho Veroneze, Secretaria Municipal de Administração; 23 – Leandro Legramanti, Secretaria Municipal de Assistência Social; 24 – Fernando Braz Pauli, Secretaria Municipal de Saúde; 25 – Luciana Dani, Prefeitura de Francisco Beltrão; 26 – Alexandre Z. Lizandro, Prefeitura de Francisco Beltrão; 27 – Luan Maciel, Prefeitura de Francisco Beltrão; 28 – Inácio Pereira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico Semdetec; 29 – Otávio Muniz, Secretaria Municipal de Esportes; 30 – Silvia Regina Pereira, Unioeste; 31 – Jorgiane Pagnan, Unioeste; 32 – Ricardo Luiz Martini, Patslaff Lotementos; 33 – Luiz Patslaff, Patslaff Lotementos; 34 – Maria Lúcia Matarezi, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 35 – Francielle Schmitz, Câmara Municipal de Vereadores; 36 – Giovana Matarezi Marques, Estudante; 37 – Fernando Cesar Manosso, UTFPR-FB; 38 – Aline Marieli Biezus, Secretaria Municipal de Saúde; 39 – Clara C. Leandra, UTFPR-FB; 40 – Karla J. de Souza, Unioeste; 41 – Jonnes Chan Bekoski, Unioeste; 42 – José Carlos Kniphoff, Câmara de Vereadores; 43 – Ricardo Carvalho Leme, Unioeste; 44 – Joni Marcos Niedsviecki, imobiliária o meu imóvel; 45 – Cristiane L. S. Niedsviecki, imobiliária o meu imóvel; 46 – Juan Artigas Souza Luz, Secretaria Estadual de Meio Ambiente SEMA; 47 – Claudiney Del Cielo, Assessoria de Imprensa Prefeitura; 48 – Guilherme Seifert Neto, Secretaria Municipal de Urbanismo; 49 – Silvana de Fátima Flores, Semdetec CITFBE; 50 – Davi A. Lorenzetti L2 Topografia; 51 – Neri Munaro, Sindicato Rural; 52 – Francielle C. Zapelini, Prefeitura de Francisco Beltrão; 53 – Josielle Samara Pereira, Prefeitura de Francisco Beltrão; 54 – Marinês W. Leal, Imobiliário O meu Imóvel; 55 – Alessandra Schneider, Prefeitura de Francisco Beltrão; 56 – Marilda Galvan, Departamento Municipal de Trânsito Debetran; 57 – Antonio Schinda, Corpo de Bombeiros de Francisco Beltrão; 58 – José Carlos Vieira, Núcleo Imobiliário; 59 – Guilhermo Daguero, ADEM (Associacion p/ El desarrolo Mercosur; 60 – Mariah Ivonete da Silva, Departamento Municipal de Cultura; 61 – Lorenzo G. Balen, PSOL; 62 – Camilo Rafagnin, Câmara Municipal de Vereadores; 63 – Dalcy Salvati, Coordenador da Revisão do Plano Diretor Municipal. No protocolo, Claudiney Del Cielo, do departamento municipal de

imprensa e comunicação declarou a aberta a 3ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal, a seguir fez a leitura do Edital de Convocação e constituiu frente de honra: Prefeito Cleber Fontana, Vice-Prefeito e Secretário de Planejamento Antonio Pedron, José Carlos Kniphoff representando a presidente da Câmara Municipal de Vereadores e Dalcy Salvati coordenador da revisão do Plano Diretor. Com a palavra o Prefeito Cleber Fontana cumprimentou e agradeceu os presentes enaltecendo a colaboração da sociedade em geral nesta complexa tarefa em que consiste a Revisão do Plano Diretor, iniciada em 2016 e que apesar de atrasos tendo em vista mudança de gestão e coordenação vem nesta ocasião apresentar as propostas para apreciação da comunidade em geral, as quais darão as diretrizes para o crescimento e desenvolvimento urbano e rural para os próximos dez anos; a seguir, passou a palavra ao Vice-Prefeito Antonio Pedron que responde também pela pasta da Secretaria Municipal de Planejamento, que é a responsável pelo Plano Diretor Municipal, Antonio destacou a próxima etapa no mês de outubro, quando serão consolidadas as propostas que hoje serão apresentadas já devidamente ajustadas; Antonio Pedron ainda lamentou a pequena participação neste evento de grande importância para o futuro do Município. Desfeita a frente de honra, ainda no protocolo, Claudiney nominou os integrantes da Comissão de Acompanhamento CA – e demais colaboradores, bem como da Equipe Técnica Municipal – ETM; concluindo passou a palavra ao Coordenador Dalcy Salvaty desejando uma ótima reunião de trabalho. Dando início aos trabalhos, Dalcy deu boas vindas e convidou os participantes a ficarem próximos à esquerda do palco para melhor aproveitamento e comunicação, justificando o atraso em realizar esta Audiência por se tratar reunir previamente as propostas de cada Secretaria, e a demora em receber o material e que por muitas vezes foi necessário completar os dados e realizar reuniões independentes, o que praticamente consiste em elaborar nova Lei. Dalcy ainda justificou pela realização do Plano Plurianual – PPA nos meses de julho e agosto que envolveu equipe das secretarias coordenadas pela Secretaria Municipal de Planejamento. Iniciando com a primeira apresentação de slides: 1) POLÍTICA URBANA PROPOSTAS: principais tópicos: Ordenamento Territorial: Área territorial do Município → **731, 73** km2, Área urbana - cidade → **60,69** km2 / perímetro 2016 **8,29 %** do Município (excluindo-se os distritos), População do Município → **88.465** hab. (estimativa 2017) População urbana → **~77.500** hab. (estimados) **~88 %** do total, A população urbana cresce e a população rural está estabilizada em torno de ~11 mil habitantes. Perímetro Urbano / Ocupação Urbana: Não há necessidade de se expandir a área urbana. Coibir a votação de novas leis de expansão do perímetro urbano, há muitos espaços vazios no meio da área já urbanizada e terão de ser melhor utilizados, Numa ocupação racional, numa densidade média ideal, entre 360 mil a 430 mil habitantes ocupariam a atual área urbana, A definição do perímetro urbano nunca obedeceu critérios topográficos e de acidentes naturais, mas sim outras razões, PROPOSTA DO PDM → rever os limites do perímetro urbano considerando-se as condições topográficas e a contenção de sua expansão. Ocupação Urbana: - Limitar a ocupação urbana pelos contornos rodoviários existentes e futuros, apesar do perímetro urbano atual, - Novos loteamentos não serão permitidos além dos contornos, de forma a evitar a transposição das rodovias, - A ocupação externa aos eixos dos contornos será destinada a atividades de serviço e de indústria, obedecendo a Lei de Uso e Ocupação do Solo, - As áreas externas aos contornos, que não foram ocupadas por loteamentos, serão definidas como Macrozonas de Restrição de Ocupação, priorizando a ocupação por baixíssima densidade. – Conduzir expansão futura, expansão após ocupação das áreas livres, não expandir para o montante do Rio Marrecas, evitar ocupação alem dos contornos; - Definir a ocupação do espaço urbano por tipos de densidades, através da Lei de Zoneamento: - Alta densidade: verticalização acentuada, nas zonas urbanas onde a infraestrutura for favorável – em áreas ruas largas, lotes grandes, topografia pouco acentuada – centro e eixos estruturais; - Média densidade: verticalização intermediária – em áreas com ruas largas, lotes grandes, topografia pouco acentuada – eixos viários e bairros mais centrais; - **Baixa densidade:** sem verticalização – em áreas com ruas de pouca largura e de lotes médios e pequenos – bairros mais centrais que possuam estas características e os afastado; - **Densidade reduzida:** sem verticalização, em áreas de declividade acentuada, encostas, áreas de preservação de áreas verdes; **Densidade zero:** nas zonas ou áreas de preservação permanente; ZONAS DE ALTA DENSIDADE → ALTURA LIVRE DA EDIFICAÇÃO; ZONAS DE MÉDIA DENSIDADE → ALTURA DE 4 A 6 PAVIMENTOS; ZONAS DE BAIXA DENSIDADE → ALTURA DE 2 A 3 PAVIMENTOS, ZONAS DENSIDADE REDUZIDA → TAXA DE OCUPAÇÃO REDUZIDA 10% - 20% - MÁXIMO DE 2 PVTOS. Proibir a ocupação urbana em direção à montante do Rio Marrecas, apesar do perímetro urbano atual: - Novos loteamentos não serão permitidos nas áreas a montante do Rio Marrecas, de forma a evitar o aumento de áreas de impermeabilização que contribuam com as cheias do rio; - Tal região fica acima da captação do sistema de abastecimento de água potável, tratando-se de área de manancial; - A expansão do perímetro, naquela direção, foi uma decisão equivocada e deve ser corrigida; - A Lei de Zoneamento definirá tal região como uma Macrozona de Restrição de Ocupação. Expansão Urbana: 1) Limitar a ocupação urbana nas encostas e topos de morros: A legislação, tanto a federal, a estadual e a municipal, não permite a urbanização em áreas com declividade superior a 35%, mas toleram a sua ocupação até 47%. Nesta situação a ocupação se fará com densidade reduzida, lotes de grandes dimensões com baixíssima taxa de ocupação sem a necessidade de construção de ruas; 2) Proibir a ocupação urbana em fundos de vales: Tanto para novos loteamentos como para as áreas já urbanizadas, e a retirada das ocupações existentes nestas áreas. Ocupação do Espaço Territorial Verticalização – vantagens: - Uso eficiente da terra, - Eficiência na oferta da infraestrutura, - Geração de receitas – comércio e prestação de serviços, - Economias de escala – máxima utilização x custos mais baixos, - Vitalidade urbana – interação social, espacial e econômica, - Maior controle social – participação do cidadão na

gestão pública, - Facilidade de acesso aos consumidores – mais proximidade, - Maior acessibilidade ao trabalho – menos distante, - Transporte público mais otimizado – itinerários menores com mais usuários; Verticalização – Desvantagens: Sobrecarga na infraestrutura – quando não dimensionada e prevista de acordo, Possibilidade de aumento da criminalidade – resultante da alta concentração, Poluição sonora e ambiental – maior concentração de veículos, Congestionamentos de trânsito – se o transporte público não for eficiente, - Saturação do espaço – se não forem previstos espaços públicos abertos, - Sobrecarga na infraestrutura, quando não dimensionada e prevista de acordo, - Possibilidade de aumento da criminalidade resultante da alta concentração, - Poluição sonora e ambiental – maior concentração de veículos, - Congestionamentos de trânsito – se o transporte público não for eficiente, - Saturação do espaço – se não forem previstos espaços públicos abertos; Horizontalização: vantagens: Menos poluição, Mais silêncio e tranqüilidade, Possibilidades de saneamento de baixo custo; **Desvantagens:** Precária acessibilidade aos serviços, Altos custos para oferta e manutenção dos serviços, Altos custos e precariedade do transporte público, Excesso de consumo de terra urbana e infraestrutura, Pouca interação e controle social. Cidade Monocêntrica: vantagens: Desenvolvimento contido – compacto, população concentrada – alta densidade, Serviços a curta distância, - Transporte público viável mas com congestionamento; Desvantagens: Congestionamento e muita poluição atmosférica e sonora, - Poucos espaços verdes e pouca privacidade, - Altos preços do uso do solo, - Espaços públicos limitados. MACROZONEAMENTO propostas: - MZEDE – Macrozonas dos Eixos de Desenv. Econômico, - MZRM – Macrozona do Rio Marrecas, - MZJR – Macrozona do Jacaré, - MZNC – Macrozona de Nova Concórdia, - MZPX – Macrozona de São Pio X, - MZJT – Macrozona de Jacutinga, - MZURB – Macrozonas Urbanas. Para MZEDE são quatro eixos propostos: **Eixo da PR 483 →** Corresponde aos terrenos confrontantes com a rodovia, ao longo de cada lado, entre o limite do perímetro urbano da sede até o acesso ao distrito de Jacutinga, **Eixo da PR 180 →** igualmente, desde o limite do perímetro urbano da sede (saída para Verê) até o limite do Município com Enéas Marques, localidade de Bela Vista, **Eixo da PR 475 →** Corresponde aos terrenos confrontantes com a rodovia, ao longo de cada lado, entre o limite do perímetro urbano da sede até o limite do perímetro urbano do distrito de Nova Concórdia, **Eixo da PR 566 →** Corresponde aos terrenos confrontantes com a rodovia, ao longo de cada lado, entre o limite do perímetro urbano da sede até o acesso ao distrito de Jacaré; **MZEDE→** *Objetivos:* - garantir ao longo dos principais eixos rodoviários o desenvolvimento de atividades econômicas que se coadunem com as características do Município, desde que aprovados pelo órgão competente municipal - Promover o desenvolvimento sustentável do Município com o incentivo para a instalação de atividades econômicas ao longo dos eixos; **MZRM→** *Objetivos:* Manutenção e a conservação e a qualidade hídrica do rio Marrecas e seus afluentes, - Desenvolvimento de ações de contidas no Plano Municipal de Cheias e Drenagem Urbana e Rural de Francisco Beltrão; **MZRJR→** Corresponde a região compreendida, entre o limite urbano da sede, de um lado pelo Rio Marrecas, por outro lado limita com os município de Renascença, Bom Sucesso do Sul e Itapejara D'Oeste, tendo como seu eixo central a PR 566 – Francisco Beltrão à Itapejara D'Oeste - *Objetivos:* Garantir a manutenção dos espaços rurais, - Potencialidades para o desenvolvimento de atividades industriais, pela existência de uma grande indústria no distrito de Jacaré e a ocupação do eixo de desenvolvimento previsto no macrozoneamento; **MZRNC→** Corresponde a região compreendida, entre o limite urbano da sede e a PR 180 em direção à Dois Vizinhos, noutro lado pelo Rio Marrecas, e por outro lado limita com os município de Itapejara D'Oeste e Verê , tendo como seu eixo central a PR 475 – Francisco Beltrão à Verê - *Objetivos:* Garantir a manutenção dos espaços rurais, Contribuir para o desenvolvimento econômico e incentivar as atividades rurais, Potencialidades para o desenvolvimento de atividades de serviço e de industriais, pela ocupação do eixo de desenvolvimento previsto, no macrozoneamento, até o distrito de Nova Concórdia; **MZRPX→** Corresponde a região compreendida, entre o limite urbano da sede e a PR 180 em direção à Dois Vizinhos, noutro lado pelo limite com o município de Enéas Marques, e por outro lado limita com a Macrozona da Região do Jacutinga, fechando pela PR 483 – Francisco Beltrão à Ampére - *Objetivos:* Garantir a manutenção dos espaços rurais, Contribuir para o desenvolvimento econômico e incentivar as atividades rurais, Potencialidades para o desenvolvimento de atividades de serviço e de industriais, pela ocupação do eixo de desenvolvimento previsto, no macrozoneamento, até o distrito de Jacutinga; ***MZRJT→*** Corresponde a região compreendida, entre o limite com a Macrozona da Região de São Pio X (km 20) em direção à Dois Vizinhos, noutro lado pelo limite com o município de Nova Esperança do Sudoeste e de Ampére, e por outro lado limita com a PR 483 e a PR 182 – Francisco Beltrão à Ampére - *Objetivos:* Garantir a manutenção dos espaços rurais, Contribuir para o desenvolvimento econômico e incentivar as atividades rurais, Potencialidades para o desenvolvimento de atividades de serviço e de industriais, pela ocupação do eixo de desenvolvimento previsto, no macrozoneamento; ***MZURB→*** Corresponde à porção urbanizada do território, compreendendo os perímetros urbanos: - a sede do Município / cidade de Francisco Beltrão; - a sede do Distrito Administrativo da Seção Jacaré; - a sede do Distrito Administrativo de Nova Concórdia; - a sede do Distrito Administrativo de São Pio X (Km 20); - a sede do Distrito Administrativo de Jacutinga - *Objetivos:* Controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas urbanizadas, adequando-o à infraestrutura disponível, Garantir a utilização dos imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados. MACROZONEAMENTO URBANO propostas: MACROZONAS URBANAS Estabeleceu-se, nas áreas internas ao perímetro urbano, aqui denominada de Macrozona Urbana, uma subdivisão em: 1) MACROZONA DE OCUPAÇÃO PRIORITÁRIA, 2) MACROZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA, 3) MACROZONA DE RESTRIÇÃO DE OCUPAÇÃO - *Objetivos:* Definir quais áreas poderão ser ocupadas,

dando-se preferências as já loteadas ou urbanizadas, As áreas que poderão ser objeto de parcelamento, mas que deverão ter um controle rigoroso de sua ocupação, E as áreas que em que não seria permitido a sua urbanização. Na MACROZONA DE OCUPAÇÃO PRIORITÁRIA definiram-se, as seguintes zonas de usos e ocupação do solo: ZONA CENTRAL 1 – ZC 1, ZONA CENTRAL 2 – ZC 2, ZONA DE USO MISTO – ZUM, ZONA DE SERVIÇOS E INDÚSTRIA – ZSI, ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS, ZONA RESIDENCIAL 1 – ZR 1, ZONA REDIDENCIAL 2 – ZR 2. Nas ZONAS citadas definiram-se, as seguintes subzonas de usos e ocupação do solo: EIXO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS – ECS, ÁREA DE USO INSTITUCIONAL – AUI, ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP, ÁREA DE PROTEÇÃO DE MATAS – APM, ÁREA DE RISCO DE INUNDAÇÕES – ARI, ÁREA DE RISCO DE DESLIZAMENTOS – ARD. ZONEAMENTO URBANO – ALTERAÇÕES: Criadas as ZRs – Zonas Residenciais, A ZPAV – Zona de Preservação de Área Verde torna-se a Área de Proteção de Matas – APM, A ZRO – Zona de Restrição de Ocupação torna-se Área de Restrição de Ocupação – ARO, Estabeleceu-se a Área de Risco de Inundações – ARI e a Área de Risco de Deslizamentos – ARD. Para transformar Francisco Beltrão numa cidade sustentável, que oferece boa qualidade de vida a seus habitantes, deveremos assumir os 3 princípios da sustentabilidade urbana: 1° - CIDADE COMPACTA – otimização do uso das áreas urbanas com infraestrutura – densificação, 2° - POLICENTRISMO EM REDE – valorização dos centros secundários e das redes de transporte, 3° - MANUTENÇÃO DA FORMA URBANA E DOS LIMITES URBANOS – as cidades com baixas densidades produzem uma ocupação muito grande do espaço, diminuindo as áreas verdes e rurais, elevando os custos da infraestrutura, produzindo deslocamentos mais demorados e gerando um elevado consumo de energia. LOTEAMENTOS – PROPOSTAS: Revista, alterada e atualizada a Lei de loteamentos (nova Lei), onde destacam-se: - Exigir, como obrigatoriedade, a coleta, infiltração e a reservação das águas da chuva, - Aumento da largura mínima da rua, de 14,00 m para 16,00 m. E a largura mínima da calçada (mais não a ideal) de 2,50 m, - Mudança do tamanho da área mínima dos lotes, de 300,00 m2 para 360,00 m2, no meio de quadra, e de 360,00 m2 para 450,00 m2 nas esquinas, - Quadras com largura mínima de 60,00 m e comprimento máximo de 150,00 m, - Responsabilidade pelo prazo de 5 anos após a data de publicação do Decreto, pela qualidade das obras e serviços executados: pavimentação, galeria de águas pluviais e bocas-de-lobo, recuperação estabilização de taludes, - Estabelecido e definido, com mais clareza, os critérios para condomínios fechados horizontais, de casas e de lotes. Área máxima de 25.000 m2 passou para ilimitada e agora foi fixada em 50.000 m2, - Pré-definido, no mapa do zoneamento, as futuras vias de interligação (avenidas principais), nas áreas a serem loteadas, com larguras de 25 a 30 m. Dalcy fechou a primeira apresentação com bons exemplos de cidades que se transformam para melhor. 2) “propostas para Aspectos Sócio-Econômicos”, principais tópicos: - Implantar Parque Tecnológico, - constituir parcerias com Emater e Embrapa no desenvolvimento de tecnologias para aumento na produtividade nos setores de avicultura e cadeia do leite, - Implantar vias industriais paralelas aos principais eixos rodoviários do Município - PR 483, PR 180, PR 475 E PR 566 – definidas com MZDE – Macrozonas de Desenvolvimento Econômico, - Incentivar e fomentar a instalação de indústria de rações para pequenos animais e indústria para atuar com resíduos de alumínio, - Incentivar as agroindústrias do Município, - Instituir o programa de incentivo ao cooperativismo para pequenos empreendedores rurais, - Fomentar a criação de novas vagas de emprego, - Efetuar controle do comércio ambulante, - Apoiar os processos de capacitação dos empresários, - Fomentar novos empreendimentos, - Implantar novos distritos industriais. 3) propostas âmbito regional: - Apoiar a AMSOP quanto à implantação do Aeroporto Regional do Sudoeste (Interestadual), a ser localizado no município de Renascença, - Apoiar a AMSOP quanto à implantação do Corredor do Sudoeste, trecho das rodovias estaduais entre a localidade de Marmelândia, no município de Realeza, entroncamento com a BR 163 e a localidade de Horizonte, no município de Palmas, entroncamento com a BR 153, - Fortalecer o pólo regional na área de saúde, aproveitando o funcionamento do Hospital Regional, do CRE- Centro Regional de Especialidades, do CEONC - Centro de Oncologia de Francisco Beltrão e o curso de medicina da Unioeste, - Fortalecer o Arranjo Produtivo Local - APL de madeira e móveis, - Fortalecer o Arranjo Produtivo Local - APL de utensílios de alumínio. Adequações às normativas do INMETRO, - Fortalecer a cadeia produtiva do leite, desde a produção pela agricultura familiar até sua industrialização e comercialização, - Fortalecer o pólo educacional / cidade universitária, aproveitamento as instituições de ensino superior existentes e as de ensino médio e preparatória para vestibulares. 4) Urbanismo e Infraestrutura: - Implantar o programa de implementação de centros de bairros, incentivando o comércio e serviços, - Executar o plano de requalificação da área central, calçadão e Praça Dr. Eduardo V. Suplicy; Desenvolvimento de projeto de requalificação da Avenida Júlio Assis Cavalheiro, incentivando a sua utilização voltada aos pedestres, - Elaborar o Plano de Macrodrenagem Urbana, contemplando os sistemas de macro-drenagem e o de micro-drenagem que com abrangência nas áreas já urbanizadas e nas áreas de expansão urbana, - Executar programa de construção de calçadas em parcerias com os proprietários, - Construir novas ciclovias/ciclofaixas, definidas pelo Plano de Mobilidade e do Sistema Viário, em toda a cidade, - Executar as obras e serviços necessários para ordenar e melhorar o fluxo de veículos nas vias urbanas, - Executar as melhorias do acesso à UTFPR (Rua Guerino Fabris e seu prolongamento), - Reurbanizar as principais vias de acesso da cidade, - Construir novas pontes sobre o Rio Marrecas e sobre o Rio Lonqueador e outros córregos, - Executar a ligação da Rua Octaviano T. dos Santos (escadaria) com a Rua Maringá, - Interligar a Rua Antônio Carneiro Neto no Bairro N. Sra. Aparecida com a Avenida Don Agostinho Sartori no Bairro São Cristóvão, - Executar o programa de revestimento com asfalto sobre pedras irregulares em toda a

cidade, - Executar o alargamento da Av. Antônio S. Barbieri, sentido Cidade Norte ao centro, - Elaborar e executar plano de revitalização das praças existentes e a implantação de novas, - Urbanizar a Avenida e o Córrego Progresso no Bairro São Miguel, - Transformar a rua de acesso ao aeroporto em estrada parque, com arborização, flores, ciclofaixa compartilhada e outra melhorias. 5) Mobilidade e Acessibilidade: - Buscar a implantação, junto ao Governo do Estado, do Contorno Rodoviário Oeste, rodovia estadual, ligando a Rodovia PR 483, na altura da bica d'água, saída para Cascavel até a Rodovia PR 180, na altura do Distrito Industrial Irineu Montemezzo, saída para Dois Vizinhos, - Implantar um novo Terminal Rodoviário, para substituição do atual terminal situado no centro da cidade, cuja localização deverá ficar no eixo da Rodovia PR 483, - Transferir o Terminal de Transportes Urbanos para o atual Terminal Rodoviário (Rodoviária Municipal), com a conseqüente recuperação da Praça da Liberdade, onde se localiza o TTU, para o uso de lazer da população, - Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, contemplando todos os meios de locomoção urbana: Pedestres, bicicletas, carros, transporte coletivo, etc; - Elaborar, de conformidade com o Plano Municipal de Mobilidade, do Plano do Sistema Viário Municipal e Urbano; - elaborar, de conformidade com o Plano Municipal de Mobilidade, do Plano do Sistema Viário Municipal e Urbano, contemplando a reestruturação das vias, a implantação de novos binários, projeção de novas avenidas, interligações, pontes, trincheiras, viadutos, trevos, rotatórias, sinalização entre outras obras complementares. Contemplar rede de ciclovias/ciclofaixas; - Executar melhorias nos acessos e nas estradas do interior do município, contemplando com pavimentação de pedras irregulares e ou asfalto, pontes e bueiros, etc; - Exigir, das concessionárias do serviço, a implementação de constantes melhorias no transporte coletivo urbano e suburbano: Veículos em bom estado, dentro dos limites de idade exigido, linhas e horários que atendam as necessidades dos usuários, atendimento adequado ao portador de necessidades especiais, deficientes visuais e abrigos para usuários, pontos de parada, etc; - Elaborar e executar o programa de construção de calçadas de acordo com as normas de acessibilidade universal, padronizadas e uniformes, com espaço suficiente para a circulação das pessoas, locação de árvores, postes, sinalização e mobiliário urbano; - Implantar calçadas mais largas, ou calçadões na área central da cidade privilegiando o pedestre acima do automóvel; - Trânsito: Engenharia de tráfego: Instalar os semáforos em distâncias adequadas da esquina, melhorando a visibilidade de motoristas e pedestres, Melhorar a sinalização vertical, horizontal e semafórica e sua plena manutenção, Sinalizar as linhas de ônibus e transporte público, Sinalizar os pontos de lotação, Educação de trânsito: Criar e implantar área obrigatória de educação de trânsito e criar e instalar a escola de educação de trânsito, Dar continuidade no *Programa* DEBETRAN nas escolas, Intensificar a educação de trânsito, ampliando para todas as escolas municipais, em parceria com órgãos de trânsito, Capacitar os agentes de trânsito, Instalar parquímetros na área central, Planejar *e implantar* novas ciclovias/ciclofaixas para interligar todos os pontos da cidade, parques a parques e bairros a bairros. 6) SÍNTESE DAS PROPOSTAS ÁREA DA SAÚDE: - Elaborar e manter atualizado o Plano de Saúde do Município; Intensificar o apoio técnico ao Hospital São Francisco; Fomentar a implantação do atendimento e tratamento cardíaco em um dos hospitais do Município; Fomentar a implantação do atendimento e tratamento de radioterapia em Francisco Beltrão; Fomentar a implantação de uma UTI pediátrica em um dos hospitais do Município; Criar e implantar de um Centro de Zoonoses; Reabrir o antigo Posto 24 horas na Cidade Norte e transformar em um Centro de Saúde; Ampliar e melhorar o fornecimento de medicamentos à população; Implantar mutirão de cirurgias. 7) SÍNTESE DAS PROPOSTAS ASSISTÊNCIA SOCIAL: - Construir mais 03 CRAS: Cidade Norte, Padre Ulrico e São Miguel, - Valorizar e complementar o Programa Bolsa Família com outros serviços e benefícios sócioassistenciais; - Reorganizar o mutirão solidário nos bairros, em parceria com Associações de Moradores; - Melhorar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC; - Regularizar e apoiar as entidades sócio assistenciais - Reestruturar e Modernizar os Clubes de Mães; - Ampliar e Diversificar as atividades do Centro da Juventude CEJU; - Modernização da Escola Oficina Adelíria Meurer, - Apoiar os conselheiros em seus procedimentos e construir Sede própria para o Conselho Tutelar, - Modernização do centro de Convivência de Idosos autonomia financeira) e criação de um Centro-Dia para os idosos, - Melhorar a estrutura do Centro de Convivência de Idosos Ulderico Sabadin e Construir um moderno Centro de Convivência dos Idosos na Cidade Norte, - Construir o Centro de Atendimento à Terceira Idade – Centro Dia / ILPI, - Revitalizar e ampliar o Condomínio do Idoso; - Implantar a Casa dos Conselhos estrutura física de controle social, - Reestruturar e centralizar o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; - Implantar e Centro POP e Abordagem Social – Centro de Referência Especializado para a População de Rua; - Reestruturar a estrutura física e aperfeiçoar os serviços da Casa Abrigo Anjo Gabriel; - Implantar a Casa da Mulher Beltronense - atendimento à mulheres vítimas de violência. 8) SÍNTESE DAS PROPOSTAS ÁREA da CULTURA: - Criar a Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão como alternativa para a implantação de políticas culturais, - Implantar o programa de democratização da cultura, - Estruturar os espaços de cultura do Município, - Construir o Centro Cultural da Cidade Norte, no Parque Ambiental, cujo projeto já existe, - Planejar e executar os eventos festivos do Município Planejar e executar os eventos festivos do Município, - Criar um Centro Cultural, aproveitando-se a Casa da Cultura, o teatro, acrescentando biblioteca, museu e sala de artes, auditórios, etc - Apoiar as ações culturais nas escolas (fanfarras, capoeira, música, orquestras, teatro, entre outras atividades), - ESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CULTURA DO MUNICÍPIO: Memorial e Museu da Colonização, Teatro Eunice Sartori, Arena Cultural no Parque de Exposições, Morro do Calvário e Santo Sepulcro, Capela São Cristovão, Capela São Francisco de Assis, Centro de Memória do Sudoeste do Paraná. 9)

SÍNTESE DAS PROPOSTAS ÁREA da EDUCAÇÃO: Implantar um centro de formação e capacitação para professores, Montar equipe de manutenção de obras e edificações exclusivamente para as escolas municipais, Reestruturar a equipe multidisciplinar responsável pelo atendimento das escolas, Aprimorar a gestão de vagas das CMEI's (matrículas a serem realizadas diretamente nas CMEI's), Promover e instalar um sistema "on line" de distribuição de vagas nos CMEI's, com acesso livre pela população, Construir 3 novos CMEI's em Francisco Beltrão, e ampliação de vagas nos atuais, Ampliar a educação em tempo integral, articulando com outras secretarias como Cultura e Esportes Desenvolvimento Tecnológico, Assistência Social, Cidadania e afins, Apoiar a estruturação física e humana para inclusão dos, alunos com algum tipo de limitação (educação especial), Ampliar e reformar as escolas municipais, Construir um almoxarifado/depósito central para estocagem e distribuição da merenda escolar, Construir novas escolas nas áreas de expansão urbana. 10) SÍNTESE DAS PROPOSTAS MEIO AMBIENTE: - Implementar ações para a execução do Plano Municipal de Controle de Cheias e Drenagem Urbana e Rural de Francisco Beltrão que tem como objetivo combater as constantes cheias do Rio Marrecas e de seus afluentes, - Implantação do Parque Linear do Rio Marrecas, que corta toda a extensão cidade, criando uma grande área de proteção ambiental e de lazer Deverão ser feitos estudos para avaliar a necessidade de desapropriação de áreas ocupadas desordenadamente ao longo de suas margens e sobre a possibilidade de inclusão dos rios Santa Rosa, Lonqueador e Urutago, - Elaboração de mapas, da área urbana, contendo as áreas de risco, sujeitas a inundações e sujeitas à deslizamento de encostas e criara mecanismos para coibir o uso e ocupação destas áreas, - Incentivar a recuperação de áreas de encosta dos morros, no perímetro urbano, com o plantio de árvores nativas, visando a proteção dos mesmos considerando seu valor paisagístico, - Manter as áreas com vegetação nativa transformando-as em parques e em novas unidades de conservação de áreas verdes. Incentivar a criação de corredores de biodiversidades nas áreas urbanas e rural, - Implementar programa de monitoramento, preservação e proteção de fontes e nascentes, - obrigatoriedade da coleta, reserva e reaproveitamento das águas da chuva, tanto nas edificações como nos loteamentos, Bacias de contenção, - Programa de impacto ambiental relativo à perfuração de poços artesianos, - Programa de educação ambiental e cidadania e criação da Escola Ambiental, - Programa de modernização da coleta do lixo orgânico e de novas e modernas metodologias para o depósito do lixo no aterro sanitário. Incentivar a compostagem domiciliar, - Reestruturar as associações de coleta de lixo reciclável e implantar ações para que a logística reversa possa funcionar de forma eficaz, - Rever o plano de arborização urbana existente, com a elaboração de projeto de arborização de forma inteligente, - Incentivar a volta dos terraços e morunduns nas lavouras do município, - Dragagem constante dos rios que cortam a cidade. 11) SÍNTESE DAS PROPOSTAS AGRICULTURA e INTERIOR: ÁREA = 671,04 Km2, 81 comunidades, 3.364 domicílios, 11.494 habitantes, ~ 3.800 Km de estradas. Propostas: Retomada do setor da vitivinicultura (fruticultura), - Apoio a atividade leiteira e retomada do Projeto "Balde Cheio" Melhoria da qualidade do leite, Melhoria na rentabilidade e produtividade, - Programa de conservação e recuperação do solo, - Projeto de fertilidade do solo, - Implantar o Projeto "Ouro Azul" - serviços ambientais, - Programa municipal de fomento a piscicultura, - Internet e telefonia rural - ampliação da área de cobertura, - Apoiar eventos voltados a capacitação dos produtores de leite, - Retomar e fortalecer as parcerias com as entidades voltadas à agricultura, - Ampliar a compra da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar Piscicultura / leite / hortifruti / carnes e agroindústrias, - Priorizar e adequar as estradas do interior, - Apoiar a adequação das entradas das propriedades, - Apoiar o Programa "Porteira para Dentro", para concessão de horas máquinas, - Criação de um anel viário de integração interligando comunidades no interior, - Retomar o programa de construção e recuperação de pontes, - Retomar o calçamento de pontos críticos *nas estrad*as do interior, - Buscar recursos para asfaltamento *em estradas das* comunidades do interior onde já existe o calçamento, - Concluir trechos de calçamentos inacabados, - Apoio a programa de terraplanagens aos agricultores, - Elevar de três para quatro *as* equipes de trabalho, máquinas, equipamentos, técnicos, etc. para atendimento aos agricultores, - Criação de um anel viário de integração interligando comunidades no interior, - Melhorar a comunicação entre equipes e agricultores - subordinados, encarregados, técnicos e gestores - em elação aos serviços prestados, - Apoio as Associações de Moradores do interior para a realização de trabalhos pontuais e de melhoria com maquinário próprio e/ou terceirizado, - Mercado Público Municipal. 12) SÍNTESE DAS PROPOSTAS ESPORTE e LAZER: - Apoiar a remodelação de vestiários, banheiros, alambrados e material básico esportivo as comunidades do interior, - efetuar convênios e parcerias com universidades e Secretaria de Saúde para manter instrutores nas ATI's – Academias de Terceira Idade, - Efetuar convênios e parcerias com universidades e Secretaria de Saúde para manter orientadores nas caminhadas e exercícios, com aferição de pressão e exames com freqüência, de diabetes e outros, - Apoiar a participação em competições estaduais e nacionais em modalidades que desenvolvem um alto rendimento, - Reformar a estrutura esportiva do Município, elegendo prioridades, especialmente o Ginásio do Alvorada (Flávio Morceli) e Ginásio Sarará, - Apoiar e promover parcerias com associações esportivas de atletas amadores fomentando o esporte amador, como atletismo, corridas de rua, ciclismo, esportes radicais e em cadeiras de rodas. Apoio a eventos esportivos com artes marciais, MMA, karatê, kung fu, dentre outros, - Buscar recursos, a nível federal e estadual, através de projetos de fomento ao esporte e a prática esportiva, - Compromisso de apoiar a escolinhas de todos os esportes coletivos, Apoiar a realização de competições esportivas inter-bairros, Segurança pública - desenvolver um estudo para criar e implantar espaços de lazer para a juventude, - Parque Santa Barbara. 13) SÍNTESE DAS PROPOSTAS ÁREA do TURISMO: - Implantar o Projeto Monumentos nos Parques Municipais, sendo 5 na

área urbana. 14) SÍNTESE DAS PROPOSTAS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS e FINANCEIROS: - Integrar a informação de todas as principais áreas da gestão pública: Tributação / Urbanismo / Vigilância / Áreas afins para a emissão do alvará de licença de funcionamento, - Implantar o Programa Prefeito / Prefeitura no Bairro. Serviço de atendimento dos serviços públicos mais próximos do cidadão – "PoupaTempo", - Criar e instalar a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes em todos os setores dos serviços municipais, - Implantar sistema para agilizar o atendimento e acompanhamento de processos e protocolos (help-desk); - Funcionalismo Público: - Reduzir e limitar os cargos comissionados, - Dar cumprimento a Lei 4.133 (Estatuto do funcionalismo de Francisco Beltrão-PR), Elaborar um Plano de Capacitação e Desenvolvimento ao funcionalismo público, Criar o SEMST – Serviço Especializado em Medicina e Segurança do Trabalho – na Administração Municipal, Sistema de gestão, interligando todos os órgãos públicos, Implantar rede de fibra ótica formando o Anel digital, agilização de serviços. 15) SÍNTESE DAS PROPOSTAS ASPECTOS LEGAIS e INSTITUCIONAIS: - Atualizar a legislação do sistema tributário municipal permite à prefeitura melhorar sua receita e corrigir disfunções na cobrança dos impostos, - Implantar de Sistema de Informações do Município que permitirá a implantação do cadastro técnico multi-finalitário, cujo objetivo entre outros é melhorar a arrecadação municipal, com a atualização da situação da propriedade fundiária do Município, - Efetuar a revisão e atualização da Lei de Parcelamento do Solo Urbano / Loteamentos, - Elaborar um diagnóstico completo e preciso de todas as condições e aspectos do município: histórico aspectos regionais dados geofísicos, aspectos sócio-econômicos, financeiros e administrativo do município, serviços e infra-estrutura urbana, mobilidade e acessibilidade, aspectos da saúde e assistência social - da educação e cultura, do esporte, lazer e turismo, agricultura e pecuária, aspectos do meio ambiente / etc. - Implementar o uso dos instrumentos da política urbana, que constam do Estatuto da Cidade: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios / direito de preempção / IPTU progressivo no tempo / outorga onerosa do direito de construir / transferência do direito de construir / operações urbanas consorciadas / estudo de impacto de vizinhança / monitoramento e controle do plano diretor, Atualizar a planta de valores dos imóveis e revisar os valores do imóveis – IPTU / ITBI, - Tributar o imóvel conforme o zoneamento - IPTU / ITBI, - Criar de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) no Zoneamento Municipal, para recuperação urbanística e melhoria das condições de vida da população residente, assim como para implantação de programas de habitação popular em áreas infra-estruturadas com zoneamento adequado a uma alta densidade construtiva horizontal e em locais que o valor da terra viabilize lotes populares; - Estabelecer e regulamentar legislação criando o ITU - Imposto Territorial Urbano, nas áreas ainda não parceladas (loteadas) que se encontram no interior do perímetro urbano, em substituição ao ITR - Imposto Territorial Rural. Estes foram os tópicos da apresentação em tela realizada pelo Coordenador. Finalizadas as apresentações, o coordenador Dalcy Salvati abriu espaço para palavra e considerações dos participantes. O Professor Ricardo Leme da Unioeste parabenizou Dalcy, pela iniciativa de tocar o PDM sem a empresa de assessoria, opinou que o projeto de revisão é tardio, ouvem-se críticas, citou participação insignificante com pouco número de participantes no auditório refletindo o desinteresse da população no assunto de suma importância para o futuro da cidade, disse que notou a ausência da imprensa para a cobertura deste evento do Plano Diretor que vem definir as leis que vão nortear o crescimento da cidade; observou ainda pouca representação política de prefeito, vice e vereadores até o final das exposições o que retrata a inércia da sociedade beltronense em frente a essa importante tarefa; opinou criar uma dinâmica para envolver todos os bairros proporcionando um processo democrático de urbanização, em que o interesse comum ser colocado em primeiro plano. No ponto das Áreas de Interesse Social e Áreas de risco, vazios urbanos, citou as invasões ocorridas recentemente nessas áreas unindo a problemas de habitação, citou falta de informações de interesse social e estudo de impacto de vizinhança, necessário que seja implantado; elogiou o plano de tributação freando especulação imobiliária, lamentou alteração das leis para atender certos interesses, há necessidade de acompanhamento na posterior execução; Para finalizar, do ponto de vista das pontes, pergunta: qual a lógica de construir pontes estreitas? Como tem ocorrido, sugeriu alargar novas pontes para melhorar o fluxo e circulação de pedestres, via de acesso lateral adequada, precisamos pensar à longo prazo; sobre as propostas ou idéias de monumentos nos parques, Ricardo sugeriu temas que reflitam nossa própria identidade cultural, talvez abrir para sugestões, ser mais debatido antes de levar em frente, o futuro de nossa cidade não é brincadeira para isso se faz necessário criar um monitoramento contínuo e planejamento atualizado e para tanto, se necessário, aumentar a equipe, agradeceu e finalizou. Joni Marcos Niedsviecki, loteador, ao fazer uso da palavra reiterou as colocações do Professor Ricardo, salientando a mínima participação da comunidade no evento registrando indignação quando este teatro deveria estar lotado, relatou problemas enfrentados com o loteamento que dependem de leis atualizadas do Plano Diretor, destacou a importância da lei rever as dimensões dos terrenos conforme localização, sobre a largura das ruas primárias e secundárias opinou reduzir para quando se tratar de final de rua, Dalcy respondeu que estão incluídos na revisão dimensão de terrenos por setor bem como particularidades inerentes para largura das ruas; continuando Joni ainda sugeriu incluir setor industrial com objetivo de retirar pequenas indústrias do centro da cidade, e regrar lotes ou terrenos para pequenas indústrias; sobre Condomínio fechado sugeriu avaliar proposta prevendo área de recreação, segurança e qualidade de vida nos condomínios a partir de x metros quadrados, pensar grande, pensar para regulamentar a longo prazo, agradeceu e finalizou. Professora Silvia Regina Pereira da Unioeste no uso da palavra igualmente lamentou pouca participação da população nesta terceira audiência, porém parabenizou o comprometimento das equipes envolvidas na revisão do Plano, solicitou que o material apresentado pelo

coordenador possa estar disponível no site para consulta e maior apreciação e análise, reiterou ser urgente a aplicação do IPTU Progressivo, regulamentar os valores cobrados em discrepância; salientou proporcionar com a nova lei o acesso de mais pessoas a moradia digna, maior oferta de imóveis mais amplos, destacou o alto valor praticado para os imóveis, ocasionado por exagerada especulação, neste ponto cumprimentou o coordenador Dalcy pelas propostas, outra destaque a questão imobiliária sugeriu delimitar rigorosamente as áreas para novas solicitações de alvarás, se construção vertical igualmente e não simplesmente dirigir essa população de menor poder aquisitivo para áreas insalubres e de baixa qualidade, sendo que, em contrapartida, outros setores são extremamente valorizados pela especulação; citou ainda ampliar condições de mobilidade e acessibilidade, reforçou a necessidade de ampliar essas vias de acesso para bairros mais afastados, beneficiando os pais de família que se utilizam da bicicleta como veículo para o trabalho, possibilitando condição mínima e adequada de deslocamento, que possa fazer parte do Plano para poder cobrar mais tarde; finalizando mais uma vez solicitou o acesso ao material apresentado. O Coordenador Dalcy destacou que estas últimas exposições compõem as propostas a curto e médio prazo; ainda informou que foi elaborado um caderno de dados, resultado da compilação das respostas ao questionário de consulta popular que esteve disponível desde o ano passado no site do município, e que já se encontra disponível no site no Município na guia “Revisão do Plano Diretor”, e que ainda aceita sugestões até a finalização do novo Plano Diretor, na questão loteamentos questões práticas ainda poderão ser referendadas, sobre as plano das 300 ou mil casas, projeto está sendo revisto, pois a criar núcleo habitacional distante também onera a administração pública. Dalcy ainda colocou-se a disposição para atendimento na prefeitura. Sendo esgotadas as considerações foi encerrada esta Audiência Pública às vinte e duas horas e quinze minutos, sendo lavrada a presente ata, por mim, Nileide T. Perszel, e anexada a lista de presenças.

17.3. OFICINAS TEMÁTICAS

17.3.1. PRIMEIRA OFICINA TEMÁTICA MOBILIDADE e ACESSIBILIDADE

A primeira Oficina Temática, abordando os temas mobilidade urbana e acessibilidade, foi realizada no dia 09 de dezembro de 2016, às 18:30 horas, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, com a participação de 37 pessoas, componentes da ETM - Equipe Técnica Municipal, CA - Comissão de Acompanhamento, convidados e interessados.

OFICINA TEMÁTICA 1 - MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE

PROBLEMAS LEVANTADOS / SUGESTÕES E PROPOSTAS APRESENTADAS:

Participante: Rudimar Czerniaski / DEBETRAN:

- Comércio concentrado no centro da cidade - "afogando" o trânsito nas horas de pico;
- Rota de caminhões de grande porte que ainda passam pelo centro;
- Obras irregulares invadindo o espaço público;
- Calçadas obstruídas;
- Veículo velhos abandonados e acostamento de vias públicas;
- Acessibilidade - As ruas priorizam os veículos e esquece o espaço destinado aos pedestres e ciclistas - evoluir a coexistência destes;
- Voltar o deslocamento a pé e por bicicletas no centro da cidade.

Participante: Hélio de Oliveira / UNIBEL:

- Trânsito de caminhões no centro da cidade (ex: manobras dos caminhões da Ambev / J. Catarino Pires obstruindo as vias e causando lentidão no trânsito);
- Caminhões da BRF (Sadia) parados causando mau cheiro.

Participante: Professor Ricardo Leme / UNIOESTE:

- Relevo acidentado da cidade;
- Acessibilidade - Aclives e declives das entradas de veículo que começam no meio-fio - nas áreas centrais e na periferia.
- A nova Lei do PD deve abordar e punir quem desrespeita as normas de acessibilidade, colocar regras aos loteadores e intensificar a fiscalização;
- Implantação de calçadas largas com espaço suficiente para a circulação de pessoas, para plantas e para os postes de iluminação. Alargar os passeios públicos existentes para garantir uma boa circulação;
- Melhorias e ajustes na ciclovia existente - paradas de ônibus;
- Transporte Coletivo - Prever linhas "interuniversitárias" incluindo o Hospital Regional que futuramente tende a ser um hospital universitário;
- Dar atenção aos corredores de acesso, pensar numa entrada e saída (binários) aos trevos;
- Melhorias dos acessos as estradas do interior, implantação de trevos da rodovias principais asfaltados para as vicinais;
- Contemplar no PDM uma rede de pontes interligando os bairros levando em contas a hidrografia urbana;
- Na área central foi sugerido a exigência de estacionamentos privados para as empresas na frente ou nos fundos dos estabelecimentos ou em subsolo ou pavimento superiores;
- Acessibilidade - incluir sinalizadores sonoros nos semáforos e onde houver necessidade;

- Estabelecer que o loteador só possa entregar o empreendimento com o passeio construído.

Participante: Professor João Henrique / UTFPR

- Acesso à comunidade de Santa Bárbara intransitável - UTFPR e Colégio Agrícola;
- Centro da cidade - espaço de pedestres (calçadão) utilizados para estacionamento de carros nos horários de missa na Concatedral;
- Ocupação de calçadas por bar na cidade;
- Plano de ciclorrotas para acesso a universidade(UTFPR).

Participante: Professor Fernando Manosso / UTFPR

- Discordou do Prof. Ricardo quanto aos estacionamentos no centro - faltará espaço no futuro para cada cidadão deslocar-se com seu carro para uma loja ao mesmo tempo em período e horário;
- Ciclofaixas - repensar e aprimorar - incluir na legislação. Interligação das ciclofaixas coma as calçadas;
- Acessibilidade - responsabilidade dos proprietários a execução das calçadas - causa desconexão;
- Sugere que a Prefeitura deveria ser a responsável pela execução das mesmas e cobrar do proprietário. Desta forma padronizando as mesmas - projeto, estrutura, tipo de pavimento e espécie de árvores apropriadas.

Participante: Vilmar da Motta / Pres. da Ass. de Deficientes Físicos:

- O transporte público não tem atendido o deficiente físico e visual - falta de informação;
- Utilização indevida das calçadas - obstáculos aos portadores de deficiência;
- Sonorização funcional para informações no interior dos ônibus;
- Parceria com as universidades para desenvolver um aplicativo de celular específico.

Participante: Gervásio A. Kramer / Secretário de Planejamento:

- Arborização - ruas com até cinco espécies diferentes em desarmonia e algumas inadequadas;
- Estabelecer uma lei de arborização, paisagismo, apontando quais espécies podem ser cultivadas em calçadas conforme o local, estabelecer parâmetros como a distância entre elas, época de plantio, profundidade para poder se desenvolver. Não mistura espécies;
- Substituição de árvores doentes;
- Regulamentação do paisagismo dos loteamentos.

17.3.1.1. TRANSCRIÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA OFICINA TEMÁTICA

ATA Nº 12/2016 – da primeira Oficina temática: Mobilidade Urbana / Acessibilidade para compor a Revisão do Plano Diretor do Município de Francisco Beltrão. Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, reuniu-se a coordenação e assessoria dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal, para a qual foram convidados os integrantes da Equipe Técnica Municipal – ETM, bem como da Comissão de Acompanhamento – CA e demais cidadãos interessados, sendo que se deu publicidade do evento e pauta na edição nº 6.091 do Jornal de Beltrão do dia 07/12/2016 página 16, entrevista no programa Café com Notícias da rádio Continental FM no dia 07/12/2016 ás 08h30, e banner do convite na página principal do sítio da prefeitura www.franciscobeltrao.pr.gov.br a partir do dia 02/12/2016. Conforme lista de presença disponível registram-se os seguintes participantes: 01 Silmara Brambilla Strassburger – Lahsa Consultoria; 02 Rudimar Antonio Czerniaski – Debetran; 03 Nelson Venzo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 04 Osmar José Urio

- Secretaria Municipal de Esportes; 05 Adão Evangelista – ADFVFB; 06 Félix Padilha – ADFVFB; 07 Vilmar da Motta – ADFVFB; 08 Ertal Oliveira Júnior – Ertal Arquitetura; 09 Ertal de Oliveira – Ertal Arquitetura; 10 Ricardo Carvalho Leme – Unioeste; 11 Rosana Cristina Bomal Leme – Unioeste; 12 Fernando C. Manosso – UTFPR; 13 Clério Plein – Unioeste; 14 Nivaldo M. de Paula - Debetran; 15 Ademir Strassburger – Lahsa; 16 Josiane Apolinário – Debetran; 17 Maiara Fill - Debetran; 18 Silvana Fátima Flores – Debetran; 19 Ilianes Fieira – Debetran; 20 Ian Drehmer – Debetran; 21 João Henrique Alves Cerqueira – UTFPR; 22 León S. Erhard – UTFPR; 23 Lindomar J. Czerniaski – Debetran; 24 Alana Jaqueline Cavazini – Unioeste; 25 Daniella Rosa Marques de Oliveira – Unioeste; 26 Suzane Vollmerhausen – Secretaria Municipal de Educação; 27 Gervásio Alvício Kramer - Secretaria Municipal de Planejamento; 28 Sônia Faust – DIPPM; 29 Hélio de Oliveira – Unibel e Câmara de Vereadores; 30 Cássia Gaieski Gonzatto – Unioeste; 31 Patrícia Londo – Unioeste; 32 Taís C. Dal Pra Gorniak - Unioeste; 33 Evair Pedro Dalmozo – Unioeste; 34 Rudimar Ernandes Waldoviecz - Unioeste; 35 Amanda Appel Gonzatto - Unioeste; 36 Caroline Aveozani Adria - Unioeste; 37 Nileide T. Perszel - Secretaria Municipal de Planejamento. Iniciada a reunião, o Secretário de Planejamento Gervásio Kramer agradeceu apresença, dizendo ser a primeira oficina temática conforme definido na última reunião, e que os trabalhos desta oficina serão conduzidos pela coordenadora Sônia Faust e a assessora Silmara Brabilla Strassburger com a colaboração do Diretor do Departamento de Trânsito Rudimar Czerniaski. Passando a palavra a Coordenadora Sônia Faust que após cumprimentos disse da importância do tema, e que o objetivo da oficina é elaborar uma proposta de cidade acessível para o futuro; a seguir anunciou a apresentação do vídeo institucional que tratou de Mobilidade e transportes urbanos, abordando aspectos gerais da Lei nº 12.587 de 2012 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e determina que municípios com mais de vinte mil habitantes devem elaborar seus planos de Mobilidade Urbana para receber recursos do Governo Federal para fins específicos e que dentre as principais conquistas destacam-se: priorização dos modais não motorizados e do transporte público coletivo; estabelece padrões para emissão de poluentes; o que tornará possível promover uma mudança de paradigma a curto e médio prazo, na direção de cidades justas e com qualidade de vida para todos. O vídeo ainda orienta gestores para o processo de financiamento para Mobilidade Urbana, expressos a partir do artigo 21 (Planejamento e Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana). Após exposição do vídeo, Sônia convidou Rudimar Czerniaski, diretor do Departamento de Trânsito – Debetran, para abordar situações vivenciadas no trânsito de forma geral no perímetro urbano. Rudimar agradeceu aos participantes que mesmo depois de um dia de trabalho se dispuseram a estarem presentes para a oficina, informou inicialmente que Francisco Beltrão é cidade pólo da região para compras, negócios, lazer, entretenimento, bem como de visitação atraídas por nossos belos parques e o turismo rural. Rudimar falou que por ocasião da implantação do modelo binário de vias e ciclovias no início de 2014, houve notável avanço no que tange à Mobilidade Urbana, separando transito de veículos e bicicletas e os traçados entre os parques Alvorada e Jayme Canet, locais onde os cidadãos buscam espaço adequado para caminhar, pedalar e lazer ou simplesmente passear ou descansar a beira de lagos; estas alterações aprovadas satisfatoriamente pela população e visitantes. Disse que os binários contribuíram para queda no índice de acidentes, gerou fluência no transito com semáforos sincronizados instituindo a onda verde, destacou que o controle de velocidade nesses locais ainda precisa ser maior, apesar de já existirem dois pontos de controle eletrônico de velocidade na Rua Curitiba. Rudimar destacou que a partir do Decreto Municipal 148/2004 e 3345/2007 que dispõe sobre a implantação de estacionamento regulamentado denominado FAIXA AZUL nas vias públicas centrais, os agentes de trânsito passaram a emitir lavratura de autos de infração por ação civil publica, após passarem por treinamento e concurso, também com assessoria da empresa Lahsa. As atividades do Debetran através dos agentes de trânsito ainda consistem em sinalizar locais de obras, de eventos ou com aglomeração de pessoas visando segurança, sinalização de carga e descarga perigosas e sinalização em locais de acidentes inclusive com remoção de veículos atingidos para evitar outros acidentes. Rudimar comentou que ainda com assessoria da Lahsa o Debetran tem executado pinturas de vias e faixas principalmente em cruzamentos onde há necessidade de recuo de cinco metros, o que tem surtido efeito na redução de acidentes e certos locais como exemplo, o cruzamento da rua da Prefeitura com o Beltrão Palace Hotel. Mencionou a cultura de concentrar comércio no centro da cidade afogando o transporte em horários de pico, a rota de caminhões de grande porte que ainda passam pelo centro danificando redes de telefonia e energia, ocasiões que demandam também atendimento da equipe do Debetran. Atendimento também nos Bairros como: obras irregulares invadindo espaço público; calçadas obstruídas, veículos velhos abandonados em acostamento de vias, em conseqüência da facilidade em financiamentos de veículos novos nos últimos anos aumentou esse tipo de problema, além do aumento de tráfego. Opinou voltar olhar ao deslocamento a pé e por bicicletas no centro da cidade, pois há cultura do cidadão ter que parar seu carro em frente ao estabelecimento pretendido. Finalizando, Rudimar se dispôs a responder questionamentos dos participantes. Hélio de Oliveira da Unibel enfatizou a questão de trânsito de caminhões no centro, citando exemplo da J. Catarino Pires manobrando constantemente caminhões obstruindo e causando lentidão no trânsito, nos bairros caminhões da Sadia parados causando mau cheiro. Professor Unioeste Ricardo Leme dirigiu questionamento a assessora Silmara quanto ao processo organizado para a temática da oficina, qual a dinâmica para debates. Silmara no uso da palavra destacou o considerável aumento de veículos nas ruas, sendo lotadas nos últimos anos devidos as facilidades para aquisição, e da tendência em aumentar a cada ano, e que nossas vias não suportam o número atual da frota; citou exemplo da própria Rua Octaviano Teixeira dos Santos, rua da

prefeitura, que com a abertura da nova ponte construída sobre o Rio Marrecas que inaugura nos próximos dias, receberá maior fluxo de veículos vindos de outros bairros para acessar o centro; e da necessidade de priorizar o trânsito de pedestres, bicicletas e ônibus, a automóveis. Destacando o assunto Mobilidade Urbana, Silmara apresentou em tela sistemas de transportes, e os modais que priorizam o transporte público, e no caso de Francisco Beltrão, o transporte coletivo por ônibus, sendo que atualmente o novo contrato adequado a Lei de Mobilidade Urbana ainda está em transição de bilhetagem convencional para eletrônica, que prevê outros pontos de integração entre rotas não sobrecarregando o terminal central, permitindo racionalização na rede de linhas, itinerários planejados com alimentador adequando a integração temporal com passagem única dentro de determinado tempo permitindo acessar vários locais dentro do tempo determinado; em obstáculos a implantação deste, Silmara citou grande número e constantes solicitações de lombadas que chegam à Secretaria, necessitando mudar a cultura, para tornar possível a agilidade do transporte público; informou estudos para retirar do local o atual terminal de transporte público, hoje local impróprio no centro da cidade, que também dificulta o trânsito das ruas Antonio de Paiva Cantelmo e Porto Alegre, substituindo o terminal por pontões, apresentou imagens do projeto, sendo quatro outros pontos maiores em locais de maior circulação, padronizados com estrutura adequada equipados com bancos, bebedouros mapas dos trechos em local de destaque, etc. No tocante às calçadas, Silmara destacou o programa "novos caminhos" que incentiva a construção de calçadas acessíveis em parceria com moradores e comerciantes, lembrando que as calçadas são de responsabilidade dos proprietários dos imóveis e este programa tem o intuito de incentivar as melhorias e manutenção, pois o proprietário entra com o material e a prefeitura com a mão-de-obra. Mesmo assim apesar de norma de padronização, sempre há proprietários que tendem a adaptar a calçada com sua entrada de veículo elevando o nível e até mesmo rampas, bem como comerciantes adaptando a calçada a altura de sua porta de entrada da loja, citou o caso em que o proprietário de comércio construiu degraus de escada para acesso à loja, tudo isso dificultando à cadeirantes, deficientes visuais e acessibilidade de modo geral. Atualmente as ciclovias, ciclofaixas ou rotas ligando centro aos bairros e parques. Pouca segurança ainda para ciclistas, principalmente nos cruzamentos sendo registrados 95% de acidentes com ciclistas em cruzamentos onde 50% são responsáveis os próprios ciclistas. Cultura tímida para o uso da bicicleta. No conceito atual de Planejamento Urbano, se tenta mudar a cultura das cidades descentralizando o comércio, levando agências, bancárias, instituições aos bairros, para Francisco Beltrão deverá ser revisto zoneamento de 2006. Calçadas com qualidade propícia ao uso da bicicleta, vias compartilhadas com outros modais, tornar harmoniosa a convivência do trânsito. Apresentou Quadro de possibilidades e desvantagens. Ilustrou com imagens das vias como eram e as mudanças até agora implantadas. Silmara finalizou disponibilizando mapas impressos, imagens ilustrações e projetos nas paredes da sala, para consultas dos participantes, colhendo idéias e sugestões. Professor Ricardo Leme no uso da palavra solicitou à coordenação rever o prazo, até final de março para conclusão da revisão do Plano Diretor, sendo que as próximas oficinas acontecerão somente em fevereiro e solicitou informações de movimento de técnicos da prefeitura integrantes da ETM que solicitaram se retirar da Equipe Técnica Municipal. Abordando a temática da oficina, Ricardo falou da cidade caracterizada por de relevo acidentado, declives e aclives que começam no meio fio, presente nas áreas centrais e reproduzidas nas áreas periféricas. A nova Lei do Plano Diretor deve abordar e punir quem desrespeita as normas, colocar regras aos loteadores, e intensificar a fiscalização. Nem mesmo nas implantadas ciclofaixas há fiscalização, nas próprias situações enfrentadas pelo Debetran porque não há fiscalização suficiente. O professor sugeriu calçadas largas o suficiente para circulação das pessoas, plantas, postes de iluminação; sugere também alargar os passeios públicos para garantir boa circulação. Elogiou a implantação da ciclovia, mas que ajustes são necessários, como exemplo citou a dificuldade para o transporte coletivo, ao descer passageiro em pontos com a porta em lado oposto a ciclofaixa. Ricardo destacou que Francisco Beltrão está se transformando em cidade universitária, necessário prever linhas interuniversitárias inclusive com o hospital regional que futuramente tende a ser hospital universitário. Comentou a recém ocorrida audiência pública estadual para debater o modelo de concessão de rodovias no sudoeste, onde falta projeto de acesso a penitenciária estadual. Ricardo parabenizou a administração pública municipal pela implantação dos binários, dar atenção nos corredores de acesso, pensar numa entrada e saída a trevos. As questões do Interior, prever acesso, tipo trevo do Detran. Além de prever o planejamento da área urbana, observar o Sistema de Hidrografia trabalhar idéias de redes de pontes, interligando os bairros para favorecer fluxo de veículos, recomendou contemplar no Plano Diretor. Para área central sugere a regra de exigir projetos de estacionamento privado para empresas e comércio (em fundos do estabelecimento ou no subsolo), a tendência é que se coloque toda responsabilidade para o poder público, atualmente autoriza-se construção de estabelecimentos comerciais e financeiros não prevendo estacionamentos. Para loteamentos é tendência ampliar seu espaço em detrimento das áreas públicas. Para os Vazios Urbanos encontrar soluções, para concentração de caminhoneiros no perímetro urbano falta regulação. Na questão da acessibilidade, inclusão de sinalizadores sonoros facilitando aos portadores de deficiências. Ricardo finalizou e agradeceu atenção. Sônia agradeceu a contribuição do professor e disse ser este exatamente o objetivo das reuniões e oficinas. Apresentou-se João Henrique da UTFPR movimento estudantil, solicitou opinar sobre Mobilidade Urbana e indagar sobre algumas questões, disse que o acesso à Comunidade Santa Bárbara fica intransitável em alguns momentos devidos a obras ali realizadas, sugere um plano de ciclorrotas para acesso a universidade. Silmara e Sonia, confirmaram que está em estudos a implantação, João Henrique observou que já por algum tempo há comentários de se iniciar obras de adequação e que não aconteceu, portanto expressou

formalizando pedido. Com relação ao centro da cidade questionou espaço de pedestres utilizados por carros nos horários de missa na Concatedral. Rudimar respondeu que não é permitido, e que nestes dias a fiscalização é alternada com a Policia Militar, falta fiscalização, mas a lei existe. João Henrique indagou se pode realizar denúncia, Rudimar esclareceu que poderá ser feita denúncia ao agente de transito no local e na ausência deste, para o canal 190 da Polícia Militar. Continuando João Henrique informou do espaço utilizado pelos acadêmicos na calçada em frente ao Bar do Plets perguntando se seria a mesma situação. Rudimar respondeu que é feita interdição de vias quando solicitado, nos casos da Av. Julio Assis Cavalheiro e Rua Florianópolis, citou o artigo terceiro do código de posturas do Município. Sonia complementou esclarecendo que se trata de espaço público de circulação, e se ocupado pelo estabelecimento está irregular segundo o código de posturas. Silmara da assessoria confirmou a irregularidade da situação exposta, e continuou informando também instalação de pára-ciclos na área urbana, para permitir a integração dos modais de transporte. Para responder a pergunta do professor Ricardo sobre o cronograma dos trabalhos de revisão do Plano, Sônia se pronunciou que realmente houve atraso por conta da alteração na direção do departamento e em seguida o período eleitoral quando as reuniões públicas estiveram suspensas, porém lembrou que outras leis que compõem o Plano Diretor são de 2007 porém o prazo termina em junho de 2017. Sobre o pedido de afastamento de integrantes da Equipe Técnica Municipal - ETM, Sonia informou que foi encaminhado ao secretário de planejamento. Gervásio Kramer respondeu que realmente recebeu protocolo despachado pelo prefeito com pedido de desligamento de alguns membros da Equipe Técnica Municipal, mas disse que em sua opinião foi por questões pessoais que os levou a esta decisão, associado ao período eleitoral, ao conforto pessoal e ainda motivado pela complexidade dos trabalhos que envolvem a revisão do Plano Diretor; citando o próprio exemplo desta oficina que acontece numa sexta feira à noite, quando tantos dos que aqui estão deixaram seu convívio familiar, para exercerem a cidadania colaborando na construção de tão importante lei que é a do Plano Diretor. Ainda o Secretário Gervásio observou que as secretarias continuam sendo representadas com membros que também compõem a Comissão de Acompanhamento - CA. Continuando os trabalhos, o professor Fernando Manosso da UTFPR coordenador do grupo Pedala-Beltrão, parabenizou a equipe de trabalho com o tema, as falas com linguagem de uma legislação inovadora, com a política de Mobilidade Urbana, formação de técnicos, destacando que este é um momento de transição, pois ainda impregnada pela cultura de pensar na cidade para o carro, e com a nova legislação começa a vir a tona a questão de urbanistas pensar a cidade de outra maneira, disse esperar que esta linguagem de mudança de conceitos esteja presente na legislação do Plano Diretor. Declarou discordar do professor Ricardo Leme no ponto dos estacionamentos, não teremos espaço no futuro para cada cidadão deslocar-se com seu carro para uma loja ao mesmo tempo em mesmo período e horário, comentou o fato de que em São Paulo morrem pessoas mesmo sem ter um carro. Mobilidade Urbana é problema de Saúde Pública, pois acidentados tiram vagas em UTI's, para isso Fernando colocou-se a disposição pra colaborar para a questão integrar o Plano Diretor. Sobre as limitações das ciclofaixas, opinou repensar e aprimorar, fazer constar da legislação para aos poucos ir mudando a cidade; referindo-se a questão do Bar do Plets há pouco colocada, citou o projeto acadêmico do curso de arquitetura quando foram instalados parklets temporariamente na região central com objetivo de proporcionar espaço de convício e lazer para pessoas em lugar de vaga de veículo. Vilmar da Motta, presidente da Associação de Deficientes Físicos pediu a palavra, destacou que o transporte público não tem atendido deficiente físico e visual, citou fato ocorrido com colega deficiente visual que embarcou pediu informação do itinerário e acabou percebendo que não era o trajeto desejado, sugere sonorização funcional para informações no interior de ônibus; considerando as novas tecnologias e que a maioria dos deficientes fazem uso deste recurso, sugeriu desenvolver em parceria com as universidades um aplicativo de celular específico como já existem em outros países orientando o deficiente onde o ônibus se encontra, o tempo de deslocamento e itinerário. Ao finalizar Vilmar opinou sobre utilização indevida de calçadas que se tornam obstáculos aos portadores de deficiências. A coordenadora Sônia informou que a cidade hoje conta com o índice de 85% de urbanização e apenas 3,5% de eficiência em calçadas acessíveis a todos, considerando deficientes, idosos, mulheres com crianças, etc. Neste tema, Fernando Manosso falou da consciência dos urbanistas e arquitetos que trabalham com normativas, interligação ciclofaixas e calçadas, porém a lei atual deixando na mão do proprietário a responsabilidade das calçadas causa desconexão, sugere ao poder executivo chamar para si total responsabilidade e cobrar no IPTU o que cabe ao proprietário, desta forma padronizando a estrutura, projeto, tipo de pavimento e espécie de árvores apropriadas. Silmara endossa dizendo que a quem pertence ditar regras é o Poder Público, pois existem cidades com Plano Diretor com leis criadas e engavetadas, sendo conduzido conforme o pensamento do gestor. Rudimar observou que de modo geral, a largura das calçadas prioriza o veículo e esquece o espaço destinado ao pedestre e ciclistas, necessário evoluir na coexistência destes. Agradeceu a oportunidade de estar explanando. Gervásio salientou as palavras do professor Fernando: se olharmos para loteamentos mais antigos num passado recente onde nem se exigia pavimentação aos loteadores, somente a abertura de rua, nem mesmo rede elétrica ou galerias fluviais, atualmente constitui lei a execução de toda infraestrutura além do saneamento básico; no novo Plano está em estudo lei de arborização, paisagismo, apontando quais as espécies que podem ser cultivadas em calçadas conforme o local, estabelecer parâmetros como distancia entre elas, época de plantio, profundidade pra poder se desenvolver, não misturar espécies, atualmente há ruas com até cinco espécies diferentes em desarmonia algumas inadequadas, inclusive substituição de árvores doentes e estamos próximos de regulamentar o paisagismo aos loteamentos. Professor Ricardo sugere estabelecer que o loteador só possa entregar o

empreendimento com o passeio construído, inicialmente encontrará resistência, pois vai diminuir margem de lucro, necessita normatização pensando na acessibilidade e mobilidade, o que se vê hoje são absurdos cometidos por loteadores, escavações sem parâmetro num relevo não favorável, muros de mais de 10 metros, terrenos cada 5 metros entrada de carros. Sonia fala que lei para loteamentos é importantíssima para a cidade, responsabilizar por até 5 anos após entrega, e a mudança acontece quando tem pessoas interessadas em promover mudanças, não o poder público. Espera poder contar com as contribuições para finalizar o Plano satisfatoriamente. Perguntado pelo professor Fernando sobre o prazo e novo gestor sobre continuidade dos trabalhos, Silmara esclareceu que nada se perde, vai continuar do ponto onde se parou dependendo a coordenação e assessoria do próximo gestor. Sendo o que tinham os participantes, Gervásio e Sônia agradeceram os presentes e deram por encerrados os trabalhos ás vinte e uma horas pontualmente. Foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação da presente ata, que é precedida pela lista e assinatura dos participantes.

17.3.2. SEGUNDA OFICINA TEMÁTICA MEIO AMBIENTE e ÁGUAS

A segunda Oficina Temática, abordando os temas meio ambiente e águas, foi realizada no dia 09 de fevereiro de 2017, às 17:30 horas, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, com a participação de 39 pessoas componentes da ETM - equipe Técnica Municipal, CA - Comissão de Acompanhamento, convidados e interessados.

Formulou-se a seguinte pergunta aos presentes: Francisco Beltrão, o município e ou a cidade, como se encontram na atualidade, apresentam problemas e ou deficiências com respeito ao seu meio ambiente? Sim ou não. Se a resposta for sim, qual ou quais são?

Em formulário próprio, e individualmente cada um respondeu a pergunta com no máximo três respostas. As respostas foram tabuladas por similaridade que resultou em seis temas principais:

1. Cheias, alagamentos e assoreamentos.
2. Loteamentos e ocupação desordenada.
3. Construções em áreas de risco e deslizamentos.
4. Coleta seletiva e resíduos sólidos.
5. Áreas de preservação e áreas verdes.
6. Conservação do solo, nascentes e fontes.

Foram formados seis grupos de pessoas para a discussão dos temas afins selecionados na consulta individual, resultando nas seguintes conclusões:

Grupo 1 - Cheias, alagamentos e assoreamentos.

a) deveriam ser mapeadas as áreas de risco de alagamento (enchentes) e criar mecanismos de coibir o uso destas áreas;
b) ações imediatas de tubulação nos locais pontuais;
c) construção de canais subterrâneos (túneis) para escoar a água da cidade rapidamente por ocasião de cheias;
d) definir e criar áreas de recarga (infiltração) na área urbana;
e) exigir lagoas de contenção e dissipadores nos loteamentos;
f) implementar, qualificar e equipar a Defesa Civil com pessoal qualificado e suficiente para fiscalizar;
g) desenvolver políticas de incentivo exigências de controle e contenção das águas na bacia do Marrecas, da cidade e zonas rurais;
h) que todas as liberações de loteamentos sejam analisadas por conselho definido.

Grupo 2 - Loteamentos e ocupação desordenada.

a) verticalização planejada;
b) ocupação de vazios urbanos;
c) controle de expansão horizontal levando a população cada vez mais longe do centro;
d) otimização do espaço público (cidade está pensada para os carros / cidade para pessoas pedestres e ciclistas + largura das calçadas);
e) IPTU Progressivo - implantação;
f) fiscalização das novas normas e antigas vigentes.

Grupo 3 - Construções em áreas de risco e deslizamentos.

a) regras mais específicas na permissão de construção em áreas de encostas cidadão ou loteador;
b) comissão de engenheiros do setor público e privado estudo de impacto de vizinhança apresentar soluções para danos que poderá causar;
c) fiscalização pelo poder público e pela própria comunidade por canal específico tipo disk denúncia;
d) reaproveitamento de águas das chuvas;
e) plantação de árvores criação de lagoas de contenção;
f) telhado verde;
g) telhado com maior inclinação;
h) criação de IPTU ecológico:
i) incentivo (desconto) ao munícipe que implantar soluções ecológicas como: cortes em degraus nos taludes, lagoas de contenção, telhado verde, selo ecológico para loteamento dentro das normas;
j) responsabilizar loteador por problemas futuros causados 10, 20 ou 30 anos;
k) criar reservatórios de água de vertentes para períodos de estiagem.

Grupo 4 - Coleta seletiva e resíduos sólidos.

a) educação ambiental nas escolas, falta conscientização na separação do lixo;
b) reestruturar associações com melhor logística de coletas e criar espaço adequado para famílias que fazem coleta seletiva informal;
c) modernizar a coleta do lixo orgânico;
d) projetos e criação de compostagem com incentivo para ações particulares ou por bairros;
e) logística reversa funcionar de forma eficaz;
f) buscar novas e inovadoras metodologias para depósito de lixo, aterro com vida útil limitada.

Grupo 5 - Áreas de preservação e áreas verdes.

a) cumprimento da legislação da APP e devida fiscalização e notificação;
b) toda área alagada deve ser preservada (políticas municipais compensação);
c) criar "licença complementar" de autorização antes das licenças emitidas pelo IAP essa licença inclui vistoria prévia da prefeitura;
d) manutenção das áreas com vegetação nativa transformando em parques e unidades de conservação (potencial biológico garantir sua preservação grau de perpetuidade);
e) incentivos a criação de corredores de biodiversidades nas áreas urbana e rural;
f) rever plano municipal de arborização urbana;
g) topo de morros considerados com valor paisagístico devem ser preservados;
h) projeto de arborização de forma inteligente a médio e longo prazo, compatível com a acessibilidade (meio ambiente deve ser ouvido).

Grupo 6 - Conservação do solo, nascentes e fontes.

a) necessidade mapeamento das nascentes buscando maior preservação;
b) controle, inibição e aplicação de penalidade para supressão de vegetação;
c) proteção de fontes e nascentes na zona rural necessidade de implantar programa de preservação de nascentes rurais e mata ciliar;
d) orientação da população rural para evitar contaminação de nascentes;
e) técnicas de conservação de solo nas cabeceiras de drenagem;
f) exigência de bacias de contenção, inclusive em loteamentos já instalados;
g) controle de impermeabilização do solo;
h) fiscalização sobre a utilização de agrotóxicos tendo em vista alto índice de contaminação de águas;
i) maior incentivo à agricultura orgânica e agroflorestas;
j) proibição de pulverização de agrotóxico na área urbana;
k) monitoramento das nascentes para maior fiscalização;
l) facilitar canais de denúncia aos órgãos competentes com emissão de protocolo para acompanhamento;
m) política de saneamento rural.

17.3.2.1. TRANSCRIÇÃO DA ATA DA SEGUNDA OFICINA TEMÁTICA

ATA Nº 14/2017 – Segunda Oficina Temática: Meio Ambiente e Águas de Revisão do Plano Diretor Municipal. Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete as dezesseis e trinta horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão, reuniu-se a coordenação dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal, para a qual foram convidados os integrantes da Equipe Técnica Municipal – ETM, bem como da Comissão de Acompanhamento – CA e demais cidadãos interessados, sendo que se deu publicidade do evento e pauta na edição do Jornal de Beltrão do dia 08/02/2017 página 04, banner do convite na página principal do sítio da prefeitura franciscobeltrao.pr.gov.br a partir do dia 03/02/2017 e notícia em destaque no site no dia 09/02/2017. Conforme lista de presença disponível registram-se os seguintes participantes: 1- Vilmar da Motta ADFVFB; 2- Clóvis Rech IAP Francisco Beltrão; 3- Cláudio Loes ECOPHYSIS; 4- Adriano David Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 5- Vilmar Rigo Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 6- Inácio Pereira Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; 7- João Paulo Daniele UTFPR; 8 - Camilo Rafagnin Vereador; 9 - Otercílio Salvati empresário; 10- Liziane Behne IPUUB; 11- Julio Barreto Maia Júnior Assessor legislativo municipal; 12- Elisiane Gomes da Silva Secretaria de Saúde; 13José Claudino Borges C.D.U; 14- Silmar Gallina Vereador; 15- Cristine M. Graboski Unioeste; 16- Maria Lúcia Matarezi Desenvolvimento Rural; 17- Beatriz M. Bastos da Luz Desenvolvimento Rural; 18- Nelson Venzo Departamento de Interior; 19- Vanios Carlos Biehl Secretaria Municipal de Urbanismo; 20- Guilherme Seifert Neto Secretaria de Planejamento; 21- Leandro Sehmit Secretaria Municipal de Urbanismo; 22- Roberto Gamzer Opta Produções; 23- Juan Carlos Ricardi TV Beltrão; 24- Lucinéia Maria Ramos Unioeste; 25- Tenente BM Moisés Iurk 3º SGBI Corpo de Bombeiros; 26- Sd BM Fernando Saviano 3º SGBI Corpo de Bombeiros; 27- Capitão Mafra 3º SGBI Corpo de Bombeiros; 28- Wilian Amann Departamento de Cultura; 29- Esmeralda Gusmão Defesa Civil municipal; 30- Fernando Cesár Manosso UTFPR-FB; 31- Camila Regina Peternelli Ministério Público; 32- Maria Fernanda Marinelli Salvadori Belentani Ministério Público; 33- Ariadne de Farias CEDEP-PR/UFPR; 34- Beatriz Rodrigues Carrijo Unioeste/Geografia; 35- Luciano Z. P. Candiotto Unioeste; 36- Sônia Nacke Faust Arquiteta e Urbanista; 37- Ertal de Oliveira Arquiteto e Urbanista; 38- Franciele Schmitz Vereadora; 39- Marilda Galvan Debetran; 40- Tiago Marcello Secretaria de Finanças; 41- Viro De Graauw; 42- Nileide T. Perszel Secretaria de Planejamento. Iniciada a reunião, Antonio Pedron Secretário de Planejamento saudou os presentes,esclarecendo a continuidade nos trabalhos de revisão do Plano Diretor destacando que se trata de revisão da Lei de 2006 e posteriormente de suas leis complementares; informou encerramento de contrato com a empresa de consultoria e que os trabalhos passam a ser conduzidos pela coordenação juntamente com a Equipe Técnica Municipal – ETM e pela Comissão de Acompanhamento – CA; apresentou o novo Coordenador Dalcy Salvati que neste mês assumiu os trabalhos. Com relação ao calendário do plano de trabalho, Antonio Pedron expressou preocupação com o prazo de conclusão inicialmente prorrogado para abril deste ano, e que possa haver a necessidade de estender este prazo junto com o Ministério Público, objetivo de atualizar tecnicamente pensando uma cidade sustentável desafio para o futuro; quanto ao Meio Ambiente, tema desta oficina, criar uma política pública séria e executável onde as diretrizes sejam acompanhadas e fiscalizadas; destacou a importância de nossos recursos naturais, temos uma grande riqueza de nascentes, lamentavelmente aos poucos destruídas, por meio de um Meio Ambiente planejado, crescer e gerar riquezas com sustentabilidade. A seguir passou a palavra a Dalcy Salvati que cumprimentou os participantes e agradeceu a presença atendendo a essa convocação; agradeceu de modo especial a presença da arquiteta Sônia Faust que coordenava anteriormente os trabalhos e de sua disposição em colaborar e auxiliar. Dado o tema da Oficina, Dalcy convidou Adriano David, Secretário de Meio Ambiente, para expor considerações. Adriano citou a primeira reunião nesta semana junto à equipe técnica municipal, dando ciência do grande desafio que temos. Para tanto frisou a importância da participação e engajamento da sociedade em geral, de forma comprometida para alcançarmos o objetivo há pouco citado. Dando início às atividades, Dalcy explicou a dinâmica para os trabalhos: os assuntos serão levantados pelos próprios participantes desta oficina, prevendo duração de uma hora e meia até a conclusão, será apresentada uma questão e a partir das respostas serão levantadas as problemáticas existentes para debate em grupos; tempo de 10 minutos para respostas. As respostas serão compiladas e selecionadas por temas; serão formados seis grupos para discussão de cada tema; concluída a discussão, um dos participantes fará exposição das conclusões apontadas. Dalcy expôs em tela a primeira questão a ser trabalhada individualmente: Francisco Beltrão, o município e ou a cidade, como se encontram na atualidade, apresentam problemas e ou deficiências com respeito ao seu meio ambiente? Sim ou não. Se a resposta for sim, qual ou quais são? Nome (opcional). Em seguida entregou aos participantes o formulário para respostas determinando um tempo inicial de 10 minutos para devolução. Findado o tempo foram recolhidos os formulários e lidas as respostas em voz alta, compiladas as respostas em seis principais temas, foram divididos os participantes em seis grupos sendo: GRUPO 1: Cheias, Alagamentos e Assoreamentos. GRUPO 2: Loteamentos, ocupação desordenada. GRUPO 3: Construções em áreas de riscos, deslizamentos. GRUPO 4: Coleta Seletiva e Resíduos sólidos. GRUPO 5: Áreas de preservação e áreas verdes. GRUPO 6: Conservação do solo, nascentes e fontes. Depois dos debates em grupos pelo tempo determinado foram iniciadas as apresentações: Clóvis Rech do Grupo 1: -Deveriam ser mapeadas as áreas de risco de alagamento (enchentes); -criar mecanismos de coibir o uso destas áreas; -ações imediatas de tubulação nos locais

pontuais; -construção de canais subterrâneos (túneis) para escoar a água da cidade rapidamente por ocasião de cheias; -definir e criar áreas de recarga (infiltração) na área urbana; -exigir lagoas de contenção e dissipadores nos loteamentos; -implementar, qualificar e equipar a Defesa Civil com pessoal qualificado e suficiente para fiscalizar; -desenvolver políticas de incentivo exigências de controle e contenção das águas na bacia do Marrecas, da cidade e zonas rurais; -que todas as liberações de loteamentos sejam analisadas por conselho definido. Fernando Manosso do GRUPO 2: -verticalização planejada; -ocupação de vazios urbanos; -controle de expansão horizontal levando a população cada vez mais longe do centro; -otimização do espaço público (cidade está pensada para os carros / cidade para pessoas pedestres e ciclistas + largura das calçadas); -IPTU Progressivo implantação; - fiscalização das novas normas e antigas vigentes. Esmeraldo Gusmão GRUPO 3: -Regras mais específicas na permissão de construção em áreas de encostas cidadão ou loteador; comissão de engenheiros do setor público e privado estudo de impacto de vizinhança apresentar soluções para danos que poderá causar; -fiscalização pelo poder público e pela própria comunidade por canal específico tipo disk denúncia; -reaproveitamento de águas das chuvas; -plantação de árvores criação de lagoas de contenção; -telhado verde; -telhado com maior inclinação; -criação de IPTU ecológico: incentivo (desconto) ao munícipe que implantar soluções ecológicas como: cortes em degraus nos taludes, lagoas de contenção, telhado verde, selo ecológico para loteamento dentro das normas; -responsabilizar loteador por problemas futuros causados 10, 20 ou 30 anos; -criar reservatórios de água de vertentes para períodos de estiagem. Vilmar Rigo GRUPO 4: educação ambiental nas escolas falta conscientização na separação do lixo; reestruturar associações com melhor logística de coletas, criar espaço adequado para famílias que fazem coleta seletiva informal; modernizar a coleta do lixo orgânico, projetos e criação de compostagem incentivo para ações particular ou por bairros, logística reversa funcionar de forma eficaz, buscar novas e inovadoras metodologias para depósito de lixo, aterro com vida útil limitada. Beatriz Carrijo GRUPO 5: cumprimento da legislação da APP e devida fiscalização e notificação; - toda área alagada deve ser preservada (políticas municipais compensação); -criar "licença complementar" de autorização antes das licenças emitidas pelo IAP essa licença inclui vistoria prévia da prefeitura; -manutenção das áreas com vegetação nativa transformando em parques e unidades de conservação (potencial biológico garantir sua preservação grau de perpetuidade); -incentivos a criação de corredores de biodiversidades nas áreas urbana e rural; -rever plano municipal de arborização urbana; -topo de morros considerados com valor paisagístico devem ser preservados; - projeto de arborização de forma inteligente a médio e longo prazo, compatível com a acessibilidade (meio ambiente deve ser ouvido). Luciano Candiotto GRUPO 6: necessidade mapeamento das nascentes buscando maior preservação, - Controle, inibição e aplicação de penalidade para supressão de vegetação, - proteção de fontes e nascentes na zona rural necessidade de implantar programa de preservação de nascentes rurais e mata ciliar, - orientação da população rural para evitar contaminação de nascentes, - técnicas de conservação de solo nas cabeceiras de drenagem, exigência de bacias de contenção, inclusive em loteamentos já instalados, - controle de impermeabilização do solo, - fiscalização sobre a utilização de agrotóxicos tendo em vista alto índice de contaminação de águas, - maior incentivo à agricultura orgânica e agroflorestas, - proibição de pulverização de agrotóxico na área urbana, - monitoramento das nascentes para maior fiscalização, - facilitar canais de denúncia aos órgãos competentes com emissão de protocolo para acompanhamento, - política de saneamento rural. Concluídas as apresentações dos grupos, Dalcy apresentou em tela a lei do Plano Diretor 2006 que é objeto da revisão: Na síntese de condicionantes, deficiências e potencialidades; atentou para a curiosidade de que na época de sua elaboração o plano não focava problemática das enchentes, demonstrando que a cidade muda, transformações acontecem com o passar do tempo e novos problemas, outra curiosidade é que não ocorria o "boom" de loteamentos e construções que temos hoje. Cláudio Loes opinou que os Planos complementares revisados devem ser agrupados ao Plano Diretor, definir a VISÃO da cidade, o que ainda não ocorreu neste processo de revisão. Vilmar da Motta, no uso da palavra, enfatizou a colocação de um dos grupos sobre coleta seletiva e as associações, destacando que várias instituições se mantém pela coleta de móveis, equipamentos e eletrônicos, sugere formalizar um local para para que esses produtos possam ser recuperados gerando emprego e fonte de renda para catadores e associados. Clóvis Rech sugeriu ainda que móveis e equipamentos restaurados sejam armazenados em local específico para suprir as famílias atingidas em caso de desastres ou enchentes. Ertal Oliveira expressou preocupação de que a lei hora debatida seja cumprida efetivamente, citou exemplo da área do centro que se previa 80% de ocupação, hoje 100% ocupado, assuntos como rampas e calçadas voltam como problemática por falta de fiscalização. Concluídas as participações, Dalcy comentou sobre a próxima oficina que será Macrozoneamento, a qual a data prevista dia 17 ficará em espaço muito curto de tempo e considerando feriado de carnaval possivelmente esta data será alterada. Nada mais a tratar, Dalcy Salvati e Antonio Pedron agradeceram aos participantes de modo geral, Comissão de Acompanhamento-CA e Equipe Técnica Municipal-ETM. Antonio Pedron comentou que de modo geral o ser humano é propenso em sair das regras, sendo este o principal ponto na fiscalização, e que Leis foram feitaspara cumprir; enfatizou que esta revisão sendo assim construída pelas equipes aqui representadas e por técnicos, deverá resultar em um Plano simples e descomplicado para ser executável; agradeceu a todos como colaboradores e parabenizou Dalcy pela condução da oficina. Declarada encerrada a reunião às dezenove horas e trinta e cinco minutos, e foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação da presente ata, que vai acompanhada pela lista e assinatura dos participantes.

17.3.3. TERCEIRA OFICINA TEMÁTICA MACROZONEAMENTO, ZONEAMENTO, USO e OCUPAÇÃO DO SOLO

FOTO: 3ª OFICINA TEMÁTICA - MACROZOENAMENTO, ZONEAMENTO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A terceira Oficina Temática, abordando o tema macrozoneamento, zoneamento e uso do solo, foi realizada no dia 02 de março de 2017, às 16:30 horas, no miniauditório do Centro Sul Americano de Ensino Superior - CESUL, com a participação de 51 pessoas componentes da ETM - equipe Técnica Municipal, CA - Comissão de Acompanhamento, convidados e interessados.

Pela razão de se tratar de um tema com abordagem mais técnica, definiu-se a formação de cinco grupos de discussão:

- Grupo 1 / Macrozoneamento - uso e ocupação do Município.
- Grupo 2 / Zoneamento - zonas urbanas.
- Grupo 3 / Zoneamento - parâmetros de ocupação do solo urbano.
- Grupo 4 / Zoneamento - parâmetros de uso do solo urbano.
- Grupo 5 / Perímetro Urbano - zonas de expansão urbana e Política Urbana - política de desenvolvimento urbano, modelo de cidade, função social da cidade.

Distribuídas as pessoas presentes pelos cinco grupos de acordo com o temas propostas, e após um bom período de troca de idéias, definiram-se as seguintes proposições que constam na transcrição da ata a seguir.

17.3.3.1. TRANSCRIÇÃO DA ATA DA TERCEIRA OFICINA TEMÁTICA

ATA Nº 15/2017 – Terceira Oficina Temática para Revisão do Plano Diretor Municipal: Macrozoneamento, uso e ocupação de solo. Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete as dezesseis e trinta horas, no Miniauditório do Centro Sulamericano de Ensino Superior – CESUL no município de Francisco Beltrão – PR, reuniram-se a coordenação dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal para a terceira oficina temática: Macrozoneamento, uso e ocupação de solo. As equipes de trabalho: Equipe Técnica Municipal – ETM e Comissão de Acompanhamento - CA foram devidamente convocadas. Conforme lista de presença disponível no local da reunião foram registradas as seguintes presenças, incluídos participantes voluntários e demais interessados: 1 - Marcos Aurélio Guerra da Associação Empresarial de Francisco Beltrão ACEFB; 2 – José Claudemir Borges do Conselho de Desenvolvimento Urbano CDU; 3 – Natália Brugnago da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SMMA; 4 – Cláudio Loes da ECOPHYSIS; 5 – Ertal de Oliveira Arquiteto; 6 – Roberta B. de Oliveira Cirino Arquiteta; 7 – Alexandre R. Sabadin Engenheiro Civil; 8 – Ivo Sendeski corretor de imóveis; 9 – Nádia Bonatto da Secretaria Municipal de Assistência Social; 10 – Leandro Legramanti da Secretaria Municipal de Assistência Social; 11 – Fátima M. Guis sociedade; 12 – Nelson Venzo do Departamento de Interior da da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 13 – Evandro Wessler vereador; 14 – Carolina Jacinto Arquiteta e Urbanista; 15 – Indianara A. R. Soares UNIPAR; 16 - Elvis Rabuske Hendges Unioeste; 17 - Suzane Vollmerhausen da Secretaria Municipal de Educação; 18 – Ariadne de Farias Resbra/UFPR; 19 – Maria Lúcia Matarezi Departamento de Agricultura e Agropecuária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 20 – Fernanda Bonardi Arquiteta e Urbanista; 21 – Eduardo Mazzon Garcia Arquiteto e Urbanista; 22 – Beatriz M. Bastos Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 23 – Richard Zajaczkowski Rotary III Milênio; 24 – Fernando M. G. Savian 3º SGBI Corpo de Bombeiros; 25 – Marcos Anselmo Gross dos Santos Defesa Civil Municipal; 26 – Alcimar Paulo Freisleben estudante doutorado; 27 – Tiago Marcelo Secretaria Municipal de Finanças; 28 – Inácio Pereira Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico SEMDETEC; Franciele Schmitz vereadora legislativo; 30 – Liziane K. T. Behne Ippub Secretaria Municipal de Planejamento; 31 – Guilherme Seifert Neto Ippub Secretaria Municipal de Planejamento; 32 – Clóvis Rech IAP Francisco Beltrão; 33 – Pedrinho Veroneze Secretaria Municipal de Administração; 34 – Antonio Pedron Secretaria Municipal de Planejamento; 35 - Léo Garcia vereador legislativo; 36 – Marilda Galvan Departamento de Trânsito DEBETRAN; 37 – Julio Barreto Maia Júnior Assessor Legislativo Municipal; 38 – Jandir Azevedo Administrativo; 39 – Ricardo Carvalho Leme Unioeste; 40 – Sérgio Luiz Túrmina Imobiliária SL; 41 – José Carlos Vieira Núcleo Imobiliário; 42 – Lariça de O. Castro Pinheiro Arquiteta e Urbanista; 43 – Vilmar Rigo Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 44 – Adraino Roberto David Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 45 – Itacir C. Rovaris SEMDETEC; 46 – Sonia Faust Arquiteta e Urbanista; 47 – Itamir Montemezzo Secretaria Municipal de urbanismo; 48 – Dalcy Salvatti Secretaria Municipal de Planejamento e 49 – Nileide T. Perszel Secretaria Municipal de Planejamento. A reunião foi aberta pelo Secretário Municipal de Planejamento e Vice-Prefeito Antonio Pedron, que saudou os presentes, e informou o andamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal, a seguir solicitou para que os servidores da Equipe Técnica Municipal ETM com novos integrantes, viessem a frente para a auto apresentação. Realizada a apresentação, Antonio passou a palavra ao Coordenador Dalcy Salvati para conduzir os trabalhos desta oficina de Macrozoneamento, uso e ocupação de solo. Iniciando com apresentação de slides, Dalcy expôs a dinâmica de trabalho em grupos a serem formados para trabalhar os seguintes temas: GRUPO 1: MACROZONEAMENTO: Uso e ocupação do Municipio; GRUPO 2: ZONEAMENTO: Zonas Urbanas; GRUPO 3: ZONEAMENTO: Parâmetros de ocupação do solo urbano; GRUPO 4: ZONEAMENTO: Parâmetro de uso do solo urbano; GRUPO 5: PERÍMETRO URBANO: Zonas de expansão urbana e POLÍTICA URBANA: Política de desenvolvimento urbano / Modelo de cidade / Função social da cidade. A seguir passou a definir cada um dos temas de cada grupo: 1- Macrozoneamento tem o objetivo de estabelecer a estratégia de ocupação do solo urbano e rural do Município, deve ser o referencial espacial do Município, na Área Rural visa qualificar a diversidade e as áreas de interesse para a preservação ambiental dos recursos hídricos, nascentes, cursos d'água, maciços verdes, solos agricultáveis, assim como a recuperação de áreas degradadas. Urbano: são identificadas as áreas da consolidação da urbanização, vetores de crescimentos mais indicados, a partir da capacidade de suporte e infraestrutura existente e das condições do ambiente natural, as zonas rurais contíguas às zonas urbanas sofrem sua influência e apresentam processo de reconfiguração de sua estrutura fundiária. Demonstrou o mapa de Macrozoneamento do PDM 2006 objeto de revisão sete zonas distintas: Macrozona urbana sede e distritos, corresponde a sede do Município, mais distritos de Jacutinga, Nova Concórdia, Jacaré e São Pio X; - Macrozona de conservação: objetivos: Manejo controlado do solo, garantindo as condições naturais do terreno e protegendo as matas ciliares dos córregos que existem na área; - Macrozona da dinamização da atividade rural objetivos: Garantir a manutenção dos espaços rurais, contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, incentivar a produção agrícola; - Macrozona do eixo de desenvolvimento econômico: corresponde à faixa de 100m ao longo de cada lado da Rodovia PR 483, em direção à Cascavel desde a cidade até a divisa do Município e ao longo da PR 475, desde a cidade, em direção à Nova Concórdia e até a divisa como Município de Verê, objetivos: Garantir ao longo principal eixo rodoviário municipal o desenvolvimento de

atividades econômicas, aprovadas pelo órgão competente municipal; - Macrozona de conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Marrecas: objetivos: Manter a qualidade hídrica do Rio Marrecas. - Macrozona da área de preservação permanente e de fundo de vale: Faixas ao longo dos fundos de vales destinadas à proteção das matas ciliares; Objetivos: Garantir a obediência ao Código Florestal e recompor a mata ciliar, floresta, mata e bosque; e localização dos aviários. Macrozona de Contenção de Crescimento: corresponde à área entre a sede urbana e a divisa municipal no sentido sul, na direção de Marmeleiro. Objetivos: Manter uma contenção de ocupação naquela direção, evitando assim a conurbação com a sede urbana de Marmeleiro. A seguir o mapa de Zoneamento Urbano 2006 identificadas 16 zonas e setores distintos sendo: zona central, zona de uso misto 1, zona de uso misto 2, zona de comércio e serviço, zona de serviço e indústria, zona industrial 1, zona industrial 2, zona especial de interesse social, zona industrial especial, zona do parque do aeroporto, setor aeroviário, zona do Parque Linear do Marrecas, setor de parque, zona de preservação permanente, zona de restrição de ocupação, zona de proteção de áreas verdes. Dalcy opinou que o mapa de zoneamento, uso e ocupação de solo é confuso, com zonas fragmentadas e algumas indefinidas; como propostas para debate, destacou: - a ausência de zona exclusiva residencial somente zonas de uso misto 1 e 2 (criar zona residencial); - zona do parque do aeroporto, zona de preservação permanente, zona do Parque Linear do Marrecas, setor de parque deveriam ser definidas em uma só = ZPA já que nas mesmas qualquer tipo de uso é proibido; Identificar as áreas não urbanizadas no interior do perímetro urbano, como ZEU – Zona de Expansão Urbana, em que cada área será analisada em detalhe quando de sua solicitação de uso, ou seja de edificação, parcelamento ou loteamento, obedecendo todos os critérios da legislação. A nomenclatura da ZRO – Zona de Restrição de Ocupação poderá ser mantida para restringir a ocupação com novos loteamentos, em áreas não propícias ao adensamento, previamente estabelecidas e indicadas em mapas com definição e bem detalhado. Seria estabelecida área não urbanizável no interior do perímetro urbano; teriam uma ocupação de baixíssima densidade. Seguindo, Dalcy apresentou o quadro de parâmetros de ocupação de solo urbano com taxa de ocupação de cada uma destas zonas. Parâmetros: Zonas de uso Taxa de ocupação máxima (%) Coeficiente de aproveitamento (.X), Altura máximo / gabarito – nº de pavimentos, Área mínima do lote (m2), Testada mínima do lote (m), Recuo frontal (m), Afastamentos laterais e de fundos (m), Taxa de permeabilidade (%). Zonas de uso é um local, uma região, uma faixa, uma área delimitada, urbana ou rural, definida por um tipo predominante de uso (ex: residencial ou comercial ou industrial, etc.) que utilizam os mesmos parâmetros de uso e ocupação do solo (ex: taxa de ocupação, altura máxima, recuos e afastamentos, etc. A seguir Dalcy apresentou a formatação proposta de nova tabela de uso de ocupação do solo. Revisão da Densidade Demográfica: DENSIDADE BRUTA – Expressa o número total de pessoas residindo numa determinada zona urbana dividida pela área total em hectares; DENSIDADE LÍQUIDA - Expressa o número total de pessoas residindo numa determinada zona estritamente utilizada para fins residenciais; Planejamento dos serviços públicos: Energia, água tratada, esgoto, etc. População na cidade de Francisco Beltrão em torno de 78.000 habitantes: Área urbana: 60,69 km2 – último perímetro ou 6.069 hectares, ~13 hab. X ha ou 1.285 hab. X km2 considerando que em torno 40 a 50 % da área urbana da cidade não é favorável a urbanização – encostas de morros, rios, fundos de vales, etc. sobram de 3.000 a 3.600 ha de ocupação e considerando que a densidade ideal bruta de ocupação urbana é em torno de 120 habitantes x hectare poderíamos abrigar de 360 a 430 mil habitantes no perímetro atual. Apresentou tabela de problemas e vantagens em alta densidade e em baixa densidade e de fatores que influenciam na Densidade Urbana; As densidades residenciais são utilizadas para o dimensionamento e localização da infra-estrutura, dos equipamentos sociais e de serviços públicos (esgoto, luz, água, escolas, transporte coletivo, parques, etc.), Atualmente existe uma revalorização de densidades populacionais altas por parte dos pesquisadores urbanos. Sugeriu definição do tipo de crescimento: cidade Linear, radial, ou centralizada. Dalcy citou estudo de Jane Jacobs (2000): considera as baixas densidades do modelo do subúrbio americano como o principal fator do declínio das cidades dos Estados Unidos. Segundo ela, baixas densidades reduzem a diversidade de usos das áreas urbanas, tornando-as mais desertas e acentuando problemas como criminalidade e vandalismo, Segundo Haughton & Hunter (1994) densidades urbanas maiores tem sido consideradas importante para se alcançar um desenvolvimento sustentável, pois: a) A grande concentração de pessoas maximiza o uso da infraestrutura instalada, diminuindo o custo relativo de sua implantação e reduzindo a necessidade de sua expansão para áreas periféricas; b) Altas densidades reduzem também a necessidade de viagens já que a concentração de pessoas favorece as atividades econômicas como comércio e serviço a nível local; c) Por fim, elas encorajam o pedestrianismo e viabilizam a implantação de sistema de transportes coletivos. Cálculo de Densidade X Quadra: Alta = sendo Zona Quadras da área central ZC – 88 m x 176 m = 15.488 m2 ou 1,55 ha: Coeficiente de aproveitamento = 8 / lote = 22 m x 44 m = 968,00 m2, Total permitindo de construção = 7.744 m2 (exceto garagens e áreas técnicas), a) Ocupação de 80% = 774,40 m2 x pavimento = 10 pavimentos de 6 a 8 aptos porpavimento com metragem entre 80 e 110 m2 num total entre 54 e 72 apartamentos; Média de ocupação de 3 pessoas x apartamento, total de 162 a 216 pessoas; Ocupação máxima possível – 16 lotes x 162 pessoas = 2.592 pessoas / 16 lotes x 216 pessoas = 3.456 pessoas. Densidade demográfica líquida / média = 3.024 habitantes x hectare. Em outra zona: b) Ocupação de 50% = 484,00 m2 x pavimento = 16 pavimentos de 2 a 4 aptos por pavimento entre 110 e 220 m2 num total entre 30 a 60 aptos. Média de ocupação de 3 pessoas x apartamento, total de 90 a 180 pessoas. Ocupação máxima possível – 16 lotes x 90 pessoas = 1.440 pessoas / 16 lotes x 180 pessoas = 2.880 pessoas Densidade demográfica líquida / média = 2.160 habitantes x hectare = este caso é relacionado a uma ocupação máxima

possível na ZC, porém na prática este limite é muito difícil de ser realizado em razão dos vários tipos de uso desta zona. Dá para se estabelecer que a população da quadra ficaria entre 900 e 1.100 habitantes ou 580 e 710 hab. X ha – uma média relativamente alta. Cálculo de Densidade X Quadra = Baixa (zona de uso misto): Quadra padrão – 88 m x 176 m = 15.488 m2 ou 1,55 há coeficiente de aproveitamento = 2 / lote = 22 m x 44 m = 968,00 m2, Total permitindo de construção = 1.936 m2 (exceto garagens e áreas técnicas); b) Ocupação de 50% = 484,00 m2 x pavimento = 4 pavimentos de 2 a 4 aptos. por pavimento. entre 110 e 220 m2 num total entre 8 a 16 aptos. Média de ocupação de 3 pessoas x apartamento, total de 24 a 48 pessoas. Ocupação máxima possível – 16 l x 24 pessoas = 384 pessoas / 16 l x 48 pessoas = 768 pessoas. Densidade demográfica líquida / média = 372 habitantes x hectare = Este caso é relacionado a uma ocupação máxima possível na ZUM 2, porém na prática este limite é muito difícil de ser realizado em razão dos vários tipos de edificações desta zona (residências e edifícios). Dá para se estabelecer que a população da quadra ficaria entre 370 e 450 habitantes ou 240 e 290 hab. X ha – densidade média. No quadro seguinte apresentou IMAGEM AÉREA DO MUNICÍPIO E SEU ENTORNO divisas dos municípios – em amarelo / bacia do rio marrecas – em azul / perímetro da área urbana – em vermelho; e IMAGEM AÉREA DA CIDADE E SEU ENTORNO: rodovias principais – em amarelo / bacia do rio marrecas – em azul / perímetro da área urbana – em vermelho, rio marrecas – em azul claro / topografia – curvas de níveis – em laranja. Para localização e entendimento geográfico das áreas Dalcy demonstrou: - Quadro de áreas urbana e rural, distritos, área da sede e limites do Município; - Perímetro Urbano, área urbanizada já loteada ou consolidada, área não urbanizada ou de expansão urbana, área rural não urbanizável e fora do perímetro urbano. Em seguinte quadro o histórico da legislação do perímetro urbano: Lei n° 458/73 de 11/10/1973 ND; Lei n° 897/81 de 04/12/1981 32,94 Km2; Lei n° 1.606/89 de 18/12/1989 34,13 Km2; Lei n° 2.548/96 de 20/11/1996 38,94 Km2; Lei n° 3.380/07 de 10/08/2007 47,61 Km2; Lei n° 3.679/10 de 22/01/2010 49,52 Km2; Lei n° 4.159/14 de 19/03/2014 50,49 Km2; Lei n° 4.414/16 de 13/07/2016 60,69 Km2. A) "O perímetro urbano é a fronteira que separa a área urbana da área rural no território de um município. Somente em terrenos localizados dentro deste perímetro pode o poder públicodeterminar o parcelamento do solo a fim de atender os interesses de seus moradores." B) "Linha que delimita exteriormente o aglomerado urbano, de acordo com o Plano e que inclui o conjunto dos espaços urbanos, dos espaços urbanizáveis e dos espaços industriais que lhes sejam contíguos." A morfologia urbana é o estudo das estruturas, formas e transformações da cidade. Em urbanismo, uma cidade é considerada como um ser vivo, que se transforma a cada segundo e como tal possui funções variadas, criadas por inúmeros indivíduos e com uma velocidade imperceptível. Uma imagem física urbana é composta de cinco elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e ícones (ou monumentos); Os elementos móveis são as pessoas e suas atividades. Quadro de Modelo de Cidades: CIDADE LINEAR: A cidade linear tem como característica mais marcante o desenvolvimento em linha; geralmente com uma via central que funciona como estrutura principal em torno da qual se desenvolvem ramos secundários. A cidade linear está ligada em muitos aspectos à questão do transporte e da crescente importância do sistema viário no planejamento da cidade, principalmente ao longo do século XX; como exemplo de cidade linear demonstrou na próxima tela a imagem do Plano Piloto de Brasília; CIDADE RADIAL OU MONOCÊNTRICA: cidade dispersa num raio convergindo para o centro, exemplificou com a imagem da cidade de São Paulo; CIDADE POLICENTRICA: Caracteriza-se por ter mais de um centro urbano, Centro principal ou primário, Centro(s) secundário(s), Centro(s) terciário(s) Ex: Marmeleiro Francisco Beltrão (centro) Cidade Norte. Dalcy finalizou sua apresentação com a tela Evolução da função social das cidades: CARTA DE ATENAS – 1933 sendo: Habitar – Lazer / Recrear – Circular; NOVA CARTA DE ATENAS – em 2003 FUNÇÕES URBANÍSTICAS: Habitação, Trabalho, Lazer e Recreação, Mobilidade.FUNÇÕES DE CIDADANIA: Educação, Saúde, Segurança, Proteção, FUNÇÕES DE GESTÃO: Prestação de Serviços, Planejamento, Preservação do patrimônio cultural e natural, Sustentabilidade Urbana. Dalcy destacou que na época falava-se em habitação, mobilidade, lazer recreação, Atenas conselho europeu de urbanismo, estabeleceu mais 8 funções, o desejo de Francisco Beltrão é atender as 12 funções. Agradeceu a todos pela presença e participação. Concluída exposição do tema a ser trabalhado, antes de iniciar a divisão dos grupos, Dalcy abriu espaço para exposição de pesquisa apresentando a professora Ariadne Silvia de Farias, geógrafa, doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, Voluntária da Proteção e Defesa Civil do Paraná e pesquisadora/colaboradora junto ao Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres CEPED/Paraná, Coordenadora e consultora da ResbraSul, filial da empresa Resiliência Brasil Eficiência em Gestão de Riscos e Desastres. Ariadne iniciou informando que tratará de forma didática o aspecto da legislação o tema: MACROZONEAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE FRANCISCO BELTRÃO NO CONTEXTO DA BACIA DO RIO MARRECAS – PR. Definiu Macrozoneamento: é a base fundamental para definir o uso e a ocupação de solo do município, assim como o zoneamento urbano ou a lei de uso e ocupação de solo; o macrozoneamento municipal deve utilizar-se da cartografia e dados espaciais para definição destas áreas; o principal balizador do macrozoneamento municipal deve ser o da compatibilidade, ou seja, as estratégias espaciais a serem definidas por este instrumento devem estar em consonância com as condições do meio físico, político, social, cultural e econômico. Mapa do zoneamento proposto 2007, bacia hidrográfica do Rio Marrecas – Paraná, Cidade Norte com pouca e nenhuma área de preservação ambiental. Na tela Bacia Hidrográfica, em destaque: Nascente – divisor topográfico de águas e foz; Ariadne salientou que a nascente da Bacia está localizada no município de Flor da Serra do Sul e

corta o perímetro urbano de Francisco Beltrão, é esta água que entra no perímetro urbano causa das enchentes, inundações e alagamentos, e por isso destaca ser fundamental dialogar com o Município de Flor da Serra do Sul. Considerando a bacia principal e as sub-bacias (rios e córregos afluentes) a cidade está bem servida de nascentes, portanto é necessário fazer uma gestão adequada das águas urbanas e não virar as costas para os recursos hídricos, citou o córrego do Industrial canalizado que deságua na Bacia do Lonqueador. Da delimitação das Áreas de Preservação Permanente – APP artigo 4º da Lei nº 12.651/2012 atualizada pela Lei nº 12.727/2012: IV - Áreas no entorno das nascentes e dos olhos água, V – as encostas com declividade superior a 45%, IX – topo de morros, montes e serras. Mapa Hipsométrico da área urbana que representa o relevo por curvas de nível; Mapeamento das áreas de risco e vulnerabilidade socioambiental associado às inundações urbanas de Francisco Beltrão, considerou necessário atualizar dados com urgência para planejar o espaço municipal, buscou-se melhor imagem por não ser ideal imagem de satélite disponível. Fundos de Vale na área urbana de Francisco Beltrão: áreas de risco? Córregos que geram enxurrada e merecem atenção, pergunta: são áreas de risco? Na verdade são áreas de preservação permanente. Exemplificou com locais onde muro de contenção não resolveu; Ariadne ainda citou situação de dois Loteamentos localizados em topos de morro nos bairros São Miguel e Cristo Rei com bacias de contenção não concluídas, necessidade urgente para evitar desastres, pois existem famílias e residências abaixo da bacia de contenção, sugeriu visitar os locais; córrego do pinheirinho erosão na pista do aeroporto; Outra área de atenção cidade norte loteamentos embargados, população de vulnerabilidade social, cidade norte sendo ocupada de forma desordenada. Antigo Frigobel ocupação irregular avançando. (Sr. Edson Flessak pode fornecer imagens da vista aérea). Bairro Industrial demonstrou no mapa – essas áreas deveriam estar definidas como de preservação. Alto da Julio – muro de contenção que rompeu atingindo casas de cota mais baixa; Bacias que se encontram com grande volume de águas; Topos de morros sem cobertura vegetal exemplo: antena na água branca, nas proximidades da Icavel e Avenida Pato Branco. Realizar Diagnóstico para comparações e definir áreas de crescimento. Opinou que precisamos de desenvolvimento coletivo e não de pequenos grupos, crescimento de forma ordenada; Realizar o "Mapeamento de áreas de risco e vulnerabilidade socioambiental associado às inundações urbanas em Francisco Beltrão"; Cruzamento dos dados IBGE (2010) prioridades que devem ser atendidas pela Administração Pública por meio da Defesa Civil municipal. Solicitou dados de cadeirantes e deficientes visuais atualizados do Município (ver com associação ADFVFB da Comissão de Acompanhamento do PDM). A seguir apresentou quadro de Relatório do Sistema Informatizado de Defesa Civil do ano de 2000 a 2017 tipos de desastres registrados, na ordem: tempestade local/convectiva – vendaval – tornados – granizo - chuvas intensas – seca – estiagem – enxurradas – deslizamentos – alagamentos – total de pessoas afetadas 133.375; Registro da CASA MILITAR DEFESA CIVIL – Ocorrências: 5 deslizamentos em 2007 e 4 deslizamentos em 2016 (o que não acontecia anteriormente) estiagem 12.730 em 2006 (afeta maior número de pessoas – implantação de rodízio de água) subiu para 38.000 pessoas afetadas em 2012 pela estiagem), o que demonstra a influência das ações no meio ambiente. Ariadne salientou que rios não são problemas, são fontes de sobrevivência, fenômenos naturais só são considerados desastre quando atingem pessoas, é preciso pensar nas pessoas, rede de drenagem, áreas verdes, e outras ações para conter ou diminuírem os desastres. Ariadne finalizou a exposição com a bela imagem do Rio Marrecas na pintura em óleo sobre tela da artista Estela Maris da Rosa Loes. O coordenador Dalcy agradeceu a colaboração da professora Ariadne e retomou com a divisão dos participantes em cinco grupos determinando tempo de trabalho, dos seguintes temas: GRUPO 1: MACROZONEAMENTO: Uso e ocupação do Municipio; GRUPO 2: ZONEAMENTO: Zonas Urbanas; GRUPO 3: ZONEAMENTO: Parâmetros de ocupação do solo urbano; GRUPO 4: ZONEAMENTO: Parâmetro de uso do solo urbano; GRUPO 5: PERÍMETRO URBANO: Zonas de expansão urbana; GRUPO 6: POLÍTICA URBANA: Política de desenvolvimento urbano / Modelo de cidade / Função social da cidade. Ao término do tempo e concluídos os trabalhos um representante de cada grupo apresentou os apontamentos: GRUPO 1 por Nelson Venzo: o grupo discutiu o eixo de expansão da cidade, limitar na região do Jacutinga, abrir expansão para outros eixos como Concórdia, e o Contorno da cidade, - critérios para coibir empresas poluidoras. Distanciamento do eixo da rodovia ampliar de 100 para 150 metros. Explorar todos os eixos e definir antecipadamente, antes mesmo que sejam ocupadas. Maria Lucia Matarezi também do grupo 1, destacou qualificar tipos de indústrias de forma que a demanda de cada uma seja atendida com menor impacto ambiental possível, exemplo: grande consumo de água será alocada pós captação para abastecimento da cidade. Da plenária, José Carlos Vieira sugeriu faixa de isolamento acústico, área verde, impacto de vizinhança de loteamentos futuros. Itacir Rovaris sugeriu intervalo de área verde entre indústria e loteamento, entre área residencial e área industrial. Ricardo Leme sugeriu planejamento macro para as rodovias, deve estar planejado desvios, marginais, estudo de previsão de duplicação ou terceira pista deveria já estar previsto neste Plano. Grupo 2: Vilmar Rigo: Zoneamento Urbano: citou escala do mapa deficitária, necessidade de mapa mais fiel e atualizado numa escala mínina de 1:2.000 ou 1:3.000 para dados reais e específicos na identificação das áreas; sugestões do grupo: - criar zona de inundação - Definir melhor as ZEIS estudo mais aprofundado curvas de níveis, - ampliação da área central, a mais impermeável que temos, fiscalização mais rigorosa e ser respeitada, - criteriar o uso de zonas Eixos de crescimento das ruas, maiores critérios em instalações e uso das zonas 1 e 2 (mistas) industriais, de comércio, residencial, estudo de impacto de vizinhança, recursos hídricos; - grupo entende que deve manter o zoneamento ZRO e APP mas definir melhor dentro da legislação que rege; – Manter o perímetro urbano na extensão atual, delimitar e não expandir; – manter zonas industriais ao longo dos

contornos. Finalizada apresentação do grupo, da plenária, o Professor Ricardo Leme sugeriu identificar e delimitar zonas residenciais, o padrão de ocupação para ajudar o poder publico, mapa que não é real áreas passíveis de serem ocupadas, no perímetro novo definir áreas antes da aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal. José Carlos Vieira opinou ser importante observar correntes de ar, estabelecer estes critérios nos tipo de indústrias. (já incluído). Grupo 3 Ricardo Leme: "Tipo de cidade que queremos": Estatuto das Cidades 2001: idéia de função social da propriedade; - Prefeitura implantar IPTU progressivo como ferramenta de enfrentamento dos vazios urbanos; - Definição de ZEIS, exemplo: área do Padre Ulrico e área do Pinheirão (rua Acre); área do entorno da UPA ser definida como ZEIS; - desapropriação de terrenos ociosos depois da aplicação do IPTU progressivo com pagamentos da Dívida Pública; - Direito de Preempção (previsto no Estatuto das Cidades que visa conferir ao poder público a preferência para adquirir imóvel urbano em razão das diretrizes da política urbana) com objetivo de preservação e utilização social; - Definição de perfil misto de ocupação: verticalização e casa baixa; - empreendimentos fazer estudo de impacto de vizinhança; - taxa de liberação de loteamentos simultâneos utilizar indicador ambiental/social; - revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) para o IPTU; verticalização - novos limites. Professor Ricardo ao finalizar considerou que mudanças no início, causam descontentamento de pessoas afetadas, mas se faz necessário, citou o grande vazio nas proximidades da UPA, a utilização de defensivos agrícolas na área urbana, necessário maior rigor do poder público, taxar como área urbana; outros exemplos Cidade Norte e região do Bairro Padre Ulrico definir como área de interesse social, desapropriar se necessários, utilizar os instrumentos previstos; Área de preservação não pode ser utilizada e para áreas ocupadas criar normas de utilização; para o Modelo de cidade: o grupo entendeu que a verticalização sem delimitação trará transtornos significativos exemplo Curitiba eixos estruturantes; medidas para diminuir especulação imobiliária e não incentivar; No estudo de impacto de vizinhança, tem que existir ações de compensação, não jogar tudo para o poder público; vivemos um período de grande impacto ambiental controle na abertura de loteamentos, exemplo: critérios ambientais sociais com microbacia, não liberar loteamentos simultâneos termina um e depois começa outro, colocar em lista de espera para minimizar os impactos, para as empresas comprovar condição financeira de executar loteamentos e estipular prazos (ex. multa, penalização); Ricardo observou que o Poder Público possui poder de polícia para controle, aumentar quadro de pessoal no urbanismo na fiscalização para um controle eficiente, controle georreferenciado, dar esse passo investir com auxilio do Paranacidade; - Atualização PGV Planta Genérica de Valores: evasão fiscal, valores defasados. Cláudio Loes em dois anos, definir qual tamanho vamos ter nos próximos 10 anos, e ainda mecanismo para garantir que não queremos expandir, planejamento contínuo não mudar em troca de gestões. GRUPO 4: Guilherme Seifert Neto: Zoneamento Urbano: - Delimitação real dos recursos hídricos e das áreas de preservação, nas 6 zonas e 16 itens tratar em uma reunião específica, o que o grupo debateu praticamente já foi dito nas outras apresentações. GRUPO 5/6: Ertal de Oliveira - Parâmetro de ocupação e uso do solo – pessoalmente é contrário a taxa de 100% com garagem na região central, o grupo não chegou a um consenso, sugeriu reunião posterior com engenheiros e arquitetos que tem em sua rotina a questão, para definir o parâmetro a apresentar proposta. Ertal discorreu sobre a necessidade de fiscalização, falou de sua experiência em anos anteriores no setor público participando no planejamento, se não houver fiscalização, em vão é todo este trabalho, exemplo: tem visto obras com betoneira no passeio, calçada de circulação, ou barraco da obra praticamente na rua; número de fiscais continua reduzido, necessário maior número, maior empenho; - Altura de edificação deixar livre ex: 100 andares. Captação de água da chuva em áreas delimitadas, a Lei diz que a partir de setembro todas as edificações devem ter sistema de captação de águas da chuva. Plano Diretor é uma Lei; - estudo de impacto ambiental, deu exemplo prédio que afetou a vizinhança, foi feito mas não é analisado e fiscalizado, se analisar ultimas construções não teriam sido executadas se houvesse estudo de impacto ambiental: FISCALIZAÇÃO E EMPENHO. Opinou deficiente a fiscalização de modo geral como, saúde, vigilância sanitária, deu exemplo em reforma de mercado na medição encontrou ratos, padarias balde de baratas. Concluída apresentação dos grupos, ao finalizar a reunião Antonio Pedron, Secretário de Planejamento informou reunião com equipe de estudos do Estado do Paraná e Unioeste sobre o nível das cheias. Destacou que o Plano Diretor é ferramenta imprescindível no crescimento ordenado e sustentável, e que muitas vezes uma fiscalização insuficiente se dá pela falta de planta clara e objetiva dos loteamentos e imóveis, é dever também do cidadão fiscalizar, cada um fazer sua parte, citou exemplo: do programa para solicitar CPF na nota, estabelecimentos comerciais devem emitir sua nota, o produtor rural, igualmente; melhorar fiscalização e cada um fazer sua parte, muitas vezes o cidadão faz construção irregular burlando as normas sabendo ser incorreto, é uma forma de corrupção, se faz necessária visão ética e de cidadania. Consciência de deveres também, não somente direitos; cidadania é cuidar da cidade, é dever de todos. Antonio Pedron e Dalcy Salvati agradeceram os presentes e deram por encerrados os trabalhos ás dezenove horas e dez minutos. Foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação desta ata, que segue acompanhada pela lista de presença e assinatura dos participantes.

17.4. REUNIÕES COM A ETM - EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

FOTO: REUNIÕES DA ETM - EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Constituída, mediante Decreto, a Equipe Técnica Municipal e designou um dos seus integrantes como Coordenador. Esta equipe participou ao longo de todo processo de elaboração do PDM, e garantiu as condições de realizações de todas as tarefas e atividades necessárias à construção deste Plano conforme o Termo de Referencia. A Equipe Técnica Municipal tem como competências:

a) Coordenar e desenvolver o PDM no caso de sua elaboração por técnicos do próprio município;
b) Assegurar a construção do processo do PDM de acordo com os fins propostos no Termo de Referencia, com dados, informações e apoio logístico (equipamentos audiovisuais tais como projetores multimídia, etc....);
c) Aprovar, propor alterações e/ou complementações nos documentos elaborados ao longo das diversas etapas do processo, subsidiando;
d) Dar conhecimento aos demais gestores da administração municipal a respeito do processo de construção do PDM;
e) Convocar a participação de outras secretarias ou órgãos do poder público e/ou convidar agentes representantes da sociedade civil para subsidiar a elaboração do relatório de avaliação;
f) Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal durante o processo;
g) Coordenar o processo de participação da sociedade civil na elaboração do PDM;
h) Tornar público o processo de revisão do PDM, instrumentalizando os meios de comunicação com informações.

A composição da Equipe Técnica Municipal montada à partir da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal e do perfil dos recursos humanos com potencial para participação, efetivos e comissionados. Durante o processo de construção do PDM, os

técnicos e funcionários da Prefeitura, integrantes da Equipe Técnica, tiveram parte de seu tempo de trabalho reservado para dedicar-se às tarefas relacionadas à construção do PDM.

A Equipe Técnica Municipal foi composta por: técnicos de diversas Secretarias Municipais e Departamentos e necessariamente os vinculados à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Urbanismo, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Departamento Municipal de Cultura, Debetran - Departamento Beltronense de Trânsito, Assessoria de Imprensa e Assessoria Jurídica.

Em função das atribuições previstas para esta equipe, seus integrantes tem preferencialmente um perfil técnico, cuja formação são: Arquiteto ou Arquiteto Urbanista, Engenheiro, Advogado, Administrador, Economista, Sociólogo, Assistente Social, Fiscais de Obras, Posturas e Finanças, técnicos que trabalham com expedição de alvarás, pessoal do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico, entre outros.

17.5. WORKSHOP DO PLANO DIRETOR

Numa proposta apresentada pelo Coordenador da Revisão do Plano Diretor, que foi prontamente aceita pela direção da universidades e, sob a organização das mesmas, foi realizado em 19 de abril de 2017, no auditório da Unioste, um workshop sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Francisco Beltrão.

Com a participação dos professores e acadêmicos das instituições de ensino superior, UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná, UNIPAR - Universidade Paranaense, UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, convidados e participantes compareceram um total 168 pessoas, numa noite muito proveitosa, com diversos assuntos comentados que podem ser vistos na ata abaixo.

IMAGEM: AUDITÓRIO DA UNIOESTE - WORKSHOP SOBRE O PLANO DIRETOR

IMAGEM: MESA DIRETIVA - WORKSHOP SOBRE O PLANO DIRETOR

17.5.1. TRANSCRIÇÃO DA ATA - WORKSHOP DO PLANO DIRETOR

ATA Nº 17/2017 – WORKSHOP PLANO DIRETOR – UNIOESTE 19/04/2017. Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete às dezenove horas e trinta minutos, no auditório da UNIOESTE – Universidade estadual do Oeste do Paraná, reuniram-se professores e acadêmicos das universidades locais dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, e demais interessados para workshop de revisão do Plano Diretor Municipal com o Coordenador Dalcy Salvati. A convocação foi realizada pelos professores Ricardo Leme e Clério Plein da Unioeste; Fernando Cesar Manosso da UTFPR; Tatiana Cristina Schneider Ghisi e Mônica Gonçalves Scatola da UNIPAR. Na lista de presenças foram registradas as seguintes participações: 01 - Ricardo Leme; 02 – Clério Plein; 03 – Dalcy Salvati; 04 – Tatiana Cristina S. Ghisi; 05 – Mônica Gonçalves Scatola; 06 – Pamela Saczinski; 07 – Karolaine Claudino; 08 – Renata Barancelli; 09 – Geizibel J. Halas; 10 – Igor Gabriel Borges Vieira; 11 – Joslaine Selbach; 12 – Simone Selbach; 13 – Elaine Patrícia da Rosa; 14 – Marlon R. Faedo; 15 – Rafel W. Baldissarelli; 16 – Marco Antonio Barbosa; 17 – Luis Fernandes; 18 – André Felippe Padia; 19 – Nicole C. S. Spocki; 20 – Everton Locatelli; 21 – Bruna Chiarelli de Campos; 22 – Ana Paula Romani; 23 – Maristela Szezerban; 24 – Cristiani Marconte; 25 – Maria José Formolo; 26 – Daniele Kunz Rafonio; 27 – Nara Ribeiro Menezes Mariano; 28 – Karise Rafaeli Krüger; 29 – Carolina Beatriz da Silva Claudino; 30 – Querli Casanova; Raquel Fontana de Freitas Machado; 31 – Luana Borges dos Santos; 32 – Vanessa Alves Brandão; 33 – Jéssica Garbin; 34 – Gustavo Ferreira; 35 – Thiago Henrique Alves Rodrigues; 36 – Amanda Vescau Zuchello; 37 – Tassia Regina Maraschin; 38 – Bianca de Campos Barbosa; 39 – Leonardo Wendramin; 40 – Mauricio Deon; 41 – Anderson Chaves da Silva; 42 – Rafaela Ana Rodrigues; 43 – Renata Nesi Ferraz; 44 – Guilherme E. Cavalheiro; 45 – Henrique de Souza Castilho; 46 – Guilherme Mendes; 47 – Julio C. Fortes; 48 – Tainá C. Calegari; 49 – Carla T. de Souza; 50 – Mayara M. Godoy; 51 – Jorgiane Pagnan; 52 – Ana Paula Zanella; 53 – Rafaela Bóscki; 54 – Maikieli Bussolaro; 55 – Kellyn Taiandra Baccin; 56 – Milena Tamara Moss; 57 – Tauãn M. da Silva e Sá; 58 – Sueli Cristina Bortoletti; 59 – Nubia Pazinato; 60 – Guilherme Freitas; 61 – Estéfani Nunes Agatti; 62 – Andressa Manchini Hickmann; 63 – Camila Carneiro; 64 – Analise Davies; 65 – Adriana Leseiko; 66 – Gian Carlos Fon; 67 – Alisson Henrique Bavaresco; 68 – Giovani Luiz Käfer; 69 – Bruno Saggiorato; 70 – Andréia Tusky de Lima; 71 – Silvana Aparecida Perusso; 72 – Luana L. Schlickmann; 73- Leandro Sgabin dos Santos; 74 – Maria Fernanda Noiman; 75 – Sindy Emili C.C; 76 – Renata de Ramos Silva; 77 – Rosana Cristina Biral Leme; 78 – Ronaldo Diego Ascari; 79 – Silvane Rodrigues; 80 – Daniely A. Dal'More; 81 – Ana Maria P. Catanio; 82 – Daniela Luevan; 83 – Danielle Scotti; 84 – Leonardo Thomazoni; 85 – Matheus M. Pereira; 86 – Rodrigo Falinski; 87 – Vanessa Fretzen; 88 – Karolayne Vendruscolo Colla; 89 – Alexandro da Rosa; 90 – Jeferson Pereira; 91 – Ana Carine Basotti da Luz; 92 – Cleiton Oliveira; 93 – Karla Jaqueline de Souza; 94 – Juliana Cristina de Souza; 95 – Jean Carlos Zuetch; 96 – Alana Jaqueline Cavazini; 97 – Marcielli Hauschilott; 98 – Fernanda Galgaroto; 99 – Eninéia B. de Medeiros; 100 – Kelly Ariane de Jesus; 101 – Andreza Carla Conazza; 102 – Daiane Canova; 103 – Débora L. Garbin; 104 – Jéssica Lara T. Schervinski; 105 – Gean Lucas Weisheimer; 106 – Elvis Rabuske Hendges; 107 – Juliano Andres; 108 – Fraciele Moro Toledo; 109 – Matheus Prado Klotz; 110 – Felipe Rocha Cavalheiro; 111 – José Luiz de Campos; 112 – Lucas Antonio Padilha; 113 – Henrique Renk; 114 – Ronei da Silva Gefino; 115 – Dejanis de Oliveira; 116 – Alan Rafael C. de Souza; 117 – Guilherme Grigoletto; 118 – Caroline Hellfenstein; 119 – Thainara Brancalione; 120 – Daniel Fabricio Cilz; 121 – Anderson Zilli; 122 – Polyana L. Locatelli; 123 – Sandra Geremia; 124 – Jaime A. Stoffel; 125 – Anderson Arisi; 126 – Carlos Eduardo Boga; 127 – Bruna Zanandria; 128 – Emanuel de Almeida; 129 – Bruna Scariot Potrich; 130 – Heloisa Berticelli Franciosi; 131 – Bruna de Marchi Doesena; 132 – Alexandro de Alcantara Ramos; 133 – Schaiane Heimann; 134 – Alan Rodrigo Bussularo; 135 – Isabela Scanogatta; 136 – Karine Vasconcelos Rogikowski; 137 – Alice Baio; 138 – Thaís Fernandes; 139 – Amanda Rafain; 140 – Aline Toscan; 141 – Bruna Botin Buratto; 142 – Ana Paula Costanaro; 143 – Simone Raquel Mozel; 144 – André Antonio Moranski; 145 – Bruna Dakka Costa; 146 – Gabrieli Soster; 147 – Marcos Roberto Zanatta; 148 – João Paulo W. Ronsalin; 149 – Tatiana Luiza Postal; 150 – Juliana Leria; 151 – Jussara dos Santos; 152 – Jéssica Villani; 153 – Felipe Henrique Mendes; 154 – Kirlane F. Rizzo; 155 – Luíza K. B. Marcelo; 156 – Elaine Fermino; 157 – Bruna Letícia Wenke; 158 – Hosana F. da Silva; 159 – Daniella Rosa Marques de Oliveira; 160 – Ananda Appel Gonzatto; 161 – Gean Carlos Leandro; 162 – Jhoni de Oliveira Xavier; 163 – Alana Adamante Magri; 164 – Mayara Caroline Mombrelli; 165 – Alana Guadahim; 166 – Silvia Regina Pereira; 167 – João Paulo da Rocha; 168 – Cláudio Loes; 169 – Nileide T. Perszel. Ao iniciar a reunião, Professor Ricardo Leme saudou o coordenador da Revisão do Plano Diretor , Dalcy Salvati e os demais integrantes da mesa de dirigentes: Clério Plein; Fernando Cesar Manosso R; Tatiana Cristina Schneider Ghisi e Mônica Gonçalves Scatola, aos acadêmicos e demais presentes declarando que de forma simples este encontro visa discutir um assunto de suma importância: os dez futuros anos da nossa cidade de Francisco Beltrão. Para dar início aos trabalhos passou a palavra ao arquiteto Dalcy Salvati para breve explanação do que é o Plano Diretor Municipal e a fase de revisão. Dalcy agradeceu ao convite e enalteceu os participantes por estarem reunidos em uma quarta feira a noite manifestando desta forma o interesse cívico; disse estar na condição de coordenador atual, a partir de fevereiro deste ano, dos trabalhos de revisão de Plano Diretor oportunidade em que aceitou o convite da atual administração municipal. Relatou brevemente de sua experiência com o tema desenvolvido em outras cidades. Passou a apresentação em tela com o questionamento: O que é o Urbanismo X Planejamento

Urbano? Conceituou ambos; enquanto Planejamento Urbano age diretamente no ordenamento físico das cidades e nos processos que a constroem o urbanismo estuda e registra a evolução das cidades; Demonstrou a linha do tempo da Legislação Urbana no Brasil: iniciou com a Lei 6.766/79 do Parcelamento do Solo Urbano definindo parâmetros para loteamentos e desmembramentos, logo depois na Constituição Federal de 1988 no artigo 18 tratou a autonomia dos municípios na política urbana, mais tarde a Lei Federal n° 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade regulamentado os artigos 182 e 183 da CF de 1988; Detalhou as funções das cidades a partir da Carta de Atenas de 1933: Habitação, Trabalho, Circulação, Lazer e Recreação; Nova Carta de Atenas de 2003 dividiu e ampliou as funções das cidades em Funções Urbanísticas, Funções de Cidadania e Funções de Gestão; O que vem a ser o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): Objetivo inicial, meta principal; definiu em tela e demonstrou o Estatuto da Cidade sob a ótica da realidade do Sudoeste do Paraná com dados estatísticos registrados, dentre eles: Mesmo não sendo obrigatório é conveniente que as cidades com menos de 20 mil habitantes possuam seu Plano Diretor – instrumento de grande valia no planejamento dos investimentos municipais; a seguir definiu O que é o Plano Diretor, os Instrumentos da Estruturação Urbana, do Uso Do Solo e do Meio Ambiente: - Macrozoneamento / Zoneamento - Sistema Viário Básico - - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Habitação / Habitação de Interesse Social - Circulação Viária e Transportes - Áreas Públicas - Infra-Estrutura e Serviços de Utilidade Pública - Política Ambiental. PLANO DIRETOR - Instrumentos De Política Urbana - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios: Nos termos fixados em lei específica, o Município poderá exigir que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, promova seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicar os mecanismos previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade. Direito de Preempção: O Município, por meio do Direito de Preempção, terá a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, desde que o imóvel esteja incluído em área a ser delimitada em lei específica e o Poder Público dele necessite, observadas as disposições do art. 27 da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Outorga Onerosa do Direito de Construir: A outorga onerosa do direito de construir, também denominada de solo criado, é a concessão emitida pelo Município, para edificar acima dos índices urbanísticos básicos estabelecidos de coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos ou alteração de uso, e porte, mediante contrapartida financeira do setor privado, em áreas dotadas de infraestrutura. A outorga onerosa do direito de construir propicia maior adensamento de áreas já dotadas de infra-estrutura, e os seus recursos serão aplicados para as finalidades fixadas pela legislação federal e pela lei municipal específica. Transferência do Direito de Construir: A transferência do direito de construir, também denominada transferência de potencial construtivo, é a autorização expedida pelo Município ao proprietário do imóvel urbano, privado ou público, para edificar em outro local, ou alienar mediante escritura pública, o potencial construtivo de determinado lote, para as finalidades especificadas na legislação federal e na lei municipal. Operações Urbanas Consorciadas: A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infra-estrutura, sistema viário e de habitações de interesse social. Estudo de Impacto de Vizinhança: Deve ser instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV como instrumento de análise para subsidiar o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas ou privadas, especialmente para grandes obras, exemplo shopping Center, hipermercados, etc que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, sistema viário, entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do Município. Os empreendimentos e atividades, privados ou públicos, que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV - para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, deverão ser definidos em legislação específica. Monitoramento e Controle do Plano Diretor: Aqui é importante ressaltar que a propriedade urbana só cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando que sejam atendidas as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes disciplinadas no art.2º do Estatuto da Cidade. Para tanto é imprescindível o estabelecimento de um sistema de monitoramento e controle do Plano Diretor de Francisco Beltrão, de forma a organizar e sistematizar as informações municipais para atendimento das diretrizes previstas, tanto na legislação federal como na legislação municipal específica, exemplo IPTU Progressivo, para que os terrenos sejam ocupados para evitar espaços vazios. Elencou as Etapas para elaboração do Plano Diretor Municipal: 1ª Fase – Plano de Trabalho; 2ª Fase – Análise Temática Integrada; 3ª Fase – Objetivo e Proposições; 4ª Fase – Legislação Urbanística Básica; 5ª Fase – Plano de Ação e investimentos (PAI); 6ª Fase – Conferência do Plano Diretor Municipal (PDM). Método CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades: 1ª Fase – Plano de Trabalho: Tem a finalidade de organizar o desenvolvimento dos trabalhos e metodologia aplicada pela Equipe Técnica Municipal – ETM; 2ª Fase – Análise Temática Integrada – ATI: Identificação da base de dados necessária ao desenvolvimento do Plano. Levantamento de dados – informações relativas ao município, legislação vigente, estudos, planos e projetos existentes para a região e para o município; 3ª Fase – Objetivos e Proposições: Com base na fase anterior, serão definidos os eixos estratégicos que nortearão a construção do PDM, através de diretrizes e proposições pensadas para curto, médio e longo prazo, visando a transformação da realidade

identificada. 4ª Fase – Legislação Urbanística Básica: Revisão da Lei do Plano Diretor, da Lei do Perímetro Urbano, da Lei do Parcelamento do Solo Urbano, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento), da Lei do Sistema Viário, anteprojeto da Lei da Mobilidade Urbana, revisão da Lei do Código de Obras, da Lei do Código de Posturas e de leis específicas. 5ª Fase – Plano de Ação e Investimentos – PAI: Indica as ações e os projetos prioritários, tendo em vista a implementação do PDM, e apresenta a hierarquização dos investimentos públicos municipais, segundo setores. 6ª Fase – Conferência do Plano Diretor Municipal: Será realizada após a provação de todos os produtos elaborados do Plano Diretor Municipal pela Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento. Expôs o mapa de macrozoneamento uso e ocupação de solo, mapa do zoneamento urbano uso e ocupação de solo, mapa do sistema viário mobilidade, mapa do transporte coletivo mobilidade, mapa da localização dos equipamentos públicos, mapa síntese do meio natural, para entender a cidade: mapa dos limites do município área urbana e rural e distritos, área urbana, não urbanizada e de expansão, área urbanizada já loteada ou consolidada, área rural não urbanizável fora do perímetro. Finalizando a apresentação Dalcy declarou aos acadêmicos e participantes dizendo que momentaneamente pode não ser importante ou parecer não impactar na sua vida, mas, que futuramente saberemos da fundamental importância de participar deste processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Retomando a palavra o dirigente da mesa Professor Ricardo mencionou o registro em ata desta reunião realizado pela secretária Nileide, que integrará o conjunto de atas da revisão 2016-2017 do Plano Diretor Municipal; a seguir passou a palavra ao Professor Fernando Manosso que agradeceu e cumprimentou a todos agradecendo a oportunidade de representar a instituição da UTFPR e agradeceu o interesse da prefeitura em passar o conhecimento técnico e informações gerais através da presença do coordenador Dalcy Salvati, enalteceu colegas presentes pelos trabalhos realizados contribuindo com a revisão do Plano Diretor; Citou alguns tópicos previamente descritos para este debate, o ser humano escolheu as cidades para viver nos últimos anos, sistema de processo entre pessoas, animais, plantas, necessidade de técnicas de urbanização organizadas e a falta de acompanhamento para regulamentar ou ordenar o crescimento das cidades; um papel difícil de entender a cidade e seus processos, assim como na área médica cada tem seu profissional médico específico para cada área nas variadas especialidades para resolução de problemas; citou o trabalho do Professor Duarte da UTFPR – Hidrologia – Bacia do Marrecas tratando das Cheias – drenagem de águas pluviais urbanas e rurais do Município, estabelecendo critérios loteamentos urbanos; Área Rural políticas de manejo de solo, reduzindo perdas de solo e erosão o principal problema bacia rural, temática importante para o poder público agir – análise criteriosa a partir da visão atual. Professor Fernando Manosso arguiu: A Política de Mobilidade Urbana expõe moldes para construir cidades diferentes de como são hoje, a lei abre possibilidade para mudanças nas cidades, transportes, veículos, circulação; mencionou que Dalcy citou incluir possíveis demandas futuras ao Plano, o quê entendemos de fato por mobilidade? A idéia é que todos querem ter seu carro e todos querem ir ao mesmo lugar ao mesmo tempo? Um modelo de cidade americanizada de vias largas? Necessário se ter consciência de quanto isso custa, além de IPVA e outros, custa saúde pública e qualidade de vida dos habitantes. Dacy apontou para criar uma cidade mais humana: menos espaços públicos para estacionamento, utilização compartilhada das vias, ciclovias (estudo de demanda prioritária não somente lazer) mapear pontos de imobilidade; Constantes programas de adequação de calçadas, faixas de acesso, passarelas. - Zoneamento: vários pontos a incluir, a partir de um diagnóstico identificar demandas de ações em diversos espaços, complexo falar de zoneamento, entende o problemas com áreas mistas, temos que pensar que as cidades precisam ser mais humanas, criação de área exclusivamente residencial, usar também o bairro para comércio, consumo, lazer, segurança pública inclusive. Usando a palavra a Professora Mônica agradeceu ao professor Ricardo e Professor Clério por esta oportunidade de colocar junto ao poder público municipal os anseios da nossa cidade, pensar nas cidades sob a ótica da sustentabilidade urbana, o estatuto surgiu neste panorama em 1990 e as questões foram incorporadas ao atual Estatuto da Cidade, pergunta: Quais as diretrizes e o que há de sustentabilidade integrada ao Plano Diretor Municipal? Para isso discutir categorias que possam ser integradas ao Plano Diretor, Lei do uso solo, do zoneamento, temos uma lei de zoneamento complicada, organizar para os novos loteamentos: mobilidade integrada aos loteamentos, saneamento ambiental, esgotamento sanitários, infraestrutura, poder propor metas para a próxima década ou para os próximos vinte anos; efetivar o plano de Mobilidade Urbana propor malha viária de acordo, utilização de vias priorizadas para pedestres, áreas defasadas, acesso e instrumentos para as áreas públicas, o nosso sistema é pautado num sistema capitalista, organizar os espaços e pensar mais no ser humano só assim é possível fazer da cidade que temos uma cidade que queremos para os próximos anos. No uso da palavra a professora Tatiana C. Ghisi elencou divulgar trabalho ao poder público do qual citou pesquisa e dados levantados até 2015, maioria dos dados adquiridos na própria prefeitura. No ano de 2015 houve expressiva expansão urbana e facilidades de financiamentos, em 2014 a área edificada cresceu 25% e teve grande impacto no município e alguns problemas são oriundos dessa expansão não planejada, aumento no número de lotes, aumento da população e não se prevê reserva de áreas verdes, áreas de circulação para qualidade de vida das pessoas. Infraestrutura mínima, possuir locais para atender a população, de 2010 a 2015 foram criados 3.665 lotes urbanos em cinco anos, destes apenas 827 destinados a população de baixa renda, os bairros que mais aumentaram foram o Padre Ulrico, o bairro Aeroporto e o Jardim floresta, caracterizando a cidade em duas, a região norte com loteamentos populares e a região sul com loteamentos voltados a população de maior poder aquisitivo; a região sul tem maior metragem de expansão urbana, na região norte tem maior numero de lotes e população de baixa renda, áreas não edificadas

que constam na malha urbana, e os vazios urbanos devem ser considerados, pois possuem grande representatividade na malha urbana, foi analisado no ano de 2015, os vazios urbanos pertencentes a pessoas físicas, jurídicas e prefeitura, o Bairro São Cristovão possui a maior quantidade de vazios urbanos com 963 unidades, o Bairro Industrial 60% pertencem a empresas do setor imobiliário e empreendimentos relacionados a execução de loteamentos. No total estes somam 10.214.107 m2 de área urbana que não está sendo ocupada. Os vazios urbanos do bairro Centro somam 138 lotes vazios urbanos. Estes dados são extremamente importantes para criar condicionantes para ocupação das áreas urbanas; finalizou agradecendo a atenção. Em sua exposição, o Professor Ricardo agradeceu a parceria das universidades, oportunidade única para discutir o planejamento do futuro da nossa cidade e agregar o que temos a contribuir, citou que tudo isso é resultado de avanços a partir de Constituição de 1988 algumas não colocadas em prática, o Estatuto da Cidade Lei 10.257/2001, os órgãos envolvidos, Legislativo, o Executivo na figura do Gestor, a Lei do Plano Diretor é uma caixa de ferramentas para o gestor, mas de nada adianta de ele não colocar em prática para administrar uma cidade mais justa, mais solidária; Necessário nossos gestores, empresários, sociedade civil em geral entender que a cidade é um bem comum e nossos interesses devem estar a ela subordinados; O Estatuto traz vários instrumentos: - indução: como tratar os vazios urbanos, parcelamento, utilização compulsória, prevê IPTU progressivo, o proprietário tem um tempo para transformar em uso, terreno vazio não cumpre função social, apenas especulação, fazer constar no Plano Diretor atual desapropriação de áreas, fazer loteamento para permuta; Instrumento da regularização: muitos moradores não possuem a posse dos seus imóveis, exemplo: uso capião social urbano - instrumento de democratização urbana, iniciou tardiamente, há pelo menos dois anos atrás com discussões comuns, em bairros, envolvendo população mais carente. Plano Diretor é continuo e permanente, não pára aqui pra retomar daqui dez anos, tem que estar sempre cobrando acompanhando, alimentando, estudando, é espaço de democratização, assim como aconteceram audiências públicas e oficinas em Francisco Beltrão, será que todas as cidades estão fazendo a revisão autêntica do Plano Diretor como Francisco Beltrão que ao menos está fazendo; quando chama a sociedade há um abismo de interesse e de omissões; muitas vezes são levantados problemas localizados ou gerais que devem ser trazidos ao planejamento; Quando menos legislação existir para empresários, investidores melhor, o Estatuto trás condições para o gestor: prefeito com peito para enfrentar esses desafios. O interesse público deve sempre prevalecer sobre o direito privado; Estudo de Impacto de Vizinhança EIV é fundamental, verificar se compatível, quais impactos vão causar, exemplificou cidades como Londrina, Maringá, Cascavel que já se utilizam desses instrumentos de Estatuto. Cobrar do gestor a criação do Instituto independente de planejamento continuo ou permanente para não se alterar com alternância política; Ricardo agradeceu e encerrou sua fala. Dando sequência na segunda parte, o professor Clério Plein abriu espaço para debates, oportunidades para pergunta colocações ou mesmo questões por escrito que podem ser encaminhadas a mesa. Iniciando participações: 1) professora Silvia Regina Pereira agradeceu aos professores presentes, a disposição do arquiteto Dalcy de vir até a universidade, pena não ocorrer encontros assim de forma freqüente; disse que irá repetir algumas preocupações, pois entende que houve mudança de gestão e equipe de coordenação, mas a preocupação é a mesma: qual serão os encaminhamentos finais considerando que teremos aprovação, também da próxima audiência para visualizar as mudanças no Plano Diretor para cidade mais justa mais humana; direito a cidade: o imobiliário tem direito maior? Porque aprovação continuada de novos loteamentos? Para quem? A população na maioria não vai conseguir adquirir, o poder se compra para atender o mercado imobiliário, interesse de loteadores no Bairro Padre Ulrico, ocupações no Bairro São Miguel, Bairro Sadia e Cidade Norte, as pessoas não estão lá para correr riscos e sim porque não tem como pagar aluguel, metro quadrado é caríssimo em Francisco Beltrão, discrepante com valores de Curitiba e outras cidades; Qual cidade que a gente tem? não é a cidade para a maioria da população e sim para a minoria; Problemas de grandes cidades já estão se instalando aqui, qual a cobrança e qual cidade que vamos querer será a do automóvel? A preocupação tem relação direta com administração pública, condições de mobilidade e acessibilidade para pessoas acessarem espaços por exemplo, numa universidade... os problemas serão cada vez mais ampliados, por coincidência hoje é dia do índio e só temos a data; A falta de atenção do poder publico com pessoas de vulnerabilidade social, pessoas indígenas ocupando áreas próximo a saída para Marmeleiro, parques, há bebes de colo, e não há preocupação do Conselho Tutelar, Assistência Social etc tornando-os invisíveis; Silvia disse que ficou esperançosa com a nova coordenação, conhece experiência do coordenador Dalcy, o que podemos esperar dessa revisão do Plano Diretor? será mais um planejamento efetivo ou não? Nós das universidades temos que cobrar pressionar vereadores, poder público para assegurar os direitos às pessoas de menor renda. Concluída, Dalcy agradeceu a professora Silvia, informou que a terceira Audiência Pública foi adiada devido ao município sediar o evento estadual da Conferencia do Meio Ambiente do dia vinte e sete deste mês e ocorrência do feriado de primeiro de maio “dia do trabalhador”, informou que ano passado foram construídas 49 casas para abrigar população realocada da trincheira próxima a Comunidade Santa Bárbara e há Planejamento estratégico para promover inclusões sociais, como disponibilizar também apartamentos na forma de pequenos conjuntos com dois ou três pavimentos não somente áreas com casas, porém a Caixa não estimulou por histórico de problemas na convivência entre moradores, apesar disso podemos contar com a colaboração da assistência social em projeto de orientação as famílias, e que depende logicamente de recursos federais, há idéia é de se fazer quinhentas moradias inicialmente buscando recursos para tanto, seria uma pequena cidade planejada, pois perímetro urbano crescendo com potenciais de urbanização e enxurradas, regiões de cidade ociosa como aconteceu com Cidade

Norte e Pinheirão, pois é necessário assistência, escolas, infraestrutura; está sendo trabalhado plano de zoneamento criando zonas de restrição de ocupação, não proibindo mais criando exigências expressas para coibir, citou exemplo da ocupação estabelecida no local do antigo Frigobel, já há estudo algo pensado, porém os recursos próprios são limitados, necessidade de buscar outras fontes de recursos. Na sequência Professor Ricardo leu pergunta por escrito dirigida a mesa: em que data a população é consultada? Como age a população nas audiências? Dalcy respondeu informando quais as etapas que já foram cumpridas como as oficinas temáticas, duas audiências publicas previamente divulgadas no Jornal de Beltrão, site do município, rádio, TV e entrevistas, iniciaram junho ano passado, já tardiamente, prazo final era novembro 2016, foi prorrogado junto ao Ministério Público que tem acompanhado todo o processo, mas também cobra resultados visto a necessidade para que nova Lei seja implantada; Dalcy informou que nas audiências públicas há espaço aberto para o publico debater e fazer perguntas, também disponível no site do município desde o ano passado questionário com quarenta e duas questões para livre respostas. Completando as informações Dalcy traçou um parâmetro analisando a Lei de 2006 dentre as propostas, algumas foram concretizadas, outras estão em vias de serem concretizadas e outras não serão concretizadas, situações imprevistas contribuem, Dalcy citou exemplo de áreas que foram ocupadas desordenadamente, isto se deve ao que foi falado da falta de um instituto de planejamento contínuo, o que tem acontecido é mudanças a cada alternância política, se perdendo os estudos, levantamentos e trabalhos realizados; declarou ainda que no ano de 2001 foi secretário de urbanismo e citou que na época para construção de uma ponte seria necessário desapropriação os documentos existentes era um simples documento assinado pelo secretário de Assistência Social que o cidadão possuía guardado dentro de um pacote plástico; atualmente para se evitar ocupações nas barrancas dos rios que sofrem periódicas inundações o Plano Diretor incluirá previsão de executar Parque Linear, anos passados foi executado o Parque Alvorada hoje um dos espaços mais freqüentados mas que no decorrer do tempo foi permitida ubanização em seu entorno. Textualizando Dalcy citou exemplo de ações preventivas tipo com outras cidades e outros países, também exemplo local da Avenida Luiz Antonio Faedo quando foi instalada a Granvel primeira agência da Renaut na cidade, o seu entorno passou a melhorar com vias e urbanização, outro exemplo: juntamente com SEBRAE e ACEFB o Alto da Júlio foi criado para tentar revitalizar a parte de cima da cidade, foi criado ligado pelo calçadão que promove encontro de pessoas com a feira de produtores, lanchonetes e a praça central, assim também deverá ser promovido nos bairros da cidade dispor no próprio local o que as pessoas necessitam; além do Parque Linear pensar também a mobilidade alternativa teleférico nos parques quem sabe, daqui a dez anos, citou o caso do Texas nos EUA em que urbanizaram o rio com passeios de barco e outros: “na primavera, a festa San Antonio River apresenta carros alegóricos flutuando sobre o rio, tornando uma atração incomum e deslumbrante com bares e restaurantes luxuosos que atraem turistas”, um exemplo de criatividade: o que podemos nós aproveitar de polo turístico em Francisco Beltrão? Além do Morro do Cristo, Torre da Concatedral, Parque de Exposições, Centro de Eventos e outros Parques, por muitas vezes se falta mais vontade política do que dinheiro. Encerrada a fala de Dalcy Professor Ricardo lembrou questão da expansão do perímetro urbano ocorridas em 2014 e 2016, o gestor tem o poder para revogar e impedir que novos loteamentos surjam forçando o crescimento desordenado, isso cria brechas e fragiliza o próprio Plano Diretor fazendo a lei perder o efeito, necessário se criar Conselho não só consultivo, mas também deliberativo, para as questões serem apreciadas, se fazer ajustes, correções junto com o Instituto antes de serem levadas a análise e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores. Claudio Loes participante fez uso da palavra comentou os exemplos de citados por Dalcy e disse que o antigo Frigobel se tornou também depósito de lixo, durante anos foi lixão, parte invadida em área ambiental, se tratar administrativamente, parque já sofre pressão, indústrias com lagoas de contenção criar responsabilização criminal da administração anterior, o Parque Irmão Cirilo é o único parque ainda não invadido pela ignorância e a pobreza, criar legislação. Professor Ricardo direcionou outra pergunta por escrito encaminhada a mesa: sobre invasão no Bairro Padre Ulrico: IAP não faz nada para proibir ação de desmatamento? Dalcy sobre as colocações respondeu que aumenta todo dia o número de pessoas por invasão, como fazer para tirar a população de lá? Informou que há projeto de cercamento do parque irmão Cirilo, e questionou: Quem começou invasão? Alguém comanda e ganha com isso, quem está por trás? Levar onde esse povo? Como tirar as pessoas: e se a administração pública começar levar benefícios aumenta ainda mais, é situação social complexa, mencionou que alguns daqueles que lá estão já tem sua moradia estão explorando, o poder público faz projeto para se construir 400 casas e ao término já tem 800 no local. Professor Ricardo reforçou o que se pede nas audiências e reuniões a fiscalização, a prefeitura precisa investir em fiscalização, se está irregular tem que demolir aí se pensaria duas vezes antes de invadir. Outra pergunta de Alexandro Ramos dirigida à mesa: especulação urbana, como em outras cidades como se trata esse tema na Revisão do Plano Diretor e a questão do IPTU Progressivo? Dalcy informou: ponte de acesso Sadia/Padre Ulrico não há previsão de acontecer logo, sobre especulação imobiliária diz estar hoje estabilizada, os próprios valores de lotes é um balizador estão sendo negociados por valores mais baixos; O Plano Diretor como falado anteriormente tem previsto plano de habitação, sobre o zoneamento estão sendo corrigidos os erros de áreas sempre com apoio jurídico, como por exemplo: a questão da expansão do perímetro urbano, e questões como alterações e melhorias nos imóveis, pois valorizam o imóvel e na nova Lei estabelecer maiores restrições para futuras ocupações tipo passar por um conselho para análise; zonas de área verde, e terrenos com declividade acima de 30% de restrição de ocupação; controle sobre ocupação de cada zona; existe a Lei o que falta são mais técnicos, há pessoas dedicadas mas com várias tarefas e isso é um ponto

que falta melhorar. João Paulo da Rocha, participante, levantou as seguintes questões: 1) expansão nos lados da cabeceira do rio marrecas, interesses políticos andando na contra mão aumentando esses problemas, o que o Plano Diretor pode fazer quanto a isso? 2) qual a participação da Ordem dos Advogados do Brasil OAB local no Plano Diretor? 3) sobre a malha viária urbana: problemática já da gestão anterior com o transito: 4) porque não mexer com a área Camilotti? ruas que acabam naquele local: uma empresa praticamente inoperante ou com 50% apenas de funcionamento causando tantas limitações a malha viária urbana? 5) O presidente da Associação de moradores do Bairro Padre Ulrico pediu comentar sobre a saída da UPA beco sem saída se tornou local de uso preferido de marginais, tem conhecimento que na prefeitura no departamento de projetos Guilherme tem estudos de novo corredor viário? Dalcy passou a responder e disse que para a área da empresa Camilotti já se apontam algumas novidades para solução, a empresa manifestou interesse para transferência fora do perímetro urbano, portanto sinaliza que poderemos ter novidades; Quanto a OAB local, não participa da CA – Comissão de Acompanhamento mas há componentes do departamento jurídico que integram a ETM Equipe Técnica Municipal; No Padre Ulrico há estudos para construção de trincheira que pode acontecer a médio prazo; Contorno Norte poderá ser criado outro para desvio de caminhões se garantido recursos. Rumo ao final do Workshop o Professor Ricardo informou algum tempo para responder até três perguntas ainda. Professora Karolaine Claudino solicitou uso da palavra, agradeceu a oportunidade de comentar em plano público o que é falado em sala de aula e indagou 1) sobre a problemática de impacto no Prolongamento da Avenida Julio Assis, local que se reúne grande número de pessoas especialmente nos finais de semana, questões irregulares, retirada de mata nativa, acessos improvisados de estacionamento de freqüentadores do local, empreendimentos que estão sendo edificados causam impacto muito grande naquela região, ações devem partir não só do empreendedor mas dos afetados ou prejudicados, em sua opinião acha que falta vontade política e predomina a força do capital 2) sobre o estudo de construir apartamentos para resolver questões de habitação em local reservado, porque não respeitar as diferenças e termos uma cidade variada? 3) existe projeto para moradia estudantil? O professor Clério Plein que intermediou as perguntas verbais dos participantes informou que é membro suplente na CA Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e opinou dizendo que o foco do Plano Diretor é estabelecer posição para a cidade que a gente quer, diante disso expôs que em 2015 tínhamos quase 7000 estudantes universitários, hoje já podemos dizer que somos uma cidade universitária, mas a ficha ainda não caiu para o poder público, com transporte há dificuldade para garantir o passe público diante da burocracia que impõe comprovar a cada três meses a frequência, provando horários que está em aula, a cidade não favorece como sendo cidade universitária. Na resposta Dalcy disse que cada cidade tem sua vocação e busa saber qual, entre várias a cidade pode ser vista e comparada a um ser vivo, pois se transforma dia a dia, elas nascem, crescem, se desenvolvem ou morrem, como a populosa Roma na Itália no passado com 1.200.000 habitantes, após invadida pelos bárbaros que cortaram água como estratégia, foi desocupada e ficou com apenas 20.000; nos Estados Unidos há muitas cidades que nasceram, cresceram e morreram; algumas se estabilizam, Francisco Beltrão chegará a um limite, comentou que em 1995 participou em uma palestra em Fóz do Iguaçu e o secretário de planejamento dizia que a cidade atingiria 1 milhão de habitantes em cinco anos, chegou a 320.000. Para exemplificar Francisco Beltrão na década de 90 perdeu 7000 habitantes depois recuperou, “precisamos ser a melhor cidade, não e maior cidade” precisamos priorizar qualidade de vida dos habitantes, cidades mais fáceis de administrar e atender as suas funções sociais são as de menor número de habitantes e isso se faz pouco a pouco com planejamento adequado e continuado, por exemplo ainda: alguns anos atrás o Plano Diretor Municipal nem citava enchentes, agora é um dos maiores problemas, exemplo de gestor que na época fez a risca o que a população tinha levantado. Professor Ricardo dirigiu a última pergunta escrita de Laís Fernandes: Para aprovação de loteamentos que ocupam áreas de preservação e o IAP liberou, a prefeitura não deveria intervir? Como constar do Plano Diretor para que não acontecesse? Dalcy disse não ter conhecimento do caso, vai procurar informações. Ao finalizar o Professor Ricardo Leme, em nome das Universidades com demais colegas da mesa agradeceu o coordenador Dalcy Salvati e as pessoas que se fizeram presentes, disse que temos muitos caminhões as serem percorridos, debates e lutas para garantir que Francisco Beltrão seja uma cidade justa equilibrada e cumpra sua função social, desafiou a fazer deste workshop um evento regular, provocando assim a comunidade acadêmica a pensar no futuro e equilíbrio para nossa cidade. A reunião encerrou às vinte e uma horas e cinquenta minutos e foi solicitado a mim Nileide T. Perszel, a redação da presente ata, que segue acompanhada pela lista de presença e assinatura dos participantes.

17.6. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Plano Diretor Municipal 2016/2017 – Consulta à População

A Prefeitura de Francisco Beltrão, iniciou o processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Considerando ser este um momento importante para todos, por tratar-se do Planejamento do Município de Francisco Beltrão para os próximos dez anos, solicitamos sua colaboração no preenchimento deste questionário.

Não precisa identificar-se.

1. Você acha importante a participação popular no planejamento do Município?

○ Sim ○ Não

2. Em qual Bairro ou Comunidade você mora?

3. O que tem de bom no Município de Francisco Beltrão (pontos fortes)?

4. O que poderia ser melhor em Francisco Beltrão (pontos fracos)?

Classifique os serviços abaixo:

5. Saúde:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

6. Cultura:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

7. Esporte e Lazer:

○ Bom ○ Ruim ○ Regular

Por que

8. Assistência Social:

○ Bom ○ Ruim ○ Regular

Por que

9. Abastecimento de Água:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

10. Saneamento Básico:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

11. Energia Elétrica:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

12. Iluminação Pública:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

13. Telefonia:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

14. Correios:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

15. Polícias Civil e Militar:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

16. Corpo de Bombeiros:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Por que

17.Como você avalia a educação em nosso Município?

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Justifique

18. O que justifica a escolha por uma determinada escola para seu filho: (Se achar necessário marque mais de uma alternativa)

☐ Ser mais próximo de sua residência ☐ Ser pública ☐ Segurança/confiança que a escola transmite ☐ Espaço físico e equipamentos adequados ☐ Outros

Justifique

19. Classifique os serviço de coleta de lixo:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Justifique

20.Você tem conhecimento do local onde é depositado o lixo recolhido de Francisco Beltrão?

○ Sim ○ Não

21. Como você avalia a coleta seletiva de lixo no seu bairro?

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

22. Você separa o seu lixo?

○ Sim ○ Não

23.Classifique o serviço de transporte escolar de Francisco Beltrão:

○ Bom ○ Regular ○ Ruim

Justifique

24.Como você avalia o trânsito em Francisco Beltrão?

Justifique

25. O que podemos fazer para melhorar o trânsito não motorizado (pedestre, bicicleta)?

26. O que pode ser feito para melhorar as calçadas e passeios em nossa Cidade?

27. O que você acha que deve ser feito com os lotes baldios?

28. A arborização com espécies adequadas:

Deve existir ao longo de todas as vias públicas Deve existir somente ao longo das vias residenciais Deve existir somente nos bairros (no centro não) Não deve existir ao longo das vias públicas

29. O que você acha que deve ser feito nas áreas de fundo de vale ao lado dos rios e nascentes?

Cercar e recuperar a mata Fazer parques Canalizar ou drenar

Outro:

30. As áreas de lazer público onde você mora (praças, parques, playground):

É suficiente e bem conservadas É suficiente e mal conservadas É insuficiente Não existem

31. Na sua opinião, qual razão leva a pessoa a praticar atos de vandalismo contra as coisas públicas, o que a Prefeitura pode fazer para evitar o vandalismo contra o patrimônio público?

32. Para quais ações ou obras a Prefeitura deve consultar a população antes de executar?

Obras especiais ou muito grandes (Cemitérios, Aterro sanitário, Viadutos) Obras de médio porte (Pavimentação de uma rua, Creche, Escola) Todas as anteriores Nenhuma

Outra:

33. Na sua opinião qual a população ideal ou desejada (em número de habitantes) para Francisco Beltrão daqui a 10 anos?

34. O que deve mudar em nosso Município, a fim de melhorá-lo para os próximos 10 anos?

35. Como você vê a Qualidade de Vida em nossa Cidade?

Bom Regular Ruim

36. Como você acha que a Prefeitura tem desempenhado o seu papel?

Bom Regular Ruim

37. Como está o atendimento ao contribuinte realizado pela Prefeitura?

Bom Regular Ruim

38. Na sua opinião qual a vocação do Município de Francisco Beltrão?

Agricultura Industrial Corredor turístico Comercial e/ou serviços Cidade Universitária Agro-industrial

Outra, qual?

39. O que pode ser feito para melhorar a estrutura turística do Município?

40. Qual a sua sugestão para ampliar a geração de empregos no Município de Francisco Beltrão?

41. Na sua opinião, o que precisa melhorar no transporte coletivo para que você utilize-o diariamente para trabalhar/estudar?

42. O que o Município de Francisco Beltrão pode fazer para fortalecer as comunidades da área rural?

17.6.1. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA RESPOSTAS - COMPILAÇÃO DOS DADOS

Os Quadros a seguir apresentam os resultados da pesquisa realizada via internet em **2016** e **2017**, com a aplicação de questionários. Tendo por objetivo diagnosticar a opinião da população referente ao município de Francisco Beltrão. Foram analisados **205** questionários.

O Quadro 17.6.1.1. refere-se à quantidade de entrevistados em cada bairro do município.

QUADRO 17.6.1.1. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR BAIRROS OU COMUNIDADES – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

LOCAL:	ENTREVISTADOS:	%
VILA NOVA	20	9,76
CENTRO	19	9,27
LUTHER KING	13	6,34
ALVORADA	11	5,37
CRISTO REI	10	4,88
INDUSTRIAL	9	4,39
NOSSA SENHORA APARECIDA	9	4,39
PRESIDENTE KENNEDY	9	4,39
CANGO	8	3,90
JARDIM SEMINÁRIO	8	3,90
PINHEIRÃO	8	3,90
PINHEIRINHO	8	3,90
MINIGUAÇU	8	3,90
PADRE ULRICO	8	3,90
SADIA	7	3,41
SÃO MIGUEL	6	2,93
MARRECAS	5	2,44
GUANABARA	4	1,95
JARDIM FLORESTA	4	1,95
SÃO CRISTOVÃO	4	1,95
AEROPORTO	3	1,46
ÁGUA BRANCA	3	1,46
JARDIM ITÁLIA	3	1,46
JARDIM VIRGÍNIA	2	0,98
JÚPITER	2	0,98
NOVO MUNDO	2	0,98
SÃO FRANCISCO	2	0,98
VILA MARIA DELANI	2	0,98
BEIJA FLOR	1	0,49

CANTELMO	1	0,49
ENTRE RIOS	1	0,49
JARDIM PRIMAVERA	1	0,49
KM 8	1	0,49
LINHA SÃO PAULO	1	0,49
LOTEAMENTO MONTE REY I	1	0,49
SEÇÃO SÃO MIGUEL	1	0,49
TOTAL	205	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Os bairros mais participativos da pesquisa foram: Vila Nova (**9,76%);** Centro (**9,27%**) e Luther King (**6,34%).**

Os entrevistados foram indagados frente à questão "Você acha importante à participação popular no planejamento do município?", no qual as respostas estão expostas no Quadro 17.6.1.2.

QUADRO 17.6.1.2. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO / 2016

QUESTÃO:	SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU
Você acha importante à participação popular no planejamento do município?	201	1	3

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Constatou-se que **99%** dos entrevistados responderam SIM, um deles respondeu NÃO e outros três não responderam.

O quadro 17.6.1.3. refere-se as respostas dos entrevistados referente a questão "O que tem de bom no município de Francisco Beltrão?", e está apresentado abaixo.

QUADRO 17.6.1.3. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – QUESITOS FORTES DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO / 2016

ASPECTOS:	N° DE CITAÇÕES:	%
Lazer/Cultura/Esporte	71	16,21
Educação Básica	41	9,36
Saúde	38	8,68
Ensino Superior	33	7,53
População	30	6,85
Desenvolvimento da cidade	25	5,71
Serviços Públicos	22	5,02
Comércio	20	4,57
Natureza	19	4,34
Indústrias	14	3,20
Infraestrura	14	3,20

Agricultura/Agronegócio	**14**	**3,20**
Qualidade de vida	**14**	**3,20**
Segurança	**13**	**2,97**
Trabalho	**11**	**2,51**
Turismo	**15**	**3,42**
Trânsito	**6**	**1,37**
Política	**6**	**1,37**
Gastronomia	**5**	**1,14**
Área Urbana	**5**	**1,14**
Clima	**3**	**0,68**
Boa Localização	**2**	**0,46**
Não respondeu	**17**	**3,88**
TOTAL	**438**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Pode-se dizer que as respostas mostraram uma valorização dos aspectos relacionados ao Lazer/Cultura/Esporte (**16,21%),** Educação Básica (**9,36%),** Saúde (**8,68%),** seguido do quesito Ensino Superior (**7,53%**), devido ao fato de que os cursos nas Universidades no município vêm aumentando nos últimos anos.

O quadro 17.6.1.4. traz as respostas dos entrevistados em relação ao que pode ser melhorado no município, o qual está exposto a seguir.

QUADRO 17.6.1.4. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – O QUE TEM QUE MELHORAR NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO / 2016

TEMA:	N° DE CITAÇÕES:	%
Planejamento urbano	**71**	**13,30**
Trânsito urbano	**59**	**11,05**
Saúde	**53**	**9,93**
Áreas de lazer/ Cultura	**34**	**6,37**
Preservação da natureza	**28**	**5,24**
Manutenção das vias urbanas	**22**	**4,12**
Fiscalização na construção de loteamentos e áreas indústrias	**21**	**3,93**
Calçadas	**21**	**3,93**
Transporte coletivo	**19**	**3,56**
Educação	**20**	**3,75**
Controle das cheias	**14**	**2,62**
Saneamento básico	**13**	**2,43**
Serviços públicos	**13**	**2,43**
Segurança	**12**	**2,25**
Acesso a comunidades rurais	**9**	**1,69**
Infraestrutura	**10**	**1,87**

Políticas de proteção aos animais de rua	**8**	**1,50**
Melhor ocupação da área central vaga	**7**	**1,31**
Aeroporto	**7**	**1,31**
Infraestrutura nos bairros	**7**	**1,31**
Incentivo fiscal para grandes empresas	**7**	**1,31**
Políticas públicas	**9**	**1,69**
Turismo	**6**	**1,12**
Diminuição da especulação no setor imobiliário	**6**	**1,12**
Ciclofaixas	**6**	**1,12**
Aumento da área industrial	**6**	**1,12**
Trabalho	**5**	**0,94**
Arborização urbana	**5**	**0,94**
Reparos no calçadão central	**4**	**0,75**
Redução de impostos	**4**	**0,75**
Desenvolvimento tecnológico	**3**	**0,56**
Não responderam	**25**	**4,68**
TOTAL	**534**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Observou-se nas respostas que o planejamento urbano para uma melhor organização da cidade com **13,30%** foi o mais citado, após o trânsito urbano com **11,05%**, Saúde com **9,93%**, seguidamente das áreas de lazer e cultura com **6,37%**, esta última foram apontadas um melhoramento na estrutura nas áreas de lazer e mais incentivo a cultura.

Nas pergunta n° **5** até a n° **16** referentes aos questionários os entrevistados tiveram que classificar em BOM, REGULAR ou RUIM os serviços municipais referentes à saúde, cultura, esporte e lazer, assistência social, abastecimento da água, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, telefonia, correios, policia civil e militar e corpo de bombeiros. E em seguidas os entrevistados deveriam justificar, tais respostas estão expostas nos Quadros 17.6.1.5. a 17.6.1.16.

QUADRO 17.6.1.5. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE A SAÚDE DO MUNICÍPIO – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

SAÚDE		REGULAR	BOM	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	N° DE CITAÇÕES:	108	56	39	2	205
	%	52,68	27,32	19,02	0,98	100,00

PONTOS POSITIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%:
Atendimento	24	58,537
Unidades de atendimento	17	41,463
TOTAL	41	100,00

PONTOS NEGATIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%:
Atendimento	59	28,23
Falta de profissionais especializados	46	22,01
Tempo de espera	22	10,53
Infraestrutura/Poucas vagas	22	10,53
Demora em realizar Exames/Cirurgias	21	10,05
Falta de medicamentos	18	8,61
Falta de fiscalização nos horários dos profissionais	15	7,18
Administração	6	2,87
TOTAL	209	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Referente à Saúde do município **52,68%** da população apontou como REGULAR **27,32%** como BOM e **19,02%** como RUIM. Os pontos em que os entrevistados acham que devem ser melhorados na saúde estão relacionados ao atendimento, falta de profissionais especializados e o tempo de espera, infraestrutura, poucas vagas, demora em realizar exames e cirurgias, esta ultima se justifica ao fato de casos em que demoram aproximadamente meses e em outros casos anos para ser realizado um exame.

QUADRO 17.6.1.6. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO CULTURAL DO MUNICÍPIO / 2016

		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
CULTURA	N° DE CITAÇÕES:	**60**	**101**	**44**	**0**	**205**
	%	**29,27**	**49,27**	**21,46**	**0,00**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Diversidade de eventos culturais	**27**	**77,14**
Incentivo ao público	**8**	**22,86**
TOTAL	**35**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Falta de eventos culturais	**52**	**40,63**
Pouco incentivo	**41**	**32,03**
Pouca divulgação de eventos	**18**	**14,06**
Falta museu/Centro esportivo	**17**	**13,28**
TOTAL	**128**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Foram **49,27%** dos entrevistados responderam como REGULAR o serviço do município relacionado a Cultura, **29,27%** como BOM, e **21,46%** como RUIM. Na opinião dos entrevistados os pontos que poderiam mudar neste setor são mais eventos culturais (**52** citações), maior incentivo (**41** citações) e maior divulgação (**18** citações) tanto para a população local que às vezes não está informada de algum evento quando as de outros municípios.

QUADRO 17.6.1.7. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO DO ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO - 2016

		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
ESPORTE E LAZER	N° DE CITAÇÕES:	**82**	**83**	**39**	**1**	**205**
	%	**40,00**	**40,49**	**19,02**	**0,49**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Infraestrutura/Áreas de Lazer	**62**	**84,93**
Incentivo	**11**	**15,07**
TOTAL	**73**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Infraestrutura	**61**	**50,83**
Falta de incentivo	**32**	**26,67**
Modalidades	**22**	**18,33**
Administração	**5**	**4,17**
TOTAL	**120**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

No quesito Esporte e Lazer **40,00%** responderam BOM, **40,49%** disseram REGULAR e **19,02%** apontaram como RUIM. Um ponto positivo forte citado com cerca de **62** citações foram a boa infraestrutura em áreas de lazer, porém outras **61** citações apontaram eu deveriam melhorar a parte da infraestrutura, assim pode-se dizer que alguns bairros é necessário melhorias. Outro ponto citado é que seria importante um maior incentivo mais atividade, eventos etc.

QUADRO 17.6.1.8. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE AO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO / 2016.

ASSISTENCIA SOCIAL		**BOM**	**REGULAR**	**RUIM**	**NÃO RESPONDEU**	**TOTAL**
	N° DE CITAÇÕES:	**87**	**79**	**30**	**7**	**203**
	%	**42,86**	**38,92**	**14,78**	**3,45**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Atendimento	**31**	**73,81**
Eficiência dos profissionais	**11**	**26,19**
TOTAL	**42**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Atendimento precário/Falta de assistência	**62**	**76,55**
Valorização dos profissionais	**7**	**8,64**
Organização	**8**	**9,88**
Falta de abrigos/Orfanato	**2**	**2,47**
Projetos de inclusão social	**2**	**2,47**
TOTAL	**81**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Significativamente foram **42,86%** dos entrevistados apontaram como BOM e **38,92%** como REGULAR, os serviços referente à assistência social do Município, observa-se que o atendimento precário junto com a falta de assistência é o quesito que deve haver mudança (**62** citações) sendo que o atendimento a assistência necessária deixam a desejar. Em contrapartida **31** entrevistados apontaram como bom atendimento.

QUADRO 17.6.1.9. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO – FRANCISCO BELTRÃO / 2016.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	N° DE CITAÇÕES:	121	61	23	0	205
	%	59,03	29,75	11,22	0,00	100,00

PONTOS POSITIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Constante abastecimento	55	78,57
Boa administração	10	14,29
Boa qualidade	5	7,14
TOTAL	70	100,00

PONTOS NEGATIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Problemas de distribuição	45	50,56
Pouca infraestrutura	18	20,22
Falta de planejamento	9	10,11
Captação de água em áreas poluídas	7	7,87
Tarifas	6	6,74
Esgoto	4	4,49
TOTAL	89	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Foram **59,02%** dos entrevistados apontou como BOM, **30,05%** como REGULAR e somente **11,33%** como RUIM ao serviço de abastecimento de Água do município, o ponto forte citado foi o constante abastecimento com **55** citações. E referente aos pontos fracos que é necessárias melhorias foram apontados problemas de distribuição (**45** citações) e pouca infraestrutura (**18** citações).

QUADRO 17.6.1.10. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE AO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO / 2016

SANEAMENTO BÁSICO		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	N° DE CITAÇÕES:	77	96	31	1	205
	%	37,56	46,83	15,12	0,49	100,00

PONTOS POSITIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Sistema eficiente	34	64,15
Investimentos	13	24,53
Administração	6	11,32
TOTAL	53	100,00

PONTOS NEGATIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Não atende a toda população	69	57,02
Necessidade da ampliação do sistema	32	26,45
Falta planejamento	14	11,57
Tarifas	6	4,96
TOTAL	121	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Relacionado ao serviço de saneamento básico do Município, **46,83%** dos entrevistados apontaram como REGULAR, **37,56%** como BOM e **15,12%** como RUIM. Referente aos pontos fortes citados foi citado que o Sistema vem se mostrando eficiente de modo geral (**34** citações). E como pontos fracos foram apontados que Não atende a toda população (**69** citações), sendo necessária uma ampliação do sistema (**32** citações).

QUADRO 17.6.1.11. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE AO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO / 2016

ENERGIA ELÉTRICA		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	N° DE CITAÇÕES:	149	38	18	0	205
	%	72,68	18,54	8,78	0,00	100,00

PONTOS POSITIVOS CITADOS	N° de Citações	%
Boa qualidade	87	81,31
Atendimento	20	18,69
TOTAL	107	100,00

PONTOS NEGATIVOS CITADOS		
	N° de Citações	**%**
Taxas	**28**	**47,46**
Serviço/Constantes quedas	**16**	**27,12**
Investimentos	**15**	**25,42**
TOTAL	**59**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Referente ao serviço de energia elétrica do Município os entrevistados apontaram **72,68%** como BOM, **18,54%** como REGULAR e **8,78%** como RUIM. A boa qualidade foi o ponto forte citado (**87** citações), e um ponto fraco significativo foi taxas (**28** citações), ou seja, seria necessária uma redução dos gastos da população com a energia.

QUADRO 17.6.1.12. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE A SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO/2016

ILUMINAÇÃO PÚBLICA		**BOM**	**REGULAR**	**RUIM**	**NÃO RESPONDEU**	**TOTAL**
	N° DE CITAÇÕES:	**88**	**82**	**35**	**0**	**205**
	%	**42,93**	**40,00**	**17,07**	**0,00**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Iluminação de qualidade	**36**	**83,72**
Bom atendimento	**7**	**16,28**
TOTAL	**43**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Iluminação precária (lâmpadas queimadas)	**43**	**35,83**
Não atende a população	**28**	**23,33**
Falta de investimentos em tecnologias (lâmpadas LED)	**21**	**17,50**
Tarifas altas	**14**	**11,67**
Falta de manutenção	**14**	**11,67**
TOTAL	**120**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Cerca de **42,93%** dos entrevistados apontaram como BOM, **40,00%** como REGULAR e **17,07%** como RUIM o serviço de iluminação pública do Município, a iluminação de qualidade foi um ponto forte citado com **36** citações. A iluminação precária relacionada a lâmpadas queimadas com **43** citações foi um ponto franco citado que deveria ser melhorado sendo necessária uma manutenção, outro ponto especificado foi que este serviço não atende a toda a população (**28** citações).

QUADRO 17.6.1.13. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO DE TELEFONIA DO MUNICÍPIO / 2016

		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
TELEFONIA	N° DE CITAÇÕES:	**92**	**65**	**48**	**0**	**205**
	%	**44,88**	**31,71**	**23,41**	**0,00**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS CITADOS

	N° de Citações	%
Sinal móvel	**51**	**86,44**
Todos tem acesso	**8**	**13,56**
TOTAL	**59**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS CITADOS

	N° de Citações	%
Sinal fraco	**62**	**53,45**
Nem todos tem acesso	**36**	**31,03**
Atendimento	**10**	**8,62**
Taxas	**8**	**6,90**
TOTAL	**116**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Referente ao Serviço de telefonia do Município constatou-se que **44,88%** dos entrevistados apontaram como BOM, **31,71%** como REGULAR, **23,41%** como RUIM. O sinal móvel foi um dos pontos forte citado (**51** citações). Porém, o sinal fraco (**62** citações), Nem todos tem acesso (**36** citações) foram uns dos pontos fracos significativamente citados, sendo necessária uma melhoria no setor em certos pontos do município.

QUADRO 17.6.1.14. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO DE CORREIOS DO MUNICÍPIO /2016

		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
CORREIOS	N° DE CITAÇÕES:	**155**	**38**	**12**	**0**	**205**
	%	**75,61**	**18,54**	**5,85**	**0,00**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS CITADOS

	N° de Citações	%
Bom Serviço	**105**	**100,00**
TOTAL	**105**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS CITADOS		
	N° de Citações	**%**
Serviço/Atraso de Correspondências	**16**	**35,56**
Atendimento	**10**	**22,22**
Infraestrutura	**10**	**22,22**
Horários de atendimento	**9**	**20,00**
TOTAL	**45**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

No serviço de correio **75,61%** da população apontou como BOM, **18,54%** como REGULAR e somente **5,85%** como RUIM. O bom serviço, de modo geral, como um ponto forte, houveram **105** citações. Como pontos fracos, necessários de mudança, foi o atraso em correspondências (**16** citações) e o atendimento (**10** citações).

QUADRO 17.6.1.15. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
POLÍCIA MILITAR	N° DE CITAÇÕES:	**98**	**87**	**18**	**2**	**205**
	%	**47,80**	**42,44**	**8,78**	**0,98**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Bom Serviço	**67**	**100,00**
TOTAL	**66**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Pouca ronda nos bairros	**32**	**35,16**
Demora nas ocorrências	**23**	**25,27**
Poucos policiais	**17**	**18,68**
Infraestrutura	**10**	**10,99**
Abuso de poder	**9**	**9,89**
TOTAL	**89**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Correspondente ao serviço da Polícia Civil e Militar do Município, evidencia-se que **47,80%** dos entrevistados apontaram como BOM, **42,44%** como REGULAR e **8,78%** como RUIM. O BOM serviço de modo geral foi citado por **32** entrevistados, e como pontos fracos foram citados com maio relevância a pouca ronda nos bairros (**32** citações) e a demora nas ocorrências relacionadas ao pronto atendimento (**23** citações).

QUADRO 17.6.1.16. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO / 2016

CORPO DE BOMBEIROS		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	N° DE CITAÇÕES:	89	82	34	0	205
	%	43,41	40,00	16,59	0,00	100,00

PONTOS POSITIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Bom Serviço	113	100,00
TOTAL	113	100,00

PONTOS NEGATIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Falta de Investimento/valorização	18	56,25
Demora no atendimento	7	21,88
Pouco efetivo	7	21,88
TOTAL	32	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

No que se refere ao serviço do Corpo de Bombeiros, **43,41%** dos entrevistados apontaram como BOM, **40,00%** como REGULAR e somente **16,59%** como RUIM. Assim como o serviço anterior este obteve o BOM serviço de modo geral como ponto forte contendo **113** citações. A falta de investimento neste setor e a valorização profissional (**18** citações), foram especificados como um dos aspectos de que é necessário ser melhorado.

Os quadros número 17.6.1.17. e 17.6.1.18. referem-se à opinião da população relacionada ao quesito Educação, mostrando como a população avalia a educação do município e o que justifica a escolha de uma determinada escola ou creche para matricularem seus filhos.

QUADRO 17.6.1.17. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – AVALIAÇÃO REFERENTE A EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
N° DE CITAÇÕES:	92	93	16	4	205
%	44,88	45,37	7,80	1,95	100,00

PONTOS POSITIVOS CITADOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Profissionais qualificados	64	75,29
Infraestrutura	21	24,71
TOTAL	85	100,00

PONTOS NEGATIVOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	%
Investimentos/Infraestrutura	**70**	**61,95**
Falta de valorização profissional	**25**	**22,12**
Não rem vagas em creches	**18**	**15,93**
TOTAL	**113**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Cerca de **44%** dos entrevistados apontaram como BOM, **45%** como REGULAR e **7%** como RUIM a educação disponível no município. Como ponto forte foi apontado que há profissionais qualificados para este setor com **64** citações. E como pontos fracos a falta de investimento e pouca infraestrutura disponível foram apontadas com **70** citações, seguidamente da falta de valorização dos profissionais (**25** citações).

QUADRO 17.6.1.18. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – ASPECTOS QUE A POPULAÇÃO CONCLUI SER IMPORTANTE NA ESCOLHA DA ESCOLA PARA SEUS FILHOS – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Segurança/Confiança	**134**	**30,32**
Proximidade de sua residência	**99**	**22,40**
Espaço físico e equipamentos adequados	**91**	**20,59**
Pública	**79**	**17,87**
Outros	**28**	**6,33**
Não respondeu	**11**	**2,49**
TOTAL	**442**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

A Segurança juntamente com a confiança em uma determinada escola (**134** citações) foi apontada como de maior relevância para os pais escolherem em qual escola seus filhos irão estudar, outro ponto significativamente citado foi pela escola estar situada próximo a sua residência (**99** citações), seguidamente do aspecto relacionado ao espaço físico e equipamentos adequados que a escola disponibiliza aos alunos com **91** citações.

No quadro 17.6.1.19. estão contidas as respostas referentes à questão "Classifique os serviços de coleta de lixo", onde juntamente com esta resposta estão presentes alguns pontos positivos e negativos citados pelos entrevistados.

QUADRO 17.6.1.19. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE AO SERVIÇO DE COLETA DE LIXO DO MUNICÍPIO / 2016

COLETA DE LIXO		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	N° DE CITAÇÕES:	141	50	12	2	205
	%	68,78	24,39	5,85	0,98	100,00

PONTOS POSITIVOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Organização/Frequência	97	94,17
Bons profissionais	6	5,83
TOTAL	103	100,00

PONTOS NEGATIVOS	N° DE CITAÇÕES:	%
Poucos dias de coleta	24	42,86
Atendimento	22	39,29
Falta de pontos de coleta	5	8,93
Infraestrutura	5	8,93
TOTAL	56	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Cerca de **69%** apontaram como BOM, **25%** como REGULAR e somente **6%** como RUIM. Um ponto positivo citado de maior relevância foi a boa organização do serviço de coleta de lixo, juntamente com a frequência (**97** citações). Em contrapartida houve **24** entrevistados que apontaram que são Poucos os dias que fazem as coletas (**24** citações).

O quadro 17.6.1.20. traz as respostas de como a população avalia a coleta do lixo por bairros específicos, estando apresentada a seguir.

QUADRO 11.6.1.20. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – COMO A POPULAÇÃO AVALIA A COLETA DE LIXO EM SEU BAIRRO – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

LOCAL:	BOM	RUIM	REGULAR	NÃO RESPONDEU
AEROPORTO	-	1	2	-
ÁGUA BRANCA	1	-	2	-
ALVORADA	9	2	-	-
BEIJA FLOR	1	-	-	-
CANGO	6	2	-	-
CANTELMO	1	-	-	-
CENTRO	16	-	5	-
CRISTO REI	7	2	1	-
ENTRE RIOS	1	-	-	-

GUANABARA	**3**	**-**	**1**	**-**
INDUSTRIAL	**4**	**1**	**4**	**-**
JARDIM FLORESTA	**3**	**1**	**1**	**-**
JARDIM ITÁLIA	**1**	**-**	**2**	**-**
JARDIM PRIMAVERA	**-**	**1**	**-**	**-**
JARDIM SEMINÁRIO	**7**	**-**	**1**	**-**
JARDIM VIRGÍNIA	**2**	**-**	**-**	**-**
JÚPITER	**1**	**1**	**-**	**-**
KM 8	**1**	**-**	**-**	**-**
LINHA SÃO PAULO	**-**	**-**	**1**	**-**
LOT. MONTE REY I	**1**	**-**	**-**	**-**
LUTHER KING	**8**	**2**	**2**	**-**
MARRECAS	**4**	**-**	**1**	**-**
MINIGUAÇU	**3**	**1**	**3**	**-**
NOSSA SENHORA APARECIDA	**6**	**1**	**2**	**-**
NOVO MUNDO	**1**	**-**	**1**	**-**
PADRE ULRICO	**3**	**1**	**4**	**-**
PINHEIRÃO	**5**	**1**	**2**	**-**
PINHEIRINHO	**2**	**1**	**4**	**-**
PRESIDENTE KENNEDY	**4**	**1**	**3**	**1**
SADIA	**4**	**1**	**2**	**-**
SÃO CRISTOVÃO	**2**	**-**	**2**	**-**
SÃO FRANCISCO	**-**	**-**	**2**	**-**
SÃO MIGUEL	**5**	**-**	**1**	**-**
SEÇÃO SÃO MIGUEL	**-**	**-**	**1**	**-**
VILA MARIA DELANI	**-**	**-**	**2**	**-**
VILA NOVA	**11**	**2**	**7**	**-**
TOTAL	**122**	**22**	**60**	**1**
%	**59,51**	**10,73**	**29,27**	**0,49**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Pode-se dizer que há necessidade de uma melhoria referente à coleta seletiva em alguns bairros/comunidades como: Jardim Primavera, São Francisco Seção São Miguel, Linha São Paulo, visto que estes não obtiveram nenhuma citação no quesito Bom.

Nos quadros 17.6.1.21. e 17.6.1.22. estão contidas as respostas referentes à questão "Você separa o lixo em sua residência?" e se os mesmos tem conhecimento de onde é depositado o lixo recolhido pelo serviço público de coleta.

QUADRO 17.6.1.21. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – A POPULAÇÃO FAZ A SEPARAÇÃO DO LIXO? – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU	TOTAL:
N° DE CITAÇÕES:	**197**	**6**	**2**	**205**
%	**96,10**	**2,93**	**0,98**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

QUADRO 17.6.1.22. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – A POPULAÇÃO TEM CONHECIMENTO DE ONDE É DESTINADO O LIXO APÓS O SERVIÇO DE COLETA ? – FRANCISCO BELTRÃO / 2016.

	SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU	TOTAL:
N° DE CITAÇÕES:	**112**	**90**	**3**	**205**
%	**54,63**	**43,90**	**1,46**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Contatou-se que cerca de **97%** dos entrevistado separam o lixo e **3%** não. E foram cerca de **55%** dos mesmos tem conhecimento de onde é destinado o lixo após o serviço de coleta e **44%** não tem conhecimento.

O quadro 17.6.1.23. refere-se a questão sobre a opinião dos entrevistados relacionado ao serviço do transporte escolar do município, e as respostas estão presentes a seguir.

QUADRO 17.6.1.23. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE AO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL / 2016

		BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
TRANSPORTE ESCOLAR	N° DE CITAÇÕES:	**71**	**94**	**13**	**27**	**205**
	%	**34,63**	**45,85**	**6,34**	**13,17**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Qualidade do serviço	**37**	**100,00**
TOTAL	**37**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Infraestrutura dos meios de transporte	**23**	**40,35**
Pouco Investimento	**12**	**21,05**
Qualificação dos motoristas	**11**	**19,30**

Segurança no transporte	**5**	**8,77**
Tarifas	**4**	**7,02**
Transporte rural	**2**	**3,51**
TOTAL	**57**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Foram cerca de **46%** dos entrevistados responderam como REGULAR, **35%** como BOM e **7%** como RUIM. A qualidade do serviço de modo geral foi citada por **37** entrevistados como ponto forte. E como ponto fraco houve a citação mais significativa referente à falta de infraestrutura dos meios de transporte (**23** citações).

O quadro 17.6.1.24. corresponde às respostas dos entrevistados sobre sua opinião referente ao Trânsito da cidade.

QUADRO 17.6.1.24. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO TRANSITO DA CIDADE / 2016

TRÂNSITO		**BOM**	**REGULAR**	**RUIM**	**NÃO RESPONDEU**	**TOTAL**
	N° DE CITAÇÕES:	**24**	**56**	**124**	**1**	**205**
	%	**11,71**	**27,32**	**60,49**	**0,49**	**100,00**

PONTOS POSITIVOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Trânsito bom	**14**	**100,00**
TOTAL	**14**	**100,00**

PONTOS NEGATIVOS		
	N° DE CITAÇÕES:	**%**
Falta de planejamento/Organização	**79**	**36,24**
Educação no trânsito	**40**	**18,35**
Tráfego	**36**	**16,51**
Sinalização	**30**	**13,76**
Infraestrutura	**22**	**10,09**
Profissionais do trânsito	**11**	**5,05**
TOTAL	**218**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Significativamente os entrevistados apontaram como RUIM o transito da cidade (**60,49**%), e somente **27,32%** como REGULAR e **11,71%** como BOM. Assim, pode-se contatar que o maior ponto fraco citado foi a falta de planejamento e organização (**79** citações), seguidamente da educação no transito (**40** citações) visto que muitos condutores devem dirigir corretamente para o transito fluir.

Os entrevistados puderam dar sua opinião referente ao que se pode fazer para melhorar o trânsito não motorizado, e suas respostas estão expostas no Quadro 11.6.1.25.

QUADRO 17.6.1.25. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO QUE SE PODE FAZER PARA MELHORAR O TRÂNSITO NÃO MOTORIZADO (PEDESTRES/BICICLETAS) / 2016.

	N° DE CITAÇÕES:	%
Mais ciclovias	**87**	**29,49**
Melhorar os passeios público/Calçadas	**72**	**24,41**
Educação no trânsito	**42**	**14,24**
Mais sinalização	**34**	**11,53**
Incentivo ao uso de bicicletas (com redução de algum imposto; tipo IPTU)	**16**	**5,42**
Acessibilidade	**7**	**2,37**
Estacionamento de bicicletas	**6**	**2,03**
Segurança	**4**	**1,36**
Arborização	**3**	**1,02**
Não respondeu	**24**	**8,14**
TOTAL	**295**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Constatou-se que mais ciclovias (**87** citações), melhorar os passeios público/calçadas (**72** citações), mais sinalização (**43** citações) são alguns dos pontos fundamentais de melhoria para os pedestres e ciclistas.

O quadro 17.6.1.26. corresponde as respostas dos entrevistados da questão sobre o que pode ser feito para melhorar as calçadas e passeios na cidade.

QUADRO 17.6.1.26. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO QUE PODE SER FEITO PARA MELHORAR AS CALÇADAS E PASSEIOS NA CIDADE – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Manutenção	**78**	**29,89**
Padronização das calçadas	**71**	**27,20**
Fiscalização	**48**	**18,39**
Melhor acessibilidade a deficientes físicos	**23**	**8,81**
Arborização	**12**	**4,60**
Escoamento da água nas calçadas	**10**	**3,83**
Iluminação	**4**	**1,53**
Não respondeu	**15**	**5,75**
TOTAL	**261**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

A manutenção das calçadas (**78** citações) e Padronização das mesmas (**71** citações) foram os quesitos mais relevantes que são necessários uma melhoria.

Os entrevistados foram indagados frente à questão "O que você acha que deve ser feito com os terrenos baldios ao longo da cidade?" e suas respostas estão presentes no Quando 17.6.1.27.

QUADRO 17.6.1.27. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO QUE PODE SER FEITO COM OS TERRENOS BALDIOS NA CIDADE – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Notificação/Limpeza	**94**	**35,47**
IPTU progressivo	**80**	**30,19**
Limpeza com cobrança no IPTU	**33**	**12,45**
Arborização	**32**	**12,08**
Desapropriação	**15**	**5,66**
Não respondeu	**11**	**4,15**
TOTAL	**265**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

O quesito Notificação/Limpeza destinados aos proprietários com **94** citações assim como o IPTU progressivo com **80%** foram os mais citados.

O Quadro 17.6.1.28. refere-se às respostas dos entrevistados referente a opinião da população relacionado à arborização com espécies adequadas.

QUADRO 17.6.1.28. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE À ARBORIZAÇÃO COM ESPÉCIES ADEQUADAS / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Deve existir ao longo de todas as vias públicas	**186**	**90,73**
Deve existir ao longo de vias residenciais	**10**	**4,88**
Não deve existir ao longo das vias públicas	**4**	**1,95**
Deve existir somente nos bairros	**4**	**1,95**
Não respondeu	**1**	**0,49**
TOTAL	**205**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

O ponto significativamente com maior relevância citado com cerca de **91%** foi que arborização com espécies adequadas deve existir ao longo de todas as vias públicas.

Os entrevistados deixaram sua opinião referente ao que pode ser feito em áreas de fundo de vale ao lado de rios e nascentes, e suas respostas estão indicadas no quadro abaixo (Quando 17.6.1.29.).

QUADRO 17.6.1.29. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO QUE PODE SER FEITO EM ÁREAS DE FUNDO DE VALE AO LADO DE RIOS E NASCENTES – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Cercar e recuperar a mata	**162**	**61,60**
Fazer Parques	**78**	**29,66**
Canalizar ou drenar	**23**	**8,75**
Não respondeu	**0**	**0,00**
TOTAL	**263**	**100,00**

OUTROS PONTOS CITADOS		
	N° de Citações	**%**
Preservação/Reflorestamento	**27**	**72,97**
Desapropriação de moradias	**7**	**18,92**
Não aprovar loteamentos nestas áreas	**3**	**8,11**
TOTAL	**37**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Observa-se que cercar e recuperar a mata foram o ponto mais citado com **162** citações, seguidamente da opinião de fazer parques com **78%**. E **27** entrevistados frisaram a importância da preservação e necessidade de reflorestamento nas áreas de fundo de vale ao lado de rios e nascentes.

O Quadro 17.6.1.30. refere-se à opinião da população referente as áreas de lazer público como praças, parques, playground em seu bairro/comunidade.

QUADRO 17.6.1.30. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE ÀS ÁREAS DE LAZER PÚBLICAS EM SEU BAIRRO/COMUNIDADE – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
São suficientes e mal conservadas	**77**	**37,56**
São suficientes e bem conservadas	**54**	**26,34**
São insuficientes	**52**	**25,37**
Não existem	**20**	**9,76**
Não respondeu	**2**	**0,98**
TOTAL	**205**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

O ponto mais relevante foi que as áreas de lazer são suficientes e mal conservadas (**37,56%**), ou seja, há áreas de lazer, porém precisam de manutenção para sua conservação.

No quadro 17.6.1.31. está presente a opinião dos entrevistados sobre o que a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão pode fazer para evitar o vandalismo contra o patrimônio público.

QUADRO 17.6.1.31. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE AO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL PODE FAZER PARA EVITAR O VANDALISMO CONTRA O PATRIMÔNIO PÚBLICO / 2016.

	N° DE CITAÇÕES:	%
Investir na educação	**110**	**37,29**
Punir aos infratores	**62**	**21,02**
Segurança/Monitoramento	**58**	**19,66**
Criação da guarda municipal	**43**	**14,58**
Não respondeu	**22**	**7,46**
TOTAL	**295**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Constatou-se que Investir na educação foi o ponto mais citado (**110** citações), e em seguida punir os infratores (**62** citações).

O Quadro 17.6.1.32. estão expostas as respostas dos entrevistados referente a quais ações ou obras da prefeitura a população deve ser consultada.

QUADRO 17.6.1.32. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE A QUAIS AÇÕES OU OBRAS DA PREFEITURA A POPULAÇÃO DEVE SER CONSULTADA – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Obras especiais ou de grande porte (cemitérios/aterro sanitário/viadutos)	**36**	**17,56**
Obras de médio porte (pavimentação de uma rua/creche/escola)	**10**	**4,88**
Outras	**2**	**0,98**
Todas as anteriores	**138**	**67,32**
Nenhuma	**12**	**5,85**
Não respondeu	**7**	**3,41**
TOTAL	**205**	**100,00**
OUTROS PONTOS CITADOS		
	N° DE CITAÇÕES:	%
Loteamentos	**3**	**57,14**
Todas as construções públicas	**2**	**42,86**
TOTAL	**7**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Observa-se que cerca de **68%** dos entrevistados apontaram que tanto as obras especiais ou de grande porte (cemitérios/aterro sanitário/viadutos), obras de médio porte (pavimentação de uma rua/creche/escola) ou qualquer outro tipo de obras, a prefeitura deve consultar a população.

Os entrevistados deram sua opinião referente qual seria crescimento em numero de habitantes ideal para a cidade nos próximos **10** anos, e suas respostas estão expostas no Quadro 17.6.1.33.

QUADRO 17.6.1.33. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – OPINIÃO DA POPULAÇÃO REFERENTE AO CRESCIMENTO (HABITANTES) IDEAL PARA A CIDADE NOS PRÓXIMOS 10 ANOS / 2016

N° DE HABITANTES:	N° DE CITAÇÕES:	%
100 mil	60	29,27
150 mil	20	9,76
120 mil	17	8,29
110 mil	11	5,37
85 mil	9	4,39
200 mil	7	3,41
130 mil	6	2,93
90 mil	6	2,93
95 mil	4	1,95
170 mil	2	0,98
140 mil	2	0,98
300 mil	1	0,49
Não respondeu	60	29,27
TOTAL	205	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2016.

A opção **100 mil** habitantes com cerca de **30%** foi a mais citada, seguidamente de **150 mil** (**9,76%).**

O Quadro 17.6.1.34. diz respeito à opinião dos entrevistados sobre o que pode ser mudado no município a fim de melhorá-lo.

QUADRO 17.6.1.34. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE AO QUE PODE SER MUDADO NO MUNICÍPIO A FIM DE MELHORÁ-LO / 2016.

	N° DE CITAÇÕES	%
Planejamento urbano	43	11,91
Mobilidade urbana (transito/ciclo faixas)	36	9,97
Educação	34	9,42
Incentivo ao setor cultural e de lazer (esporte/praças/shopping)	24	6,65
Saúde	23	6,37
Preservação ambiental	25	6,93
Incentivo a empresas e indústrias	20	5,54
Políticas sociais (abrigo para moradores de rua/CRAS/ moradia/criação de idosos	14	3,88
Segurança	15	4,16
Fiscalização na construção de loteamentos	13	3,60
Política	14	3,88

Melhoria no transporte público	**12**	**3,32**
Saneamento básico (coleta de lixo/tratamento água)	**11**	**3,05**
Contas públicas	**10**	**2,77**
Rodoviária/Aeroporto	**9**	**2,49**
Mais oportunidade de emprego	**7**	**1,94**
Controle das cheias	**6**	**1,66**
Universidades	**6**	**1,66**
Outros (agricultura, acesso a comunidades rurais, especulação imobiliária)	**14**	**3,88**
Não respondeu	**25**	**6,93**
TOTAL	**361**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

O quesito mais citado foi o Planejamento urbano de maneira geral (**4**3 citações), seguidamente da Mobilidade urbana (trânsito/ciclo faixas) (**36** citações), educação (**34** citações), dentre outros.

O Quadro 17.6.1.35. refere-se a como os entrevistados veem a qualidade de vida no município de Francisco Beltrão.

QUADRO 17.6.1.35. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – COMO A POPULAÇÃO VÊ A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

QUALIDADE DE VIDA	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	123	**78**	**4**	**0**	**205**
%	**60,00**	**38,05**	**1,95**	**0,00**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Foram **60%** responderam que a qualidade devida é BOA, cerca de **39%** apontaram como REGULAR, e apenas **1,95%** como RUIM.

No Quadro 17.6.1.36. estão presentes as respostas dos entrevistados referente a sua opinião em como a prefeitura vem desempenhando seu papel e realizando o atendimento ao contribuinte

QUADRO 11.6.1.36. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – REFERENTE A COMO A PREFEITURA VEM DESEMPENHANDO SEU PAPEL E REALIZANDO O ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE / 2016

DESEMPENHO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	50	115	37	3	205
%	24,39	56,10	18,05	1,46	100,00
ATENDIMENTO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO RESPONDEU	TOTAL
	57	108	33	7	205
%	27,80	52,68	16,10	3,41	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Referente ao desempenho da prefeitura contatou-se que a população vê como REGULAR (**56,10%**), seguidamente de BOM (**24,39%**). No que se refere ao atendimento disponível aos contribuintes pela prefeitura o resultado se mostrou proporcional com a questão citada anteriormente apresentando **52,68%** como REGULAR e **27,80%** como BOM. Assim, pode-se dizer que a população não está totalmente satisfeita nestes quesitos, mas também não totalmente ruim, sendo que o que mais prevaleceu foi o REGULAR.

O Quadro 17.6.1.37. traz as respostas referente a questão sobre qual a vocação relacionada ao setor econômico do município.

QUADRO 17.6.1.37. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – PRINCIPAL SETOR ECONÔMICO DO MUNICÍPIO – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Cidade Universitária	**59**	**26,94**
Comercial/Serviços	**46**	**21,00**
Agroindustrial	**45**	**20,55**
Agricultura	**31**	**14,16**
Industrial	**15**	**6,85**
Corredor turístico	**4**	**1,83**
Todos citados anteriormente	**13**	**5,94**
Não respondeu	**6**	**2,74**
TOTAL	**219**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Na opinião dos entrevistados o aspecto mais relevante foi Cidade Universitária (**59** citações), seguidamente de Comercial/Serviços (**46** citações) e Agroindustrial (**45** citações).

Os entrevistados responderam a questão "O que pode ser feito para melhorar a estrutura turística do Município", e suas respostas estão apresentadas no Quadro 17.6.1.38.

QUADRO 17.6.1.38. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA –O QUE PODE SER FEITO PARA MELHORAR A ESTRUTURA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Construção (estatuas/parques/praças/parques temático)	47	18,22
Infraestrutura/Manutenção dos pontos turísticos	43	16,67
Maior divulgar de eventos	37	14,34
Investimento	30	11,63
Incentivo (turismo urbano e rural)	24	9,30
Acesso rodoviário/aeroporto	11	4,26
Planejamento/Secretária do turismo	10	3,88
Áreas verdes	9	3,49
Atração comercial (shopping, Havan e Wallmart)	5	1,94
Não respondeu	42	16,28
TOTAL	258	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Os pontos de maior relevância foram: construção de áreas turísticas como praças, parques temáticos etc. (**47** citações); melhorar a infraestrutura e manutenção dos pontos turísticos que já existem no município (**43** citações); maior divulgar de eventos para comunidade externa (**37** citações); e claro maior Investimento neste setor (**30** citações).

O quadro 17.6.1.39. contém as respostas referente a questão "Qual a sua sugestão para ampliar a geração de empregos no Município de Francisco Beltrão".

QUADRO 17.6.1.39. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – SUGESTÃO DA POPULAÇÃO AO QUE PODE SER FEITO PARA AMPLIAR A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO MUNICÍPIO – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Investimento no setor industrial	88	38,26
Investimento no comércio local	30	13,04
Qualificação da população	28	12,17
Investimento em empresas públicas	15	6,52
Investimento na área tecnológica	10	4,35
Redução de impostos	13	5,65
Incentivo do poder público	3	1,30
Investimento na agroindústria e cooperativismo	3	1,30
Não respondeu	40	17,39
TOTAL	230	100,00

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

O investimento no setor industrial foi o ponto mais citado com **88** citações, seguidamente do investimento para o comércio local com **30** citações.

O Quadro 17.6.1.40. mostra a opinião dos entrevistados sobre o que precisa melhorar no transporte coletivo diário.

QUADRO 17.6.1.40. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – O QUE PRECISA MELHORAR NO TRANSPORTE COLETIVO DIÁRIO – FRANCISCO BELTRÃO / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Ampliação de rotas e horários	**79**	**32,51**
Melhoria na frota	**54**	**22,22**
Redução das tarifas	**40**	**16,46**
Estrutura dos pontos de ônibus e terminal	**16**	**6,58**
Profissionalizar os motoristas	**10**	**4,12**
Acessibilidade	**8**	**3,29**
Utilização de cartão	**4**	**1,65**
Não respondeu	**32**	**13,17**
TOTAL	**243**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Consideravelmente os pontos de maior relevância foram que para melhorar o transporte coletivo há a necessidade de ampliação de rotas e horários (**79** citações), melhoria na frota (**54** citações) e redução das tarifas (**40** citações).

O Quando 17.6.1.41. refere-se as respostas da questão "O que o Município de Francisco Beltrão deve fazer para fortalecer as comunidades da área rural?"

QUADRO 17.6.1.41. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – ASPECTOS IMPORTANTES PARA FORTALECER AS COMUNIDADES RURAIS / 2016

	N° DE CITAÇÕES:	%
Melhora infraestrutura no campo (estradas para o acesso/tecnologias/saneamento/transporte)	**79**	**33,91**
Apoio e incentivo aos agricultores	**39**	**16,74**
Permanência no campo	**11**	**4,72**
Cooperativas (investimento tecnológico)	**10**	**4,29**
Melhor acesso a saúde	**9**	**3,86**
Apoio à agricultura familiar	**9**	**3,86**
Mais eventos rurais	**9**	**3,86**
Maior integração entre campo e cidade	**9**	**3,86**

Melhoria nas escolas rurais	**7**	**3,00**
Não respondeu	**51**	**21,89**
TOTAL	**233**	**100,00**

Fonte: Equipe de trabalho, 2017.

Foram apontados como aspectos importantes primeiramente a melhoria na infraestrutura no campo relacionado a estradas para o acesso, inserção de tecnologias no campo, melhor saneamento, transporte para vir até a cidade, contendo **79** citações. Em seguida o apoio e incentivo aos agricultores com **39** citações, dentre outros.

De modo geral, percebe-se que a população não esta totalmente insatisfeita com o Município, mas também não esta totalmente satisfeita. Os entrevistados pontuaram vários aspectos essenciais, onde foram e ainda serão continuadamente importantes para um diagnóstico de suas principais necessidades e dão um rumo do que a população acha que tem que melhorar no município.

Esta analise será muito útil para um melhor planejamento do Município levando em consideração a opinião popular. Contudo pode-se dizer que a cidade de Francisco Beltrão tem melhorado significativamente levando em consideração as respostas da última pesquisa popular realizada no Município, contendo apenas alguns problemas de caráter pontual, que serão diagnosticados a fim de melhorá-los.